UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A SEMENTE TAMBÉM GERMINA NO MANGUEZAL:

DESDOBRAMENTOS DA CHEGADA DO IFRJ EM DUQUE DE CAXIAS

THIAGO LUIS SANTOS SILVA

Seropédica, 27 de Novembro de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A SEMENTE TAMBÉM GERMINA NO MANGUEZAL:

DESDOBRAMENTOS DA CHEGADA DO IFRJ EM DUQUE DE CAXIAS

THIAGO LUIS SANTOS SILVA

Sob a orientação da Professora
Carla Hirt

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Novembro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586s

SILVA, THIAGO LUIS SANTOS, 1987-
A semente também germina no manguezal: desdobramentos da chegada do IFRJ em Duque de Caxias / THIAGO LUIS SANTOS SILVA. - RIO DE JANEIRO, 2025.
191 f.: il.

Orientadora: Carla Hirt. Dissertação(Mestrado). - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2025.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Institutos Federais. 3. Baixada Fluminense. 4. Desenvolvimento Territorial. 5. Políticas Públicas. I. Hirt, Carla, 1985-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas III. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO Nº 581 / 2025 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.036571/2025-71

Seropédica-RJ, 09 de julho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

THIAGO LUIS SANTOS SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/06/2025

CARLA HIRT. Dr.ª UFRJ
(Orientadora, Presidente da Banca)

ROBSON DIAS DA SILVA. Dr. UFRRJ

FERNANDA PAIXÃO DE SOUZA GOUVEIA. Dr.ª IFRJ

(Assinado digitalmente em 14/07/2025 10:47)
ROBSON DIAS DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: 1555307

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 13:00)
FERNANDA PAIXÃO DE SOUZA GOUVEIA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 079.637.027-30

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 12:22)
CARLA HIRT
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 009.083.850-56

Visualize o documento original em **https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **581**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/07/2025** e o código de verificação: **0da80af539**

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento mais importante não poderia ser diferente e dedicado à minha mãe, pelo apoio incondicional em cada começo e recomeço - e sabemos que foram muitos. Junto a ela, agradeço à minha tia, que tantas vezes esteve ali, não por obrigação, mas por escolha. Com elas, eu pude entender e vivenciar o amor em cada cinco minutos de café compartilhado.

Meu eterno reconhecimento vai para àqueles que, mesmo não estando mais aqui, seguem me guiando: meu tio Carlos, para quem a vida toda eu olhei como referência, com os olhos brilhando; minha avó Luci, pela força e teimosia que eu herdei; meu avô Neri, pela sabedoria simples que ainda me orienta; e meus avós paternos, Manoel e Jurandira, que também representam muito do que eu sou hoje e também fundamentam a minha ancestralidade.

Aos que caminham e caminharam comigo diariamente, meu primo, meu pai, minha irmã, meu tio, minha tia, Julia, minha família e amigos, especialmente Grazi e Mayra, por me incentivarem lá no começo de tudo. Ao IFRJ, pelo apoio fundamental, particularmente Camila, Felipe, Daniel e Celiana. À Landara e Rafael, por transformarem desafios em conquistas compartilhadas. À Fernanda pelo aprendizado contínuo e afetuoso. À comunidade acadêmica, em especial aos alunos da EJA, que me ensinaram tanto como profissional e pessoa.

Ao PPGDT, pelo aprendizado permanente e por me apresentar pessoas extraordinárias: Carla, minha orientadora, cuja paciência e incentivo foram fundamentais nos momentos de cansaço; Robson, um verdadeiro mestre, que me mostrou novos caminhos com generosidade; e Denise, parceira fiel em tantos desafios. Aos meus colegas de turma, por todo o apoio.

Por fim, mas nunca por último, à Luana, minha companheira em todos os caminhos, sejam eles acadêmicos ou não. Tudo fica um pouco mais possível e bonito com este apoio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Esta dissertação analisa os desdobramentos da implantação do campus Duque de Caxias do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no âmbito da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) sobre a Baixada Fluminense. Com base em uma leitura crítica das relações raciais e espaciais, ancorada em fundamentos do materialismo dialético, o estudo investiga como a política pública educacional interage com as dinâmicas socioespaciais de um município marcado por desigualdades estruturais, onde 68,8% da população se autodeclara negra. Metodologicamente, emprega análise documental de indicadores socioeconômicos, questionários com estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cartografia social participativa. Os dados indicam que embora o IFRJ amplie o acesso à educação técnica e profissional, verifica-se uma desconexão entre a atuação institucional e as demandas concretas de um território marcado por múltiplas formas de exclusão e pela cobrança por melhorias efetivas nas condições de existência.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; Baixada Fluminense; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the developments arising from the establishment of the Duque de Caxias campus of the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ), within the context of the expansion of the Federal Network of Professional and Technological Education (RFEPCT) across the Baixada Fluminense region. Based on a critical examination of racial and spatial relations, grounded in the principles of dialectical materialism, the study investigates how educational public policy interacts with the socio-spatial dynamics of a municipality marked by structural inequalities, where 68.8% of the population self-identifies as Black. Methodologically, it employs documentary analysis of socioeconomic indicators, questionnaires administered to students enrolled in the Youth and Adult Education (EJA) program, and participatory social mapping. The data indicate that, although the IFRJ expands access to technical and vocational education, there is a disconnect between the institution's activities and the concrete demands of a territory marked by multiple forms of exclusion and by calls for effective improvements in living conditions.

Keywords: Professional and Technological Education; Federal Institutes; Baixada Fluminense; Territorial Development; Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13
1.1 Problemática de Pesquisa..... 22
1.2 Objetivo Geral..... 22
1.3 Objetivos Específicos.....22
1.4 Fundamentação Teórica e metodológica..... 22
1.5 Procedimentos de Pesquisa..... 34
1.5.1 Coleta e análise de dados.....36
CAPÍTULO I - Um olhar sobre o Manguezal..... 40
2.1 Duque de Caxias e Baixada Fluminense.....40
2.2 Raça: Do discurso biológico à ação política..... 45
2.3 Da emancipação do município à necropolítica..... 53
2.4 Um bairro às bordas do rio e às bordas da cidade..... 66
2.5 No rastro da escola proletária..... 71
CAPÍTULO II: Uma visão sobre a Semente.....76
2.1 Desenvolvimento(s) e suas escalas de operação.....76
2.2 Educação como projeto..... 79
2.3 Uma identidade em disputa..... 85
CAPÍTULO III: O que colhe a comunidade?..... 93
3.1. Resultados da análise dos indicadores socioeconômicos do município..... 93
3.2. Resultados da aplicação do questionário..... 101
3.3. Resultados da intervenção com cartografia social.....109
3.4. Síntese do capítulo..... 126
CAPÍTULO IV: O Território em Imagens.....129
CAPÍTULO V: Considerações finais.....157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 162
APÊNDICE I..... 175
APÊNDICE II..... 178
APÊNDICE III..... 181
APÊNDICE IV.....182
APÊNDICE V.....183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo da amostra do questionário com o perfil demográfico..... 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Discurso Hegemônico vs. Discurso Crítico: Tensões na Formação dos Institutos Federais.....91

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Figura 1 - Unidades dos IFs ao longo do estado fluminense..... 13
Figura 2 - Linha do tempo da institucionalização do IFRJ..... 19
Figura 3 - Vista externa do IFRJ Duque de Caxias (2024)..... 20
Figura 4 - Distribuição da população negra por setor censitário..... 42
Figura 5 - Distância do IDH da Baixada Fluminense da média fluminense..... 43
Figura 6 - População negra nas estatísticas sociais de Duque de Caxias..... 45
Figura 7 - Inauguração da Ferroviária em Duque de Caxias..... 55
Figura 8: Anúncio de terrenos à beira-mar em Duque de Caxias em 1950..... 57
Figura 9 - Anúncio do empreendimento nas redes sociais..... 58
Figura 10 - Mapa dos Deslocamentos para Duque de Caxias..... 63
Figura 11 - Distribuição de renda por domicílios..... 64
Figura 12 - Comparativo entre distribuição de população negra e distribuição de renda por domicílios por setor censitário..... 65
Figura 13 - Cartaz com tabela de preços de serviço de transporte local..... 68
Figura 14 - Caminhão de transporte de resíduos em uma rua de Jardim Gramacho..... 69
Figura 15 - Armanda Álvaro Alberto com seus alunos e algumas professoras.... 72
Figura 16 - Gráfico comparativo dos dados do IDHM de Renda por bairro, gênero e raça..... 98
Figura 17 - Mapa de calor mostrando o grau de concordância para cada variável analisada..... 103
Figura 18 - Comparação das tendências entre mulheres negras com mais de 50 anos e a tendência geral..... 106
Figura 19 - Comparação das variações nas tendências entre pessoas brancas e pessoas negras..... 108
Figura 20 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, destacando a estação ferroviária e outros marcos..... 112
Figura 21 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, destacando a REDUC e outros elementos..... 112
Figura 22 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, com destaque para o Parque Linear, Viaduto do Gramacho e outros elementos..... 113
Figura 23 - Cartografia do território destacando elementos do cotidiano do participante, como o depósito de bebidas e um consultório de hidroterapia..... 113
Figura 24 – Praça São Sebastião. Fotografia do autor, 2024..... 114
Figura 25 - Parque Linear Osório de Oliveira Filho em 2023 (Divulgação/Prefeitura de Duque de Caxias)..... 115
Figura 26 - Mapa produzido por participante, com destaque para o parque e sua pista de corrida, situados ao lado do Rio Sarapuí..... 116

Figura 27 – Mapa com destaque para os edifícios de destino das famílias realocadas e as moradias em processo de demolição no bairro de Gramacho. 118
Figura 28 – Lorram Paiva (2020). Anúncio do reassentamento de 1.245 famílias, projeto anunciado pela Prefeitura como a maior iniciativa de desfavelização no país..... 119
Figura 29 - Mapa produzido por participante, com destaque para a presença do Rio Sarapuí..... 125
Figura 30 - Mapa produzido por participante, com destaque para recorrência do elemento Rio Sarapuí..... 125
Figura 31 - Primeiros raios de sol sobre pequeno balcão de comércio na Avenida Teixeira Mendes (2024)..... 130
Figura 32 - Vestígios da arquitetura de favela que permanecem na Avenida Teixeira Mendes (2024)..... 131
Figura 33 – A natureza reclama seu espaço entre casas abandonadas após a demolição (2024)..... 132
Figura 34 – Cachorro aproveita o repouso solitário em um banco de Gramacho.... 133
Figura 35 – Comércio popular na parte remanescente da Avenida Teixeira MendesFigura 36 – Automóveis e piscina dividem o silêncio do amanhecer na Avenida Teixeira Mendes..... 134
Figura 37 – Árvore isolada diante do viaduto de Gramacho..... 136
Figura 38 – O progresso devora tudo: lar, povo, território (2020)..... 137
Figura 39 – A neblina esconde o futuro de uma Avenida Teixeira Mendes recém reconstruída..... 138
Figura 40 – Curso d’água do Rio Sarapuí com névoa densa..... 139
Figura 41 – Estação de Gramacho em um dia de chuva..... 140
Figura 42 – Sacos de lixo sobre o telhado de uma casa contrastam com a crença de que Deus é bom..... 141
Figura 43 – Um cachorro busca uma brecha para entrar na estação ferroviária..... 142
Figura 44 – Homem encontra uma brecha para acesso à estação ferroviária..... 143
Figura 45 – Gaiolas de passarinho acompanham as primeiras horas do dia..... 144
Figura 46 – Gramacho acorda junto com os raios de sol na Avenida Teixeira Mendes. 145
Figura 47 – Carro de som anunciando uma festa no fim de semana..... 146
Figura 48 – Crianças se divertindo na piscina com uma bola e com a Avenida Teixeira Mendes ao fundo..... 147
Figura 49 – Criança se divertindo com o campo de futebol do parque linear ao fundo..148
Figura 50 – Um casal se ajeita para embarcar no trem na estação de Gramacho..... 149
Figura 51 – Uma família remanescente da remoção transforma água em diversão na Avenida Teixeira Mendes..... 150
Figura 52 – A rotina das pessoas se entrecruza com os trilhos do ramal ferroviário..... 151
Figura 53 – O desembarque do trem marca o fim de mais um dia de trabalho e de viagem..... 152
Figura 54 – Três meninas brincam na Avenida Teixeira Mendes..... 153
Figura 55 – A tração animal ainda sobrevive entre carros e motos..... 154

Figura 56 – Um coletor de recicláveis carrega o material do seu sustento..... 155
Figura 57 – Jogo de futebol improvisado na Avenida Teixeira Mendes.....156

INTRODUÇÃO

Em 2008, os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei Federal nº 11.892, prevendo um amplo projeto de expansão a partir de instituições de ensino pré-existentes, como os CEFETs e outras escolas técnicas federais históricas. Para além das capitais e grandes cidades já contempladas com instituições tradicionais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica tinha como meta formar uma trama profunda, abrangente e ramificada pelo país. Uma proposta que visava impulsionar os arranjos produtivos locais, ampliar a ocupação de vagas e a permanência estudantil (Brasil, 2008).

Dessa maneira, no território fluminense foram criados o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - cuja área de atuação deste último se estabeleceu principalmente na região metropolitana do estado. Como parte desta iniciativa, o IFRJ chegou de forma significativa à Baixada Fluminense, pois quatro novas unidades uniram-se ao antigo Cefet-Química de Nilópolis: São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita e Duque de Caxias. Os campi citados podem ser observados no mapa abaixo (Figura 1):

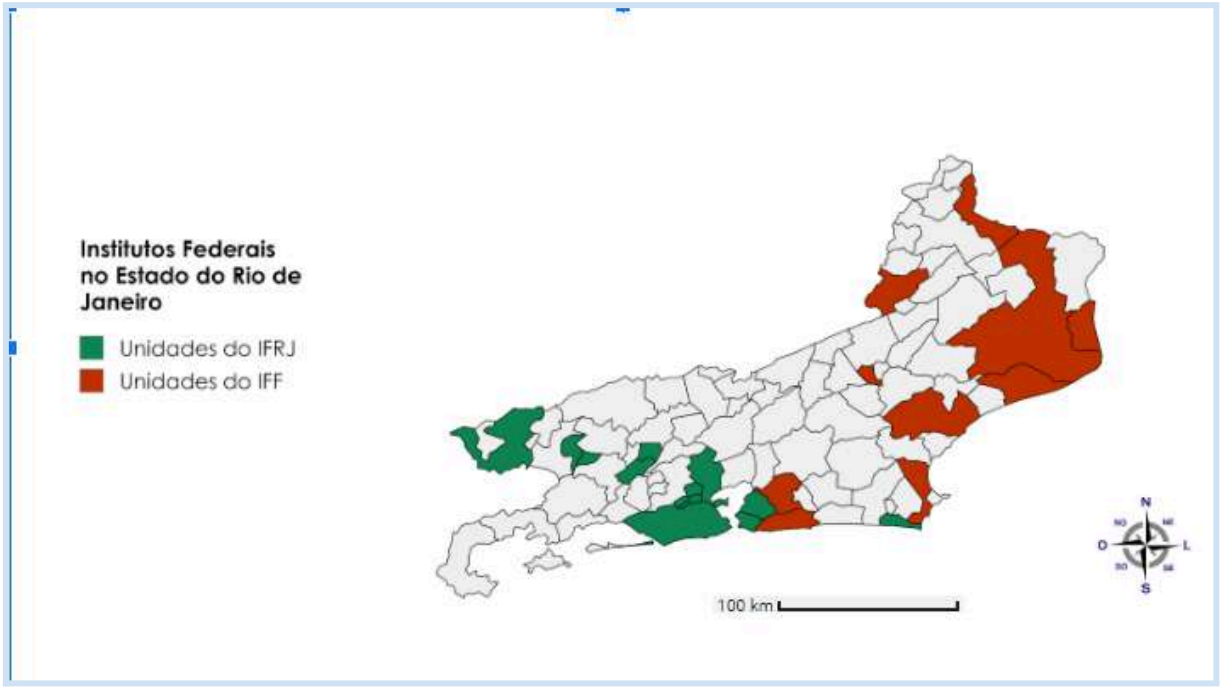


Figura 1 - Unidades dos IFs ao longo do estado fluminense

Fonte: elaboração própria

Ainda em 2006, por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Duque de Caxias e o Governo Federal, foi inaugurado em Vila Sarapuí, no bairro Gramacho, o campus avançado do Instituto Federal, que dois anos depois se tornaria oficialmente o IFRJ Duque de Caxias. A localização escolhida estava situada junto ao Rio Sarapuí, rio de considerável importância para a região e que, um pouco antes de alcançar o IFRJ e a Baía de Guanabara, flui através de mais cinco cidades da Baixada Fluminense. A despeito do encontro e da interação de elementos naturais como rios, suas margens e Baía de Guanabara, manguezal será utilizado como termo essencialmente simbólico para evocar Baixada Fluminense, Duque de Caxias e Gramacho, a partir de suas características que serão exploradas adiante, sobretudo em diálogo com as potencialidades latentes da margem (Kilomba, 2019).

Junto à menção sobre o início das atividades, cabe aqui outro apontamento relevante para esta pesquisa: em 2011, cinco anos após a inauguração, tomei posse como técnico-administrativo do campus, dando início a um longo relacionamento com a instituição e com a comunidade escolar. Em função disso, em determinados momentos esta pesquisa será redigida na primeira pessoa (como no trecho subsequente).

Dessa forma, no campus em questão pude acompanhar, de 2011 até o presente momento, diversas trajetórias discentes que aprofundaram meu vínculo profissional e pessoal com a instituição. Essas trajetórias, ainda que numa perspectiva individual, reforçaram minha compreensão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como algo potencialmente transformador – entendimento que me mobiliza a repensar minha atuação. Como técnico administrativo, percebo que a natureza do trabalho desenvolvido não se limita à execução de tarefas, mas exige um compromisso ativo com a reflexão e transformação crítica de práticas. É nesse sentido que ganha espaço a produção de conhecimento que busca aprimorar as políticas educacionais.

Essa reflexão ganha ainda mais relevância diante de uma inquietação concreta: a distância entre o IFRJ e as demandas do território onde está inserido. É evidente que esse trabalho precisa ser justificado não apenas para mim, mas para a comunidade acadêmica, para o território e para a sociedade de maneira geral. Em alguns anos, a instituição completará duas décadas. Dialogando com essas lacunas, uma das motivações fundamentais desta pesquisa é ser instrumento dessa aproximação com as urgências locais. Como parte desse processo, almejo contribuir

para que a Educação assuma o papel de parte ativa da transformação do território e de projetos de emancipação coletiva. Para tanto, é preciso garantir a escuta às necessidades e potencialidades do seu entorno.

Antes de se examinar a natureza desse processo, é preciso voltar às origens da EPT no Brasil e situá-la no contexto das mudanças históricas. A EPT, pode-se afirmar, desempenhou um papel de destaque nas transformações recentes pelas quais o país passou. Ela surge e avança acompanhando o contexto socioeconômico do país, que parte de um modelo estritamente agrário e vai se reconfigurando por meio da industrialização e da urbanização. Para citar, entre os fatos, processos e etapas importantes, destacam-se o período pós-abolicionista, a crescente urbanização e o fluxo incentivado de imigrantes estrangeiros junto a habilidades técnicas específicas; a criação das escolas de profissionais no período republicano, a criação do SENAI e SENAC na era Vargas e a reforma educacional do século XX; e, mais recentemente, uma intensificação das políticas públicas voltadas para a expansão da educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, Souza e Medeiros Neta (2021, p. 112-113) elencam alguns marcos que ganham destaque:

> - 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices pelo Decreto nº 7.566;
>
> − 1937, com criação dos Liceus Industriais pela Lei nº 378;
>
> − 1942, com a criação das Escolas Industriais e Técnicas por meio do Decreto nº 4.127, bem como a criação das Leis Orgânicas do Ensino, que estruturaram o Ensino Industrial, reformou o Ensino Comercial e o Normal, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como também trouxe mudanças ao Ensino Secundário;
>
> − 1959, com a criação das Escolas Técnicas Federais;
>
> − 1994, com a Lei nº 8.948 que gradualmente transformou as Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação e Tecnologia;
>
> − 2008, conforme já mencionamos, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dessa forma, entende-se que a EPT surge no âmbito das transformações econômicas e sociais do país - especialmente com a industrialização impulsionada a partir de meados do séc. XX - e continua a se desenvolver levando em conta as transformações e tensionamentos sociais, políticos e econômicos, trazendo constantemente ao debate a gestão, organização e formação para o trabalho no

Brasil. Atualmente, a EPT é prevista no Art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e prevê, de acordo com o conteúdo retirado da série produzida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a SETEC, acerca dos avanços históricos da EPT, que:

> Os currículos articulam as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, atendendo às demandas de qualificação profissional com Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos Superiores de Tecnologia. A educação profissional e tecnológica articula-se, também, com outras modalidades educacionais – a educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial e a educação a distância (EaD), para alcançar públicos com os mais distintos perfis (BRASIL, 2016, p.8).

Para evitar tendências tecnicistas e reducionistas da educação, ao considerar a importância da EPT no país, esta deve vir vinculada a uma formação conectada a um projeto político-pedagógico da classe trabalhadora, tal como descrevem Oliveira e Frigotto (2022), assegurando, assim, uma formação plena dos estudantes. Além disso, de acordo com o Ministério da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a LDB, “estabelece que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e que o Ensino Médio, como etapa final da educação básica, deve contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania**”** (Brasil, 2016, p. 13).

Retomando a contextualização histórica, Oreiro e Paula (2012) recordam que durante as décadas de 1980 e 1990 o Brasil enfrentou uma crise financeira que colocou o país na direção das políticas de austeridade, com desdobramentos profundos sobre distintas áreas, incluindo a educação. As diretrizes adotadas se alinhavam a um arcabouço de medidas amplamente promovido como uma solução técnica consensual — e sintetizado na expressão “Consenso de Washington” - que incluíam desde reformas econômicas até privatizações, passando pela flexibilização do mercado de trabalho e pela abertura comercial (Tavares, 1999). Tais medidas foram direcionadas a países da América Latina e tiveram ampla aceitação, resultando em impactos significativos, entre os quais destaca-se o aumento da desigualdade social. É neste contexto, portanto, que se reacende o debate sobre a necessidade de um novo olhar para as políticas públicas e sobre o próprio papel do Estado na economia do Brasil e da América Latina (Oreiro; Paula, 2012).

De acordo com Hirt e Ghibaudi (2023), o período de 2003 a 2014 é notavelmente marcado pela tentativa de afirmação de um modelo de desenvolvimento com presença ativa do Estado nas políticas econômicas e territoriais, em contraste com a lógica predominante nas décadas anteriores. O período dos três primeiros governos do PT, portanto, se vincula a um projeto conhecido como social ou novo desenvolvimentista, onde o Estado ocupa o lugar de promotor do crescimento e de articulador de políticas públicas, comprometendo-se também com a redução das desigualdades (Hirt; Ghibaudi, 2023)

Assim, no contexto da educação e também do trabalho, começa-se a elaborar o projeto de expansão da EPT no país. Santos (2018) pontua que esta diretriz ganhou espaço ao longo do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, não havendo antes qualquer destaque dado ao tema na campanha eleitoral de 2002 do então candidato. É só em 2003 que esta política de ampliação em larga escala começa a se desenhar, tendo como ponto de partida a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2004-2007), instrumento de planejamento do Governo Federal que define diretrizes, objetivos e metas para cada ciclo de quatro anos. No período de sua concepção, constava-se uma crescente demanda por qualificação no mundo do trabalho, que, por sua vez, levava uma parcela expressiva e crescente da população brasileira de volta às salas de aula, em idade mais avançada, para cursar o ensino médio (Santos, 2018).

Uma vez identificado o desafio, elabora-se no âmbito do PPA 2004-2007 uma proposta de desenvolvimento de uma nova política pública para a educação profissional, que deveria incluir a revisão da legislação que estava em vigor, para ampliar a oferta da modalidade e alinhar-se às políticas nacionais de geração de emprego e renda (Santos, 2018). Esta limitação legal se tratava da Lei nº 8.948, de 1994, criada no contexto neoliberal dos governos anteriores, e que, por meio de seu texto, vedava a criação de novas unidades educacionais sem a participação do setor produtivo e de ONGs.

A solução política passou por um Projeto de Lei (PL nº 3.584/2004), com origem no Poder Executivo, que tinha por objetivo promover a alteração nos dispositivos legais limitadores. Segundo Santos (2018), após vinte meses de tramitação no Congresso Nacional, o PL nº 3.584/2004 foi aprovado integralmente e convertido na Lei nº 11.195/2005, o que permitiu ao governo ampliar seu campo de ação e reassumir a responsabilidade pela criação de novos equipamentos

educacionais voltados para a formação profissional em todo o país. Uma vez garantida pela lei, a expansão ganha projeção para se destacar como uma das iniciativas ousadas na garantia de ampliação do acesso a cursos e programas de formação técnica de nível médio e superior, a nível federal, ao longo de mais de um século de existência (BRASIL, 2016).

Assim, de forma a atender melhor seus objetivos, as instituições de ensino de EPT foram reunidas e reestruturadas, num processo que culminou com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Vinculada ao Ministério da Educação, a rede foi formada a partir de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 23 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e do Colégio Pedro II (Brasil, 2016).

Os Institutos Federais (IFs), assim, foram criados por força desta mesma Lei, sendo instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Foram estruturados a partir do potencial instalado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais. Alinhando-se com a proposta de formação integral, os IFs são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, com oferta também de cursos de licenciatura, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática. Trata-se de uma ação inovadora, nos termos da EPT, ao promover uma organização pedagógica verticalizada, acompanhada de uma estrutura multicampi e uma definição precisa do território de abrangência e atuação (Brasil, 2016). Este modelo se aplica ao também ao IFRJ, que passou diversas etapas de transformação até sua consolidação final, em 2008, tal como observado na linha do tempo a seguir (Figura 2):

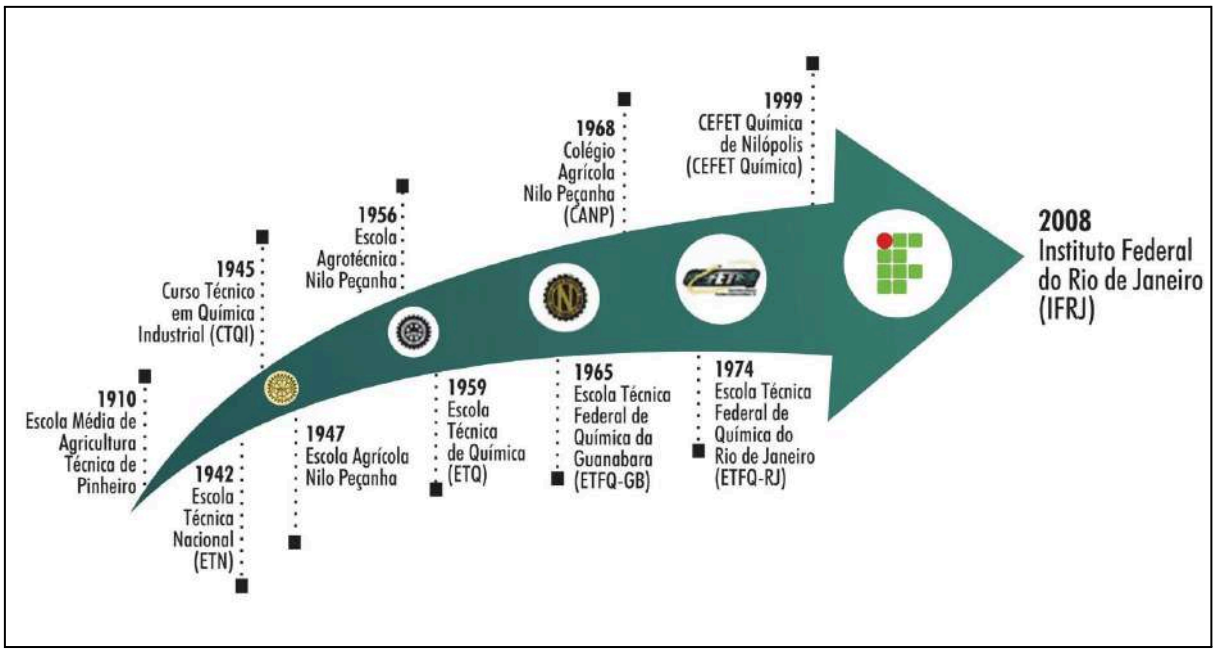


Figura 2 - Linha do tempo da institucionalização do IFRJ

Fonte: IFRJ, 2024. p. 30.

É importante registrar que este avanço da educação profissional não ficou limitado às capitais. Em suas diferentes etapas, a interiorização da rede ganhou terreno e alcançou novas localidades - e é neste contexto que a EPT chega ao município de Duque de Caxias, onde se encontra o campus objeto desta pesquisa. Em Duque de Caxias está localizado um dos maiores parques industriais do estado do Rio de Janeiro, com significativo reconhecimento e importância, e que tem apresentando um grande crescimento nos últimos anos. Ainda assim, a cidade enfrenta uma significativa falta de instituições públicas que ofereçam educação profissional de nível médio e superior de qualidade. Dessa forma, muitos jovens em idade escolar e que anseiam em se inserir no mercado de trabalho precisam buscar melhor formação fora do município, principalmente no Rio de Janeiro. Tal fato é também uma constante nas mais diversas cidades da Baixada Fluminense e do Grande Rio (Gouveia, 2011). Observa-se, assim, uma distância perceptível entre desenvolvimento industrial e oferta educacional, enfatizando, portanto, a necessidade de fortalecimento da educação profissionalizante para a sustentação e ampliação do potencial produtivo da região.

Gouveia (2011) ao analisar a situação do município junto a implementação da EPT afirma que a oferta educacional e projeto pedagógico neste município, mesmo que de forma tímida, tenta acompanhar as demandas do território, considerando que

em sua extensão encontram-se indústrias de refino de petróleo e gás, pequenas e médias indústrias de calçados, um pólo moveleiro, um parque de ferramentaria de plástico, além do pólo Gás-Químico. Em 2006, por exemplo, no início das atividades ainda como Núcleo Avançado do Cefet-Química, o primeiro curso a ser ofertado foi o Curso Técnico de Operação de Processos Industriais em Polímeros, em consonância com as características da região que abriga um dos maiores pólos petroquímicos do país.

Ainda em alinhamento com esta diretriz, atualmente o IFRJ Duque de Caxias oferece cursos nas áreas de Química, Plásticos, Segurança do Trabalho e Petróleo e Gás, a nível médio/técnico; O curso de Manutenção e Suporte de Informática também é oferecido, mas por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; Unem-se a estes, por fim, o curso de Licenciatura em Química e a pós-graduação em Educação Física Escolar. No total, mais de 1000 alunos se distribuem entre as modalidades ofertadas pela instituição cuja missão é promover a educação profissional, científica e tecnológica, buscando formar, segundo a instituição, cidadãos verdadeiramente críticos para atuar como agentes de transformação social (IFRJ, 2024a; IFRJ, 2024b).



Figura 3 - Vista externa do IFRJ Duque de Caxias (2024)

Fonte: acervo pessoal do autor (2024).

Retomando a discussão mais ampla sobre a EPT, pode-se dizer que, nos últimos ciclos de formulação e implementação da política, com destaque para a RFEPCT e a criação dos IFs, foram mobilizados esforços para ampliar o acesso à educação — particularmente em determinados territórios — e promover o desenvolvimento regional, vinculado a um projeto nacional de emancipação. É preciso, no entanto, adotar certa cautela com relação à proposta transformadora da EPT e dos IFs. Em primeiro lugar, não se pode efetivamente falar em uma única proposta tanto para um quanto para outro, uma vez que a trajetória e as abordagens sobre a EPT passaram por inúmeras etapas e interpretações ao longo do tempo. Além disso, não se pode incorrer no erro de identificar nos IFs um projeto único, mesmo em períodos de continuidade na liderança do executivo nacional. As alternâncias no comando do Governo Federal não são a única variável e, mais à frente, pretende-se explorar como o Estado e suas ações podem sofrer disputas, tanto na sua concepção quanto ao longo de sua aplicação, o que pode inevitavelmente se refletir na natureza do projeto em questão. Entendendo os limites desta etapa introdutória, voltamos ao município objeto de análise.

No que diz respeito a Duque de Caxias, serão discutidas a seguir as especificidades de um município de grande importância estratégica para o estado fluminense e que em 2006 passou a contar com uma unidade do IFRJ, no bairro de Gramacho. Essa medida parece responder a duas demandas centrais, com base no que é observado a partir da leitura de seu território: a primeira, de sua população, que busca oportunidades capazes de romper com uma narrativa histórica de exclusão e pobreza; a segunda, de sua indústria e outros potenciais empregadores, que se beneficiam da oferta de profissionais qualificados. Em um contexto mais amplo, essas expectativas estão diretamente ligadas ao desafio de reduzir as disparidades socioeconômicas que possuem raízes profundas na Baixada Fluminense. Nesse cenário, emerge a questão norteadora que orienta este projeto, a ser apresentada a seguir.

1.1 Problemática de Pesquisa

Quais foram os desdobramentos no território de Duque de Caxias resultantes da expansão do Instituto Federal na Baixada Fluminense, especificamente do campus de Duque de Caxias.

1.2 Objetivo Geral

Identificar e analisar os desdobramentos territoriais da chegada do IFRJ em Duque de Caxias, como resultado da expansão da RFEPCT na Baixada Fluminense.

1.3 Objetivos Específicos

- Averiguar se a expansão dos RFEPCT teve aderência ao território de Gramacho em um contexto caracterizado pela carência de políticas públicas educacionais adequadas às demandas locais;

- Avaliar os desdobramentos diretos e indiretos decorrentes da instalação da unidade no território, a partir de aspectos como acesso à educação, geração de empregos, integração com a comunidade local e outros fatores que indicam a influência da instituição no território.

1.4 Fundamentação Teórica e metodológica

Buscou-se compreender as mudanças provocadas pela presença do IFRJ em Duque de Caxias com base em um referencial teórico, metodológico e conceitual que assegurasse o necessário rigor científico. Nesse percurso, foi imprescindível considerar e responder a outras questões relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa:

1. Quais são os principais indicadores de repercussão socioeconômica, educacional e espacial resultantes dessa expansão?

2. Qual é a percepção da comunidade em relação aos desdobramentos no território desde a chegada do campus de Duque de Caxias?

3. Qual é o papel desta instituição pública de ensino no desenvolvimento do território e, como isso se conecta com as necessidades da comunidade?

Destaco novamente o dilema do lugar em que me encontro enquanto pesquisador: ao me apresentar como parte do IFRJ, pode-se pressupor a partir disso alguns atravessamentos positivos ou complicadores à pesquisa tais como a facilidade de acesso às informações, familiaridade com o território ou um potencial engajamento e participação maior com a comunidade no processo de pesquisa. Por outro lado, como parte integrante da instituição que pesquiso, poderia contaminar uma suposta neutralidade, ao analisar o objeto com o qual estabeleço uma relação íntima. Coaduno porém com autoras como Kilomba (2019) e hooks (2019), que argumentam que não existe neutralidade na pesquisa científica, pois todo lugar de partida é parcial. Se todo lugar é parcial, a pesquisa em questão já está condicionada. Cabe ao pesquisador, assim, apresentar seu lugar de partida para que seja possível a projeção de um olhar crítico sobre as perspectivas adotadas; cabe a ele, ainda, delimitar com precisão os instrumentos metodológicos e conduzir o estudo com o devido rigor ético e responsabilidade científica.

Além disso, dado ainda o perfil racial do autor - homem preto com traços negróides evidentes - suas experiências próprias e experiências compartilhadas com outras pessoas negras no mundo acadêmico, registra-se um compromisso com o combate ao epistemicídio no enfoque bibliográfico. Epistemicídio, na definição de Sueli Carneiro, é o processo que promove a inferiorização intelectual, numa estratégia de deslegitimação do negro enquanto portador e produtor de conhecimento. O mecanismo fere, desta forma, a racionalidade do subjugado, resultando na desqualificação da sua razão, tanto individual, quanto coletivamente. Carneiro (2023) aponta que dentro do contexto acadêmico, pessoas negras são, via de regra, confinadas ao papel de simples fontes primárias de informação; em um mecanismo similar, quando desafiam essa limitação, suas contribuições como interlocutores são restritas exclusivamente à temática negra. Busca-se, assim, contribuir no sentido da superação desta questão histórica - não por meio da aplicação automática e acrítica de um recorte, mas visando um uso estratégico e

contextualizado deste compromisso, sempre em articulação com as outras abordagens a serem apresentadas nesta fundamentação.

Reconheço-me na reflexão que Kilomba (2019) estabelece a partir do diálogo entre Bourdieu e Simmonds. A autora coloca em cheque a metáfora do autor francês, negando a possibilidade de ser, como é sugerido por ele, um peixe que existe sem sentir o peso da água sobre si. Kilomba se vê nas experiências de Simmonds ao pontuar que o mundo acadêmico é branco e neste mundo branco, o que uma pessoa negra experimenta é mais semelhante à sensação do peixe de água doce que tenta sobreviver na água do mar. Superar o quadro descrito por Kilomba e Simmonds mostra-se imperativo, tendo as escolhas metodológicas sua devida relevância neste processo.

Isto posto, discute-se a partir daqui outra questão de suma relevância, que é o entendimento de como Materialismo Histórico-Dialético pode servir de suporte para uma análise científica que se debruce sobre uma política pública. A adoção desta perspectiva de aspecto crítico, apoiando-se nas obras de Poulantzas (1981; 2019), Demo (1995) e Hall (1980; 2021), reconhece também a natureza multifacetada e relacional dos fenômenos sociais, visando um entendimento minucioso dos processos avaliados na pesquisa em questão. Adotando esta abordagem, propõe-se uma análise que considera a correlação entre os fatores econômicos, políticos e ideológicos, em uma discussão que resgata, ainda, a importância das disputas que se inserem nas esferas institucionais do Estado.

Nesse sentido, Poulantzas (2019) vai indicar a subdivisão do marxismo em duas disciplinas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. A distinção entre elas está essencialmente no objeto de investigação. Enquanto o materialismo histórico tem como foco o próprio conceito de história, por meio do estudo dos diversos modos de produção e formações sociais, estrutura, constituição e funcionamento; O materialismo dialético tem por objeto a produção de conhecimento, a própria estrutura e o funcionamento do pensamento. Integradas, as duas disciplinas subsidiam a análise da realidade concreta e, de acordo com o autor, enriquecem a análise marxista, ampliando a capacidade leitura e transformação social

No contexto das ciências sociais, Demo (1995) aponta a Dialética como a metodologia mais conveniente para analisar a realidade social, mostrando-se adequada como postura metodológica para a investigação dos fenômenos

tipicamente históricos. Demo (1995) destaca que, embora a Dialética não possa ser aplicada ao estudo da natureza, por esta carecer de fenômenos históricos subjetivos, ela se mostra indicada demais abordagens.

Demo (1995) ressalta, porém, que não existe "a" dialética, num sentido único e universal, reconhecendo a existência de uma diversidade de abordagens dentro do pensamento marxista. Identificado com a vertente histórico-cultural, para o autor, este enfoque significa em termos analíticos reconhecer, no mesmo patamar de relevância, as condições objetivas e subjetivas da vida social. Não existe, portanto, primazia de um sobre outro: “A realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendenciais, regulares do seu acontecer. É previsível nesta medida, bem como planejável, manipulável, ou seja: pode em parte ser feita pelo homem” (Demo, 1995, p. 94).

Nesse sentido, condições objetivas, para Demo (1995), são aquelas que se impõem externamente às pessoas, tal como a divisão em sexos, a desigualdade social, as necessidades materiais e fatores ecológicos e demográficos. Já as condições subjetivas, por outro lado, são interdependentes das escolhas humanas e da capacidade de construir a história - ainda que esta, para o autor, só possa ser de fato construída até certo ponto. O ator político, mesmo dotado de capacidade histórica de consciência reflexa, é condicionado como qualquer componente da realidade social e não pode arbitrariamente definir o curso das coisas.

Demo (1995) aponta, ainda, que a separação conceitual entre condições objetivas e subjetivas ajuda a aproximar-se, metodologicamente, das dimensões quantitativa e qualitativa da análise social. Para o autor, por natureza as condições objetivas historicamente dadas são sempre mais acessíveis ao exame científico, por sua adaptação a formalizações; por outro lado, a dimensão qualitativa também não deixa de ser algo objetivo, como qualquer dado histórico, mas se encontra contudo no campo das realizações humanas.

A respeito das condições objetivas, mais precisamente refletindo sobre a determinação econômica, Poulantzas (2019) assinala que esta vai apresentar influência direta sobre a política e sobre a ideologia. Nesse sentido, a autonomia relativa atribuída à dimensão econômica implica que, embora o econômico tenha primazia, o político e o ideológico não são de todo subordinados nem dependentes do econômico. Os mesmos apresentam, por natureza, suas próprias dinâmicas e podem, de certo modo, influenciar o âmbito econômico de volta.

Trazendo sua contribuição à discussão sobre o materialismo histórico dialético, Hall (1980) destaca a importância de uma investigação detalhada e analítica acerca da natureza dos modos de produção. Alinhando-se à premissa materialista, o autor afirma que esta análise cuidadosa permite esclarecer outros aspectos da formação social no nível das estruturas econômicas. Adverte, contudo, que não se pode deduzir as relações e mecanismos das estruturas política e ideológica somente por meio do aspecto econômico. O nível econômico é, assim, fundamental para elucidar as operações nos outros níveis da sociedade – mas por si só não é suficiente. Nesse sentido, Hall assinala:

> Onde, então, as relações entre os diferentes níveis de uma formação social estão envolvidas, são necessários conceitos adicionais, i.e., fornecer mais determinações, do que aquelas que têm sido mobilizadas para a análise dos níveis econômicos do "modo de produção". E deve-se admitir que o nível econômico sozinho não pode prescrever como esses níveis serão e como eles operarão – mesmo que os seus mecanismos não sejam totalmente especificáveis sem referência ao nível econômico (Hall, 1980, p. 331, tradução do autor).

Hall (2021) também reconhece na obra de Poulantzas - O Estado, O Poder, O Socialismo - uma perspectiva teórica crucial que não apenas confronta a problemática do estado capitalista, mas também revisita o vínculo entre estrutura e superestrutura, promovendo novas perspectivas que contribuem para o entendimento pleno das dinâmicas sociais. É com isso em mente que Hall (1980) enfatiza a natureza complexa das formações sociais, as quais, por sua vez, são compostas por diversas estruturas, onde não se confirma a subordinação de um aspecto sobre outro. Diante desta análise, as questões raciais, de gênero e demais – que ganham força com as contribuições de autores como o jamaicano – não poderiam ser reduzidas a explicações meramente econômicas, pois são também determinantes nos processos sociais que configuram a realidade concreta. As relações que aí se configuram são mais dinâmicas, distanciando-se da rigidez das abordagens deterministas que Hall (1980; 2021) rejeita.

Ao passo que Hall (1980) destaca a complexidade das formações sociais, Poulantzas (2019) traz para o centro de sua análise as dinâmicas das relações de produção e da divisão social do trabalho. Para o autor, são estas relações que não apenas moldam o Estado, mas também se transformam pela ação da luta de classes e pela dominação política. Uma teoria sobre o Estado capitalista deve, assim, se aprofundar também sobre as transformações históricas pelas quais esse

Estado capitalista vai passar, considerando as formas que ele assume e assumiu – tais como o Estado liberal, o Estado intervencionista ou as formas de Estado de exceção, como as ditaduras militares. Essa elaboração torna-se especialmente relevante pois é a partir da elucidação dessas especificidades é que podem se aperfeiçoar as estratégias de superação a serem adotadas pelas classes dominadas (Poulantzas, 2019).

Explorar as facetas e nuances do funcionamento do Estado é uma urgência teórica para Poulantzas, teórico que nos traz uma perspectiva diferente tanto das abordagens instrumentalistas quanto das concepções funcionalistas. Distanciando-se das análises que apresentam o Estado como uma simples ferramenta instrumentalizada pela classe dominante ou de análises que o definem como sujeito autônomo dotado de vontade própria, o autor propõe uma compreensão da organização a partir da ideia da "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe" (Poulantzas, 1980, p. 148). Essa perspectiva, que pode ser identificada como relacional, reforça que o Estado não é uma formação uniforme, mas sim o produto e a arena das relações sociais que se estabelecem entre as classes sociais e suas frações.

Faz sentido, portanto, destacar o protagonismo que o conceito passa a ganhar a partir desta visão. O aparato estatal não é de natureza simples. Para Poulantzas, este arranjo tem uma operação sofisticada e complexa, tal como destacado em O Estado, o Poder, o Socialismo:

> O Estado constitui portanto a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. Esse papel fundamental de organização não concerne aliás a um único aparelho ou ramo do Estado (os partidos políticos), mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (exército, polícia etc.) que, também eles, desempenham essa função. O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares (Poulantzas, 1980, pp. 145-146).

O que está posta aqui é a natureza da esfera de atuação estatal, que surge como uma arena - um domínio disputado por agentes com distintos projetos, espaço de negociação e gerenciamento dos conflitos de interesse entre as diversas frações de uma classe. Essa arena, que conta com sua autonomia relativa, permite assegurar a hegemonia do segmento dominante, mediando disputas e tornando

mais eficaz a dominação sobre as classes subalternizadas. E como uma arena ou, ainda, um conjunto de arenas, suas tendências também oscilam e se deslocam, de acordo com as tensões que lhe são imputadas (Poulantzas, 1980).

Nesse sentido, a noção de hegemonia de Gramsci traz novas implicações para a discussão quando em contato com o que nos apresenta Poulantzas. Enquanto este destaca a noção de Estado como uma arena sujeita à disputa das diferentes frações de classe, Gramsci, por sua vez, estabelece diálogo com esta abordagem, demarcando o Estado como o local onde se trava a luta pelo que ele vai chamar de hegemonia. Esse conceito, central no pensamento gramsciano, refere-se à liderança política, moral e intelectual exercida pela classe dominante, que busca impor sua visão de mundo como universal e moldar os interesses dos grupos subordinados (Carnoy, 1986).

Conforme discutido por Maia (2021), para Gramsci, a classe dominante não se atém em sua atuação ao uso dos aparatos coercitivos do Estado. Ela também emprega estratégias de consenso, por meio da persuasão ideológica, para obter a adesão voluntária dos dominados. Juntos, força e consenso formam um par integrado que dá base para a consolidação da classe dominante. É, portanto, sob a ótica da adesão que Maia contextualiza as concessões econômicas realizadas pela burguesia, que, embora reais, não modificam a estrutura-base, servindo para legitimar a ordem social e econômica estabelecida (Maia, 2021).

Por sua vez, a emancipação da classe dominada na abordagem gramsciana passa necessariamente pela transformação moral e intelectual coletiva, com a promoção e assimilação generalizada de uma cultura contra-hegemônica. Nessa tarefa de reconfiguração, destaca-se o papel dos intelectuais enquanto lideranças orgânicas, que devem ser capazes de atuar como atores fundamentais na articulação de uma resposta organizada das classes dominadas. Destaca-se, ainda, as instâncias culturais e educacionais enquanto campos de embate ideológico de suma importância para a ascensão e consolidação desta nova hegemonia, sendo terreno essencial para o reavivamento da consciência crítica da classe trabalhadora (Carnoy, 1986).

Adotar um ponto de vista relacional a respeito do Estado significa, desta forma, enxergá-lo não como um agente monolítico, mas como um conjunto de arenas em disputa e em negociação constante. As políticas concebidas neste contexto são, por consequência, complexas e multifacetadas, por serem fruto da interação social entre diferentes fatores. Isto se mostra particularmente importante a partir da compreensão da ideia de políticas públicas não como elementos isolados e estáticos, mas como variáveis influenciadas por uma multiplicidade de atores sociais e políticos operando em diferentes esferas de poder. Desta forma, considera-se não apenas as intenções, objetivos ou a própria concepção da política, mas também como elas são influenciadas ao longo do tempo.

Quanto às medidas que incidem sobre a educação, é fundamental considerar o destaque que é atribuído por Gramsci à escola como instrumento de hegemonia, seja para a manutenção da ordem dominante, seja na perspectiva de transformação das relações de poder. A educação não é mera coadjuvante no processo de emancipação da classe trabalhadora, cabendo a esta, organizada, compreender as políticas públicas educacionais como um campo estratégico para sua atuação, levando em conta sempre os desdobramentos amplos e decisivos das intervenções neste âmbito.

Nesse sentido, compreendendo as políticas públicas como um instrumento fundamental para a condução dos temas públicos, são incorporadas aqui as considerações de Souza (2006). Segundo a autora, não existe uma compreensão fixa para este aparato, mas seu entendimento geral passa pela premissa de um conjunto de diretrizes, normas e programas que integram a ação governamental. Em outros termos, este instrumento pode ser definido a partir do conceito de ações coordenadas e intencionais que são implementadas por governos, via de regra, visando a superação de problemas coletivos e a melhoria geral das condições de vida.

Não se pode, no entanto, esvaziar a análise das políticas públicas de seu sentido político, partindo de uma noção inconsistente de neutralidade técnica, como observa Saviani (2021). As políticas públicas não são uma simples resposta ou medida técnica diante de um desafio emergente. Partindo de uma análise sobre o campo da educação, Saviani (2021) interpreta tais políticas como a manifestação

dos interesses contraditórios de uma sociedade, evidenciando, assim, seu caráter político, ainda que se ocultem sob a aparência do estritamente técnico.

Dito isto, é importante notar que, no campo da educação, o aspecto relacional supracitado se revela particularmente sensível, uma vez que as políticas públicas em questão podem se apresentar como inclusivas e críticas, mas, por outro lado, também podem se mostrar acríticas, mercadológicas ou até mesmo retrógradas. Após a criação de uma política pública, a concorrência entre classes e suas frações segue incidindo e condicionando, buscando o atendimento de interesses de diferentes agentes políticos e econômicos, seja pelo enfraquecimento ou fortalecimento da política ou mesmo pela cooptação dela segundo seus vieses e perspectivas. É, portanto, fundamental entender as políticas públicas como processos dinâmicos que vão responder às interações entre as diversas classes e frações de classe - e a progressão destas políticas também segue esta perspectiva.

Tendo como ponto de partida a teoria do materialismo dialético e a abordagem relacional sobre o objeto de pesquisa, faz-se necessário acrescentar as categorias analíticas a serem exploradas, como os conceitos de raça e espaço. A predominância notória da população negra na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias e também em Gramacho demanda à presente pesquisa uma análise teórica bem fundamentada e que seja capaz de examinar a extensão das desigualdades raciais à luz da categoria raça e dos mecanismos de racialização que operam a partir desta. Entendendo o materialismo histórico dialético como um método apropriado à leitura das políticas públicas que dão origem à expansão da RFEPCT, mas entendendo este também como um instrumento limitado para a compreensão das dinâmicas de opressão racial (Mbembe, 2018; Moore, 2006), propõe-se a adoção de novas perspectivas analíticas a partir de autores como Munanga (2014), Moore (2006), Mbembe (2018) e Gomes (2012, 2020).

Estas perspectivas em questão dotam a investigação de uma visão elucidativa que atribui centralidade ao fator raça, na compreensão da realidade, no lugar de adotá-lo como aspecto secundário ou coadjuvante. Tal enfoque permite uma avaliação essencialmente crítica, adequada tanto a um contexto abrangente quanto ao contexto brasileiro e revela como as dinâmicas de racialização atravessam as diferentes esferas da vida social. Dessa forma, a análise parte da compreensão de raça, como categoria difundida, até sua expressão na realidade do país, com destaque especial para a sua instrumentalização a partir dos movimentos

sociais da comunidade negra brasileira. Essa elaboração teórica possibilita um exame abrangente das estruturas de poder e sua repercussão sobre o território em análise.

Ainda que não se apresente os teóricos supracitados como parte de um campo conceitual formal, encontra-se nestes uma fonte sólida de abordagens que elevam raça a categoria estruturante e crucial para a análise da realidade, oportunizando uma discussão em termos metodológicos contextualizados com o objeto de pesquisa. Como base comum, os autores compartilham esta premissa importante, possibilitando preencher as lacunas analíticas que poderiam prevalecer com a manutenção de uma abordagem única. Ao integrar novas perspectivas teóricas, propõe-se, portanto, uma discussão aprofundada e que se inicia com a contextualização fundamental da origem, consolidação e ressignificação histórica do termo raça.

Para os objetivos deste estudo, as classificações preta e parda estão reunidas em uma única categoria denominada negra, tal como normatizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Petruccelli, 2007) e seguido também pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Osório, 2003). Reconhece-se de maneira crítica, no entanto, a complexidade da categoria pardo em um panorama multirregional, multirracial e multiétnico (Petruccelli, 2007), marcado ainda por um evidente processo de apagamento indígena (Krenak, 2021; Ferro; Da Silva, 2024).

Contribui, ainda, para este aporte teórico a definição de Espaço Geográfico articulada por Milton Santos (1978), para quem este conceito fundamental deve ser olhado como um todo, como uma integralidade inevitável. Esta totalidade, para Santos, abriga um conjunto de funções e formas tanto de processos históricos, quanto de processos contemporâneos (Santos, 1978). Trata-se, portanto, de uma concepção dinâmica, que agrega as relações sociais do passado e do presente, além de uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções, acompanhando o movimento da sociedade. O Espaço Geográfico se apresenta, desta forma, como indissociável da noção de sistemas de tempo, uma vez que este se mostra um verdadeiro mosaico de elementos de distintos períodos (Santos, 1985). É sob este prisma que Santos (2008) estabelece que o espaço é formado por um sistema inseparável de ações e objetos, onde os objetos não apenas condicionam as ações, mas também serão condicionados por ela, em um ciclo contínuo de transformação. A análise desse sistema de objetos,

para o autor, leva à compreensão das forças produtivas; ao passo que a análise do sistema de ações permite a compreensão das relações sociais de produção (Santos, 2008). Juntos, estes sistemas operam de maneira interdependente e o desafio reside na proposta de investigar a maneira como eles interagem e o que surge como resultado dessa interação dinâmica.

A abordagem de Santos permanece guiando a pesquisa, dessa vez no esforço de articular território, para correlacioná-lo posteriormente à análise dos desdobramentos que acontecem com a chegada do IFRJ. A partir do autor, temos na questão territorial uma dimensão que ganha significado através de seu uso e se assemelha, nesta medida, à compreensão de espaço geográfico. Para enfatizar a importância da noção de território usado, Santos e Silveira (2006, p. 247) estabelecem que "[…] a partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política".

As discussões de Santos sobre espaço, território e suas intercessões, permitem que seja introduzido adequadamente o conceito de Desenvolvimento Territorial, a partir da contribuição de Brandão. Frente às disparidades profundas que marcam a realidade brasileira, Brandão (2004) projeta sobre a escala do território a ideia de transformação e avanço das condições de uma localidade específica. Em outros termos, estabelece uma visão de desenvolvimento que dá papel de destaque à dimensão territorial - visualizando este aspecto não como mero local físico, mas também como espaço continuamente estruturado por relações sociais, políticas e econômicas. Território, para Brandão, é, dessa maneira, reflexo deste conjunto de processos e interações; ao passo que seu desenvolvimento passa pela concepção de estratégias multifacetadas que se orientem para reconfigurar estas relações complexas e conflituosas ligadas às resistências dos sistemas socioeconômicos e políticos. Em contraponto ao enfoque homogeneizante das escalas global e local, enfatiza-se a visão crítica do autor brasileiro sobre a multiescalaridade dos fenômenos em suas dinâmicas (Brandão, 2004).

A partir das concepções apresentadas, a estrutura desta pesquisa foi pensada em dois grandes capítulos, somados à introdução e à discussão dos resultados. Primeiramente será apresentado o território de análise a partir de uma abordagem multiescalar, abordando dados e discussões ora específicas, ora ampliadas, tendo

como destaque Gramacho, Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Inicialmente são apresentadas a cidade e seu entorno, destacando-se fatores históricos, características demográficas, aspectos socioeconômicos e de infraestrutura, além de desafios sociais. Ressalta-se uma característica em particular: a predominância da população negra, o que evidenciou a importância de o estudo abranger os aspectos teóricos sobre raça supracitados.

A escala micro, por sua vez, é integrada à discussão a partir da apresentação de Gramacho, bairro onde está localizado o campus Duque de Caxias do IFRJ. A delimitação territorial que será utilizada corresponde não somente à porção central mais reconhecida do bairro, mas engloba também as áreas de Vila Sarapuí, Jardim Gramacho e outras que eventualmente são identificadas como unidades independentes. Prioriza-se, assim, esta definição mais abrangente do bairro, em observância ao normatizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo / Duque de Caxias.

A escolha do bairro como a menor escala de análise possibilita uma investigação mais minuciosa sobre os desdobramentos diretos da presença de equipamentos educacionais no espaço urbano. Nesse sentido, a escala opera como um recorte, um ponto de partida para que a análise possa ganhar profundidade a partir das tensões e mediações espaciais, considerando também a lógica da acumulação capitalista (Brandão, 2008). Ao propor uma análise multiescalar, as conclusões serão sempre articuladas com escalas mais amplas, de maneira que Gramacho não se configura apenas como uma divisão administrativa, mas também representa um ponto de reverberação das dinâmicas da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias. Propõe-se, assim, uma compreensão que conjuga fatores locais e regionais para aprofundar as observações empreendidas, avançando para torná-las mais abrangentes e completas.

Em um segundo momento, propõe-se uma análise sobre políticas públicas com enfoque territorial, com destaque para o fenômeno da produção de espaço urbano a partir de sua atuação, no contexto das discussões trazidas por Milton Santos. Como consequência inevitável, será dada ênfase às políticas públicas que estão circunscritas no contexto da expansão da RFEPCT, que nos levam à criação de novas unidades do IFRJ na Baixada Fluminense. Também será tema deste capítulo uma abordagem crítica sobre Educação, considerando espaços formais de

ensino, a partir de uma visão que reconhece seu propósito para além do atendimento das demandas do mercado.

1.5 Procedimentos de Pesquisa

Como já observado, o objetivo deste projeto é analisar os desdobramentos da chegada do IFRJ em Duque de Caxias, como resultado da expansão da RFEPCT na Baixada Fluminense, examinando a aderência dessa expansão no território a partir de um contexto caracterizado pela carência de políticas públicas educacionais adequadas às demandas locais. Para essa compreensão aprofundada foram utilizados multimétodos, a partir da metodologia de triangulação de dados, a fim de responder aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa. Tal metodologia possibilita uma maior apreensão de fenômenos socioculturais multifacetados, além de aumentar a fidedignidade e validade da pesquisa, a partir da abordagem de diferentes ângulos, confrontamento de informações e de perspectivas (Santos *et.al*., 2020). O uso da triangulação é, portanto, parte do empenho de oferecer uma compreensão científica às conclusões levantadas sobre o objeto investigado. Desta forma, os métodos utilizados foram: Análise Documental, Revisão Narrativa da Literatura, Questionário e Cartografia Social.

Além dos métodos habitualmente empregados em trabalhos acadêmicos, esta pesquisa incluiu ainda um capítulo visual adicional, composto por registros fotográficos do território. Este recurso, no entanto, não se vincula à triangulação de dados, uma vez que não se insere na lógica de verificação científica. Ao considerar a imagem fotográfica como um campo aberto à reflexão, à construção criativa e à fantasia, o trabalho se transforma em um diálogo com o leitor, assumindo múltiplas possibilidades, incluindo a de ir de encontro à racionalidade instrumental da pesquisa (Sontag, 1986).

A análise documental baseia-se na busca realizada “em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorando, balancetes, comunicações informais (...)” (Vergara, 1997, p. 46). A pesquisa documental, em um primeiro momento, pode se assemelhar à pesquisa bibliográfica, também inserida como proposta deste estudo através da Revisão Narrativa. Contudo, as duas se

diferenciam significativamente pela natureza das fontes que utilizam. A pesquisa documental, em particular, se dedica aos materiais registrados que não receberam, necessariamente, um tratamento analítico (Gil, 2002). Por sua vez, a pesquisa bibliográfica foi conduzida através do método de Revisão Narrativa, que é adotado no âmbito de discussões mais amplas, quando o principal objetivo é discutir e descrever o contexto de determinado fato ou tema, analisando seu estado da arte e trazendo uma perspectiva crítica do pesquisador, sem necessariamente esgotar as informações (Rother, 2007). Acredita-se que tal método pode possibilitar uma contextualização mais minuciosa a respeito das políticas públicas analisadas, abrangendo ainda como elas dialogam entre si e convergem com as necessidades da região, bem como, investigar quais marcos legais na educação foram promovidos no contexto da expansão da RFEPCT.

Segundo Bastos, Sousa, Silva e Aquino (2023), um questionário é formado por um conjunto de perguntas que se relacionam entre si, de maneira lógica, abrangendo variáveis e circunstâncias que se deseja medir ou descrever em uma pesquisa científica. Esse método busca investigar de forma mais direcionada pontos já levantados através da revisão bibliográfica e análise documental, situando, ainda, a própria inserção no campo e a elaboração desse projeto como preditores das questões intencionadas no objetivo de pesquisa.

De acordo com as considerações de Acselrad e Viégas (2013), a cartografia social ou cartografia participativa, pode ser descrita como a assimilação de técnicas e modos de se fazer representar, cartograficamente, por grupos historicamente excluídos. Esse método soma-se aos questionários com a proposta de abrir espaço para percepções não previstas. Possibilita, ainda, uma aproximação dos atores sociais, visando inseri-los não como mera fonte de dados, mas principalmente como participantes e produtores da presente pesquisa, enfatizando a natureza participativa do método de construção cartográfica. Assim, ao reconhecer os sujeitos como detentores de saberes e experiências vinculadas ao território, a abordagem se volta para a escuta ativa e para o envolvimento direto deles na produção de dados. A investigação se aproxima, portanto, de uma análise mais integrada, capaz de articular diferentes dimensões dos desdobramentos territoriais, em conformidade com os objetivos geral e específicos deste trabalho.

1.5.1 Coleta e análise de dados

Primeiramente, foi realizada uma busca documental nos indicadores da cidade de Duque de Caxias. Isso permitiu uma compreensão mais objetiva das mudanças pelas quais o município passou e possibilitou uma contextualização das transformações também do bairro de Gramacho. Tendo como ponto de partida, assim, o primeiro ano de funcionamento do campus avançado na cidade, 2006, foram analisados: o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M), que ofereceu uma visão geral do desenvolvimento ao considerar fatores como saúde, educação e renda; o Produto Interno Bruto per capita do município; e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre rendimento formal (2013-2017). Esses indicadores foram analisados ao longo do tempo para identificar padrões, permitindo uma compreensão mais aprofundada da análise, seja em termos econômicos, seja em termos sociohistóricos. As fontes foram complementadas com dados do Censo Demográfico (2000, 2010 e 2022) sobre escolaridade, taxa de atividade, taxa de desocupação, alfabetização e perfil do mercado de trabalho, além de relatórios do PNUD. A busca em questão foi realizada em fontes de dados primárias do Governo Federal e do PNUD.

Realizou-se, ainda, uma Revisão Narrativa da Literatura em bases de dados de artigos científicos, incluindo *Scielo*, Portal *Capes* e Google Acadêmico, com foco nos temas relacionados ao Desenvolvimento Territorial, Institutos Federais, Raça e Educação.

Na busca documental foram incluídos leis, decretos e relatórios de relevância legal, técnica ou administrativa. A revisão da literatura seguiu os mesmos critérios de inclusão, enquanto os critérios de exclusão abrangeram: artigos não disponíveis na íntegra, artigos fora do escopo definido e artigos em línguas não relacionadas à pesquisa.

Outro método utilizado no processo de coleta de dados foi um questionário com 14 itens (APÊNDICE I) por escala Likert de 5 pontos (Canto de Gante, 2020) aplicado com estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFRJ Duque de Caxias, a fim de avaliar os desdobramentos da chegada instituição sob o ponto de vista da comunidade de Gramacho. O questionário teve por meta envolver ao menos 25 participantes, moradores da região, sendo a escolha desses feita através de inscrição por formulário da plataforma Google Forms, obedecendo a

determinados critérios de elegibilidade: 1. Possuir no mínimo 30 anos; 2. Ser morador de Gramacho há no mínimo 18 anos; 3. Ter matrícula ativa na instituição pela EJA. Tais critérios foram pensados buscando um recorte de idade de pessoas que tenham presenciado, de maneira minimamente consciente, as transformações no território desde a inauguração até os dias atuais. Tais critérios também poderiam ser reajustados e revistos pelas informações colhidas dentro do próprio campo de pesquisa. A proposta de reunir um patamar de referência de 25 participantes visava garantir uma amostra representativa com base em estimativas do número de alunos dentro do perfil. A estimativa em questão apoiou-se nos relatórios de matrícula do Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRJ, 2024) e na análise do perfil etário e área de residência dos alunos dos cursos noturnos (Paulo, 2023), observando ainda o equilíbrio entre representatividade, recursos disponíveis e a busca por resultados que possam ser generalizados (Gil, 2002). O acesso e contato com os participantes foi facilitado devido à inserção do pesquisador no campo. A fim de obedecer o rigor ético foi entregue aos participantes um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE II), apontando os possíveis benefícios e riscos da pesquisa, bem como garantindo o sigilo e direito de interrupção. Foi também encaminhado para a instituição o modelo de Termo de Anuência Institucional (APÊNDICE III) para autorização da pesquisa. Antes do dia da intervenção e coleta de dados, foi realizada uma aplicação piloto do questionário para avaliar a compreensão dos sujeitos acerca das afirmações, como forma de garantir que os dados coletados seriam úteis para a análise. A análise dos dados quantitativos foi realizada com o apoio do software estatístico Jamovi, escolhido por sua interface acessível e ajustada a pesquisas científicas dos campos sociais.

Adicionalmente, foi realizada uma oficina de formação sobre cartografia participativa com produção de mapas como forma de apreensão das realidades simbólicas do espaço. Em diálogo com a ementa da disciplina Geografia I, do curso MSI/EJA, que prevê os conteúdos programáticos *Cartografia* e *Geografia do Cotidiano/Lugar*, foi proposto à equipe docente da unidade a realização de uma atividade complementar com adesão voluntária dos discentes. Esta etapa contou com a colaboração de uma aluna egressa do IFRJ, que tem vínculo ativo com a comunidade escolar e possui experiência prévia com o método. Na oportunidade realizou-se uma breve apresentação expositiva sobre o tema pela equipe de pesquisa, quando os alunos foram estimulados a contribuir também com o debate

crítico trazido pelos novos referenciais da abordagem apresentada. De posse das novas ferramentas metodológicas, os participantes foram convidados à prática cartográfica, contando com material de apoio que incluía papel A4, lápis de cor e canetas coloridas, através dos quais foi proposta a representação do entorno do IFRJ de maneira artesanal. Todos os momentos foram registrados por gravador de voz e anotações realizadas pelo pesquisador. A definição do que compõe o entorno da instituição, a opção por cores, simbologias, escalas e outras questões foram consideradas de livre opção criativa dos participantes. Como observado por Gomes (2017), quando se trata de mapeamento social, é particularmente relevante o esforço interpretativo e intuitivo, pois é a partir dele que se viabiliza a apropriação de elementos-chave da cartografia em sua abordagem tradicional para seu uso crítico na cartografia social.

Por fim, os participantes tiveram a oportunidade de discutir os resultados. Visando ampliar a interpretação sobre os mapeamentos, qualificando os dados cartográficos, foram propostos os seguintes parâmetros em complemento às observações livres dos integrantes, como possibilidades de ponto de partida:

a) Repetição de elementos – quais elementos se repetiram muitas vezes e quais se repetiram pouco e o que isso pode representar;

b) Ausência de elementos – quais elementos foram completamente esquecidos e o que isso pode representar;

c) Destaque dado aos elementos – quais áreas foram destacadas ou sub-representadas e o que isso pode representar;

d) Hierarquia espacial - como os elementos do mapa são organizados em termos de importância a partir da representação visual.

e) Temporalidade dos elementos - quais marcos são considerados novos, quais não são e se isso tem relevância para o mapeamento;

f) Representação da infraestrutura – como as ruas, pontos de ônibus, estações ferroviárias, entre outros são representados graficamente e que importância ganham;

g) Representação dos fluxos – como o movimento de pessoas e os fluxos de transporte são retratados e ganham relevância ou não;

h) Quais marcos podem ser relacionados à chegada do IFRJ, direta e indiretamente;

i) Quais marcos podem ser relacionados a políticas públicas de uma maneira geral;

j) Quais marcos se destacam quando se trata de carga simbólica emocional para a comunidade;

Ao final da discussão, a oficina foi finalizada com um convite aos alunos para a exposição dos trabalhos nos corredores da escola. Por fim, os alunos dentro do grupo-alvo foram convidados a preencher o formulário impresso sobre as transformações do espaço com a chegada do IFRJ Duque de Caxias. A análise qualitativa dos mapas foi cruzada com os dados quantitativos para validar e interpretar os resultados, visando dar base e explicação para as mudanças observadas.

A pesquisa está registrada sob o CAAE nº 85075124.0.0000.0311 e foi aprovada pelo Parecer Consubstanciado nº 7.645.704, como forma de garantir o cumprimento dos princípios éticos e a confidencialidade das informações.

CAPÍTULO I - Um olhar sobre o Manguezal

2.1 Duque de Caxias e Baixada Fluminense

Duque de Caxias é uma cidade fluminense localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, que faz divisa com os municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro (capital). A cidade é composta por quatro distritos: Duque de Caxias, o primeiro; Campos Elíseos, o segundo; Imbariê, o terceiro; e Xerém, o quarto. Sua área de extensão total é de 467 km², sendo atravessada pelo ramal Saracuruna da rede ferroviária metropolitana fluminense, além de rodovias de relevância como o Arco Metropolitano (BR 493) e a Rodovia Washington Luís (BR 040). De acordo com as observações de Tenreiro (2015), a transformação de Caxias chama a atenção pois a mesma deixa para trás a característica de se apresentar exclusivamente como cidade-dormitório para desenvolver uma economia própria, única, capaz de polarizar municípios vizinhos, consolidando-se como um importante centro regional.

Faz-se necessário registrar que a cidade está inserida no seio da Baixada Fluminense, região que embora não seja reconhecida pelo IBGE, que considera apenas micro e mesorregiões, ganha importância nas análises de cunho social, político e econômico. Embora a Baixada Fluminense possa ser definida a partir de diferentes abordagens, Duque de Caxias é um elemento recorrente e pode ser entendido como uma das cidades-chave para a compreensão da delimitação. Simões (2006, 2011) destaca a alternância entre as definições, desde de seu entendimento enquanto unidade geomorfológica caracterizada por suas terras baixas, até noções que passam a atribuir centralidade a aspectos socioeconômicos e culturais. Embora, ao longo do tempo, estas configurações tenham sido enriquecidas com outras camadas, a definição de Baixada Fluminense aqui empregada não será retratada como única ou mais precisa, mas sim como uma escolha ajustada às abordagens metodológicas propostas.

Desta forma, ao dizer Baixada Fluminense, são aqui considerados os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova

Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Magé, Guapimirim, Seropédica, Itaguaí e Paracambi. Estes municípios compõem o que Simões (2011) define como Baixada Ampliada, recorte que permite uma análise funcional do território, considerando também as transformações regionais e os desafios socioeconômicos compartilhados. Estas se avizinham e compartilham características em comum, tais como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), altos índices de violência e baixa cobertura de serviços públicos (Honorato, 2020). Ao analisar os municípios dessa região, Duque de Caxias se destaca como o mais populoso entre eles, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022; considerando a totalidade do Estado, ele ocupa a terceira posição entre as 92 unidades fluminenses. A pesquisa revelou ainda que a cidade possui 808.161 habitantes, sendo a maior parte da sua população composta por pessoas negras (68,81%), a partir do somatório dos munícipes identificados como pardos (49,74%) e pretos (19,07%). Participam também da composição demográfica brancos (31%), amarelos (0,1%) e indígenas (0,08%) (IBGE, 2023).

De acordo com o Censo 2022, a Baixada Fluminense se notabiliza pela presença expressiva de pretos e pardos, onde o percentual do grupo chega a alcançar 69% da população residente. Entre as cidades que a compõem, Duque de Caxias se destaca por sua alta proporção e por reunir em seu perímetro o maior número absoluto de indivíduos negros, correspondendo a um total de aproximadamente 556 mil pessoas (IBGE, 2O23). O mapa a seguir (Figura 4), elaborado pelo autor, ilustra uma distribuição que se dispersa por quase todo o território, salvo exceções:

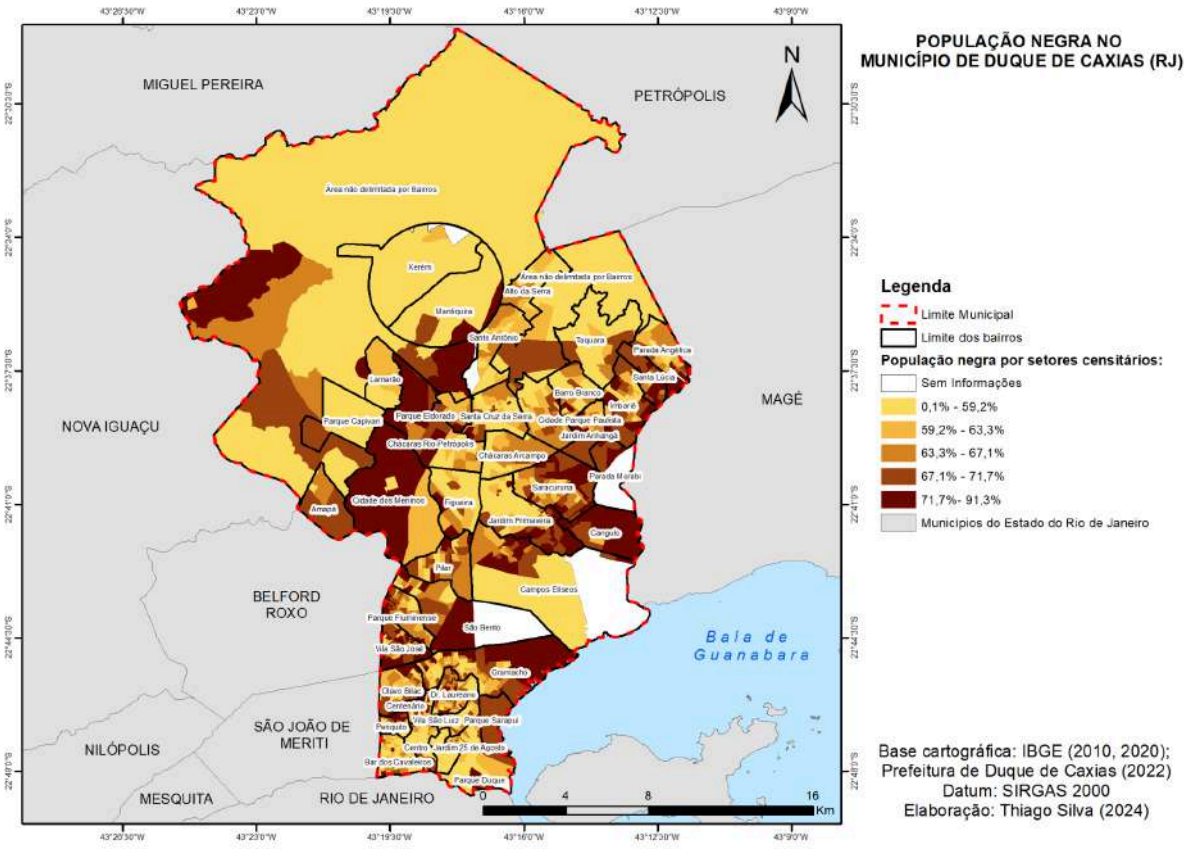


Figura 4 - Distribuição da população negra por setor censitário.

Esta distribuição dos grupos raciais vai se manifestar também nos indicadores sociais da Baixada Fluminense, conforme dados colhidos pelo AtlasBR (2023) que indicam que tanto em 2000 quanto em 2010, todos os municípios mantiveram o IDH-M inferior ao da média do estado, ainda que esse índice tenha aumentado de um período para o outro. Em Duque de Caxias o IDH-M decaiu de 0.753, em 2000, para 0.711, em 2010. No respectivo período, o PIB da cidade quase triplicou, saltando de 8,5 mi em 2000 para 23,1 mi, em 2010, conforme indicado pelo IBGE (2023). Uma ascensão significativa em termos econômicos e um resultado verdadeiramente frustrante em termos sociais, pode-se dizer. Nesse sentido, Tenreiro (2015) reflete que, com frequência, se questiona como um município com o PIB tão relevante pode ter a maior parte da sua população em condições precárias, em flagrante contradição com seus resultados econômicos. O gráfico a seguir (Figura 5) registra a disparidade entre o IDH-M da região e o do restante do estado:

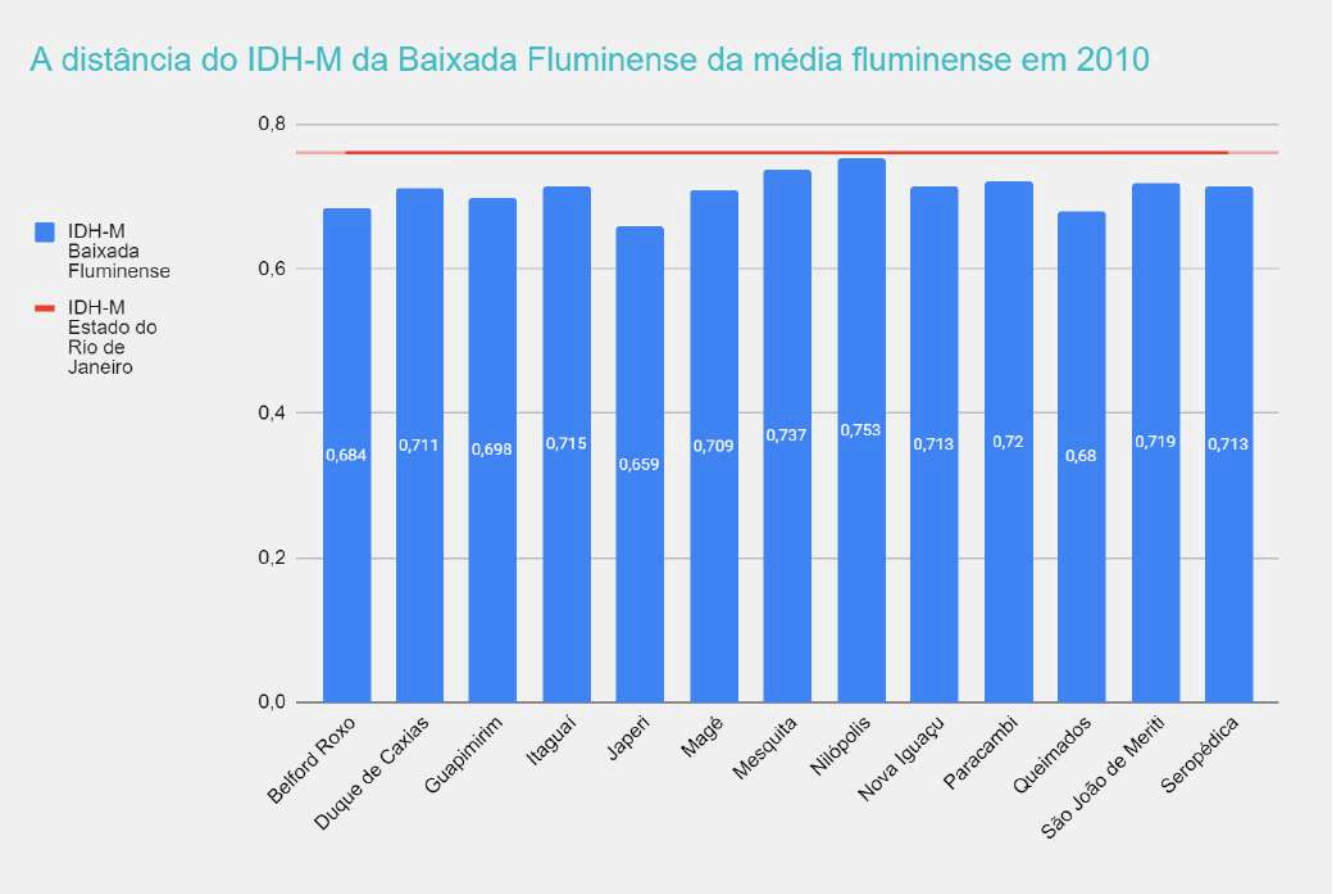


Figura 5 - Distância do IDH da Baixada Fluminense da média fluminense

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AtlasBR (2023)

Nesse cenário, os dados apresentados pelo Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense, 2023) mostram a precariedade das condições de saneamento básico na cidade. Destaca-se o percentual alarmante de habitantes com esgoto coletado e tratado, de apenas 1,6%, em contraste significativo com os 26,3% observados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Quando se trata da cobertura dos serviços de Atenção Básica do SUS a mesma segue sendo baixa, atingindo apenas 22,1% da população, enquanto na RMRJ esse índice é quase três vezes superior, alcançando 63,8%. Todos estes dados apresentados pela Casa Fluminense reforçam o grau de desafio enfrentado pela cidade na superação de problemas históricos - e comuns a seus vizinhos da Baixada Fluminense.

Somam-se aos desafios de ordem sanitária e de saúde, as questões sociais complexas e persistentes de uma cidade majoritariamente negra e feminina. Sabe-se que entre os duque-caxienses, 52,46% são do sexo feminino e 47,54% são do sexo masculino (IBGE, 2023). Nesse sentido, destaca-se, a partir dos dados

indicados no Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense, 2023), o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches em relação ao total de crianças de 0 a 3 anos: enquanto no Estado do Rio de Janeiro este percentual é de, em média, 24,4%, e na Região Metropolitana de 23,3%, em Duque de Caxias o mesmo percentual é de apenas 8,8%, praticamente um terço das outras taxas. Sem desconsiderar, naturalmente, a importância das creches para o desenvolvimento das crianças, a falta de vagas impacta ainda diretamente no acesso das mães ao mercado de trabalho, quando não triplica a jornada dessas mulheres (Casa Fluminense, 2023).

Não bastasse isso, ao detalhar a análise da população negra o quadro de desigualdade se aprofunda, conforme aponta o relatório da Casa Fluminense (2023). Em termos de moradia improvisada, o percentual dessa população vivendo em condições precárias é de 75,3%; as pessoas negras são também a grande maioria, quando se trata da população em situação de rua do município, com o percentual chegando a 82,7%. A prevalência de pessoas negras entre os mortos decorrentes de intervenção policial, em 2022, alcançou o patamar alarmante de 88,0%. Além disso, de modo geral uma pessoa negra morre, em média, 7 anos mais cedo do que uma pessoa branca no território duquecaxiense. Através deste recorte, os dados apresentados nos permitem identificar uma Duque de Caxias negra, impactada pelas mazelas do racismo ambiental e institucional: um território alvo, marginalizado e atacado de forma constante. Uma cidade onde a resistência da população preta e parda, tal como nos aponta Carneiro (2023, p. 81) “se configura num esforço dramático de preservação do primeiro e mais elementar dos direitos humanos que é o direito à vida”. O gráfico a seguir (Figura 6) é simbólico para registrar tal desigualdade:

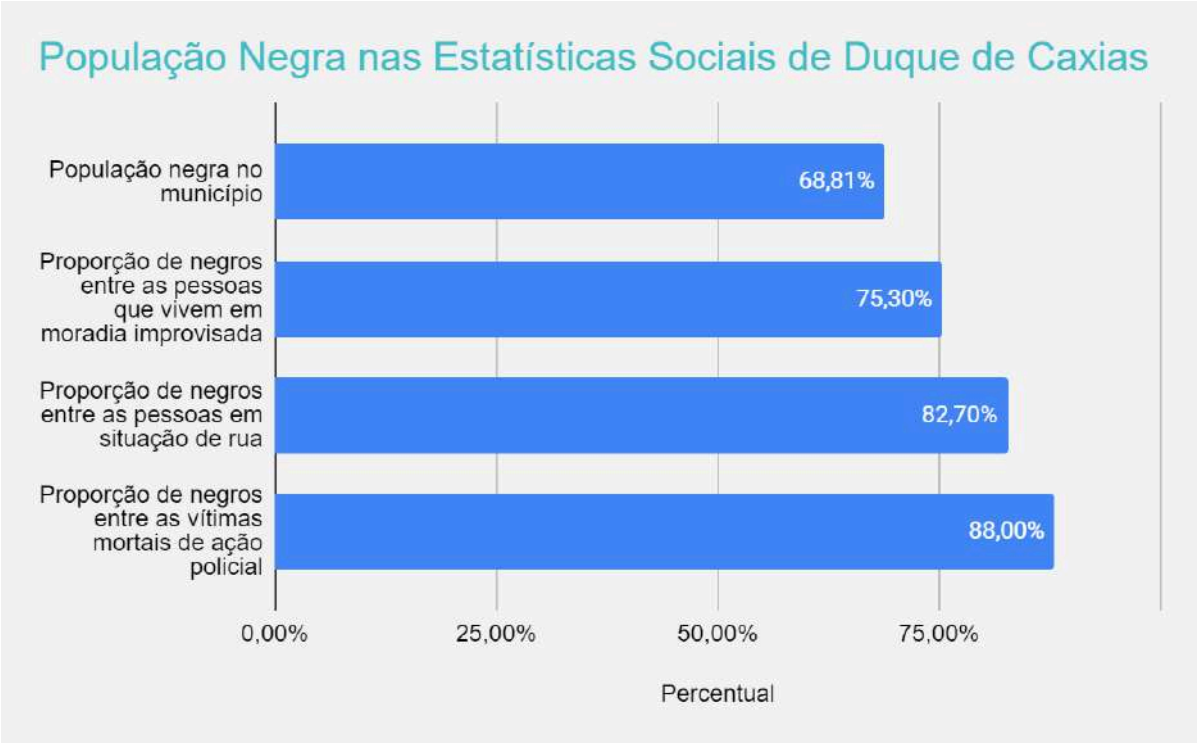


Figura 6 - População negra nas estatísticas sociais de Duque de Caxias

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense, 2023)

Os dados de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense evidenciam uma nítida naturalização da hierarquia de valor na existência dos indivíduos, tal como descreve Carneiro (2023) ao tratar da realidade brasileira. Para a autora (Carneiro, 2023), pode-se afirmar que o marcador racial no Brasil indica uma incidência distinta da relação saúde-doença-morte, onde as condições de existência são distribuídas de maneira desigual de acordo com a raça. A observação dos dados confirma, ainda, que a dimensão racial, efetivamente, "inscreve a branquitude no registro da vida e a negritude no signo da morte" (Carneiro, 2023, p. 63).

2.2 Raça: Do discurso biológico à ação política

Tendo em vista isso e após apresentar os recortes territoriais supracitados como espaços de uma maioria essencialmente negra, faz-se necessário introduzir os conceitos de raça, enquanto categoria que marca e estrutura a existência dos indivíduos, e racismo, entendendo este como um fator sistemático que persiste e se

perpetua historicamente na sociedade, incidindo especialmente em territórios como os descritos. Busca-se destacar, ainda, a trajetória do Movimento Negro, reconhecendo este como produtor de saber epistêmico, evitando-se o processo recorrente identificado por Carneiro (2023, p. 45), onde o “ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro” .

Assim, tendo como ponto de partida a origem etimológica do termo raça, Munanga (2014) explora o conceito e suas bases de forma aprofundada. O autor apresenta a palavra razza, com original no italiano, e ratio, com origem no latim, que significam sorte ou categoria, e que deram origem à expressão tal como passou a se estabelecer. Em um primeiro momento, raça era adotada como uma classificação aplicada nos estudos da Zoologia e Botânica, como uma forma defasada de categorizar espécies animais e vegetais. No Século XVII, a definição passou a ser empregada para conceber a diversidade humana, distribuindo os indivíduos em grupos, a partir de suas características físicas (Munanga, 2014).

Essa transição foi acompanhada de uma base ideológica integrada, que refletia e atribuía legitimidade às relações de dominação, tensionadas em maior ou menor medida a partir das disputas de poder em curso. Nesse sentido, destaca-se o papel notável do pensamento teológico, que age fundamentando - ou buscando fundamentar - as classificações raciais que se mostravam marcadamente hierarquizadas. Por sua vez, a perspectiva iluminista se opôs às explicações teológicas na medida em que seus filósofos buscavam uma compreensão racional ajustada a seu pensamento. Estabeleciam-se, assim, uma das condições preliminares que estabeleceram a demanda por uma explicação pseudocientífica para o princípio da hierarquia racial (Munanga, 2014).

É, pois, no sentido de atender uma necessidade de se estruturar o pensamento, que o conceito de raça, já familiar para as ciências naturais, ganha nova aplicação. A partir desse estágio, distingue-se a humanidade em divisões raciais, baseando-se na avaliação do formato do nariz, dos lábios, do queixo, da cor da pele, entre outros fatores, abrindo-se caminho, como resultado, para um novo campo de estudos dedicado à análise das variações físicas entre os indivíduos. Sem se restringir a isso, as visões mencionadas passam a correlacionar as características físicas com qualidades morais e intelectuais, resultando em um intrincado sistema de distinções que buscava consolidar as hierarquias fixadas (Munanga, 2014).

De outro lado, os avanços da genética no Século XX revelaram uma série de inconsistências científicas nas premissas em questão. Sob a perspectiva do DNA, as amplas diferenças sugeridas pelos modelos hierarquizados revelaram-se, na prática, ínfimas. Em proporções pouco expressivas, essas diferenças eram muito distantes de serem suficientes para justificar a separação proposta, expondo a fragilidade dos fundamentos científicos da perspectiva. Junto com o aporte pseudocientífico já comprometido, se enfraquecia também a definição biológica de raça, confirmando a natureza obsoleta do conceito à luz dos novos dados (Munanga, 2014).

Mbembe (2018) também identifica raça como um dos conceitos centrais que dão base às amplas estruturas classificatórias da diferença que permeiam a sociedade. O autor compreende raça como uma construção social desprovida de uma essência intrínseca, uma vez que não se admite cientificamente sua base biológica ou essencial. Caracteriza este conceito, ainda, o seu caráter dinâmico, uma vez que sua natureza está em profunda articulação com as estruturas de poder que o mantém, podendo substituir antigas representações, resgatá-las ou se apresentar sob novas formas. Portanto, raça é fundamentalmente um entendimento variável, móvel, que se relaciona sempre com as relações sociais que a definem, demandando uma leitura ajustada ao contexto (Mbembe, 2018).

Não se pode prescindir, como se infere, de raça em qualquer cenário, uma vez que a categoria se revela um componente essencial para a compreensão das dinâmicas sociais. Renunciar à noção seria abrir mão de um importante instrumento de análise e intervenção sobre a realidade. E é nesse sentido que, sempre que se renuncia, se rejeita ou se subvaloriza o conceito, esta ação se coloca no sentido de reforçar a natureza hierarquizada posta, que passa por mudanças, mas continua a se desenvolver no sentido da dominação de um grupo sobre outro. Distingue-se, portanto, o emprego prático do termo, quando usado como ferramenta de exame e intervenção, da sua função ideológica usada como sustentação das estruturas de poder.

Por conseguinte, para Mbembe (2018), mesmo que raça não encontre correspondência direta nas ciências naturais, não é possível ignorar sua materialidade, que tem consequências reais e tangíveis na vida das pessoas. O argumento é de que o conceito é sistematicamente utilizado para implementar categorias de exceção, onde alguns grupos classificados como inferiores são sujeitos a formas anômalas de controle. Portanto, é a partir desta classificação que

se estabelecem práticas coordenadas de discriminação, violência estatal e monitoramento exacerbado, sendo, consequentemente, raça um meio de institucionalização destes mecanismos (Mbembe, 2018).

Para Moore (2006), a dinâmica de discriminação é tão presente, que leva o autor a admitir a existência de um sistema pigmentocrático. Dentro deste sistema, a classificação de um indivíduo e seu status social são definidos em grande parte pela quantidade de melanina e tom de pele, combinados a características fenotípicas como a textura do cabelo, o formato dos lábios e do nariz. Esses atributos não são apenas fatores isolados, mas se tornam as bases essenciais da hierarquização social e racial dentro da sociedade e são sistematicamente aplicados para reforçar a relação de dominação, configurando o que pode-se chamar de pigmentocracia (Moore, 2016).

As observações de Moore estão em sintonia com a recomposição da compreensão de raça descrita por Munanga. O antropólogo congolês-brasileiro destaca a persistência do conceito, com novas características, a despeito do enfraquecimento de sua fundamentação biológica. Isso porque o conceito biológico não se expressa sozinho, mas sim essencialmente vinculado à sua função de manter e reforçar as estruturas de poder e subordinação. O conceito de raça, portanto, persiste por conta deste papel que permanece imprescindível, ainda que não possa apoiar-se, com algum respaldo, nos fundamentos biológicos que lhe serviram como justificativa. A categoria se recompõe, portanto, a partir da necessidade supracitada, e segue sendo usada como forma de refletir a realidade social e política, ou, em termos mais concretos, refletindo um lugar social de dominação e exclusão (Munanga, 2014).

Para examinar com profundidade a natureza destas relações de dominação e exclusão, é necessário recorrer também a Munanga a partir de suas contribuições sobre racismo. De acordo com o autor, racismo tem sido interpretado de maneiras diferentes ao longo do tempo, mas, em geral, é explorado a partir da concepção de raça. Através de seu entendimento, pode-se definir racismo como uma ideologia essencialista que segmenta a humanidade em grandes grupos raciais, classificando-os hierarquicamente a partir de suas características físicas. Estas características, por sua vez, correlacionam-se com traços psicológicos e culturais, de forma inequívoca, levando às últimas consequências o processo de hierarquização (Munanga, 2014).

Em sua análise histórica, Munanga (2014) se debruça sobre o impacto de mitos religiosos e teorias pseudo-científicas na consolidação da ideologia. Para avaliar a relevância dessa repercussão, observa-se no mito bíblico de Noé uma das fontes primordiais da ideologia racista, uma vez que se estabelece ali a classificação hierárquica da humanidade em três grupos raciais, cada qual com seu respectivo valor. Destaca-se, ainda, a notoriedade de teorias pseudo-científicas como as de Lineu, que vinculavam traços físicos a características morais e intelectuais, em mais uma manifestação do racismo encoberta em modelos técnicos. Estas diferentes expressões ao longo do tempo reforçam a complexidade e capacidade de adaptação da ideologia em questão (Munanga, 2014)

Para Mbembe (2018), a noção de racismo não se limita meramente a questões de percepção ou categorização visual. A partir de uma perspectiva que examina fatores inconscientes, o autor destaca o enraizamento da ideologia nos processos de pensamento, contaminando desejos, afetos e também o medo humano. Isso implica, desta forma, que raça e racismo operam em uma dimensão psíquica mais profunda, moldando as ansiedades e necessidades dos indivíduos de tal maneira que seus comportamentos se revelam fortemente automatizados (Mbembe, 2018)

Para substituir a experiência autêntica do sujeito, o racismo produz simulacros e representações que distorcem a realidade, substituindo a identidade real e plena das pessoas por representações fictícias. Essas representações, por sua vez, intensificam estereótipos e preconceitos, operando ainda como uma importante base simbólica para o sistema de hierarquias sociais. A incapacidade de reconhecimento da verdadeira identidade do outro pode ser definida, em última análise, como uma disfunção psicológica que projeta sobre a outra parte uma construção imaginária, em um processo de desconexão com a realidade (Mbembe, 2018).

Para Moore (2006), pode-se definir racismo a partir da noção de um sistema de poder pleno, que se manifesta em todas as dimensões da vida social, estruturando-as a partir do exercício da dominação e da opressão. Neste sistema, impõe-se a supremacia de um grupo, autodefinido como raça superior, sobre outro, identificado como raça inferior. Esta supremacia se manifesta tanto materialmente, em especial a partir do acúmulo de poder econômico e político, quanto no âmbito psico-cultural, onde se dissemina uma concepção de superioridade, que vai justificar a natureza da desigualdade em questão (Moore, 2006).

É nesse sentido que Moore (2006) destaca o papel crucial desta ideologia que, legitimando privilégios, permite que este sistema de poder total descrito permaneça vigorando. Esta concepção, portanto, se configura também como um complexo sistema de valores, crenças e sentimentos que legitima a dominação racial, na garantia de que os privilégios restritos a um segmento com determinada configuração de traços físicos sejam socialmente aceitos e também internalizados. A estabilidade da arquitetura de poder racial, descrita por Moore, advém, portanto, da capacidade desta ideologia racista não apenas de manter a ordem social, mas também de desestimular seu questionamento e as ambições dos grupos inferiorizados (Moore, 2006).

A despeito da resistência imposta por esta ideologia, os anseios desses grupos se manifestam de longa data no Brasil e no mundo. É digna de menção a importância basilar da luta de Palmares, da Revolta dos Malês, da Revolução Haitiana, do Movimento Panafricanista, da luta por direitos civis nos Estados Unidos e da luta contra o Apartheid. Especificamente no contexto brasileiro, desde a proclamação da República, diversas organizações também se destacaram no combate ao racismo e na crítica à realidade social do país. Essas entidades, que incluem desde clubes culturais até associações políticas, são apontadas por Domingues (2007) como essenciais para a mobilização da população negra e persistiram mesmo em cenários adversos como a ditadura militar.

Segundo Domingues (2007), é durante este período que se verifica o declínio da mobilização coletiva, em função das perseguições impostas pelo golpe militar de 1964. O cenário começa a se transformar somente na década de 1970, com a democratização gradual e a reorganização de movimentos populares, que permitiu o fortalecimento de novas iniciativas. O ano de 1978 é um dos mais marcantes por conta da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que representava a reorganização das forças internas, além de refletir o impacto das influências externas, especialmente das lutas antirracistas dos Estados Unidos e dos países africanos. Domingues (2007) ressalta que a função assumida pelo MNU foi, não apenas de resgate dos legados de luta, mas também de assimilação de um discurso contundente, em uma perspectiva crítica tanto ao racismo quanto ao capitalismo (Domingues, 2007).

Gomes (2012) destaca na trajetória do movimento negro brasileiro o papel fundamental da politização e ressignifica da definição de raça. Para a autora, a

questão tem efeito mobilizador e trata-se de uma estratégia consciente empregada para desafiar as estruturas de poder que mantêm a marginalização da população negra. É por meio desta discussão que o movimento negro instiga as reflexões sobre identidades étnico-raciais no Brasil, abalando as narrativas estabelecidas e fazendo ressoar uma perspectiva crítica sobre o significado de raça e demais compreensões distorcidas no contexto racista do país. É nesse contexto que Gomes argumenta que:

> Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (Gomes, 2012).

Outro aspecto significativo é que o Estado brasileiro, em diversos momentos ao longo da história, foi o responsável por institucionalizar condutas abertamente racistas, que eram apresentadas como parte do ordenamento legal. Como exemplos, pode-se citar brevemente o Decreto nº 528, de 1890, que excluía africanos e asiáticos da política de imigração oficial (Bento, 2022). Corroborando com esse projeto de branqueamento da população brasileira, autoridades como João Batista de Lacerda defendiam a eliminação da população negra no Brasil (Nascimento, 2016). A mesma lógica também se manifestava nas políticas educacionais, inclusive por meio da Constituição, conforme destacado por Brasil (2024): a Lei nº 1, de 1837, proibia escravizados e negros africanos, mesmo que livres, de frequentarem escolas públicas, e a Constituição de 1934 definia como dever do Estado garantir a educação eugênica.

Como enfrentamento do legado estrutural e estruturante de racismo que o passado escravista e políticas abertamente racistas como estas deixaram, Gomes (2012) destaca a atuação do movimento negro como ator capaz de articular demandas e pautar a agenda política no Brasil. Sua atuação contundente, aponta a autora, exigiu respostas por parte do Estado (Gomes, 2012). Nesse sentido, Santos (2020) recorda que a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sob o primeiro mandato do governo Lula, representou um novo momento político, no qual o Estado brasileiro passou a reconhecer institucionalmente o racismo e a urgente necessidade de combatê-lo. Como desdobramento dessa mudança de paradigma, foram consolidadas importantes leis como a Lei

10.639/2003, que incluiu o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, e as Leis 12.711/2012 e 12.990/2014, que garantiram as cotas raciais no ensino superior e concursos públicos (Santos, 2020). A despeito disso, Santos (2020) questiona a solidez dos compromissos assumidos com a agenda racial, uma vez que a oscilação política recente têm ameaçado uma parte dessas políticas.

Como visto, os conceitos de raça e racismo são cruciais para o posicionamento político adotado pelo movimento negro em suas lutas históricas. As concepções retrógradas sobre raça, amplamente discutidas por Munanga (2014) e Moore (2006), são questionadas pela atuação deste movimento articulado e de grande capacidade política. Para estas concepções a serem superadas, é proposta outra premissa – uma premissa crítica, positiva, transformadora, reagregadora, por meio do qual se estabelece um dos pilares da mobilização da população negra. Raça é, a partir das lutas históricas empreendidas, não somente um lugar de ação coletiva e resistência, mas também de valorização, dignidade e celebração.

Cabe ainda, ao discutir políticas de educação em territórios como os aqui analisados, ressaltar os desdobramentos das conquistas da população negra neste contexto da ação coletiva. Essencialmente, estas ações possuem natureza educadora (Gomes, 2012) e seus frutos repercutem de volta também sobre o campo da Educação. No âmbito da educação profissional e tecnológica, reconhece-se a relevância de políticas acesso, tais como as ações afirmativas e as políticas de permanência da população negra, entre as quais pode-se incluir a Lei nº 10.639/03, que inclui no currículo o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade.

Esta percepção é corroborada pela pesquisa sobre a composição racial dos alunos realizada por Paulo *et al.* (2023), que confirmou a hipótese de predominância dos alunos negros tanto nos cursos diurnos quanto noturnos. No primeiro, a presença destes alcançou 52,12%; por sua vez, nos cursos noturnos, que abrangem as vagas destinadas à modalidade EJA, a proporção chegou a 70%. De forma comparada com os dados do Censo 2022 (IBGE, 2023), que indicam um percentual de 68,81% de população negra, observa-se um alinhamento significativo entre os indicadores, evidenciando a urgência da continuidade de políticas afirmativas de acesso que reflitam a diversidade racial da população.

Os dados de Paulo *et al.* (2023) ressaltam, ainda, a presença e relevância das experiências de bullying e discriminação sobre discentes negros, com relatos de

agressões relacionadas à aparência, cor da pele e questões financeiras, que afetam a autoestima e a permanência dos alunos. O desafio de superação desses aspectos negativos perpassa, inevitavelmente, pela educação. De maneira oportuna, Gomes (2012) enfatiza que a educação pode ser também uma ferramenta de resistência e ressignificação identitária. É nesse sentido que as conquistas históricas do movimento negro, como os avanços nos conteúdos curriculares por meio da Lei nº 10.639/03, mostram-se especialmente relevantes. De igual maneira, para além dos avanços na letra da lei, é preciso que as políticas públicas se materializem efetivamente, para que haja transformações nas relações que se estabelecem dentro e fora da sala de aula de maneira tangível e real não apenas para as gerações futuras.

As discussões aqui apresentadas procuram apreender as dimensões subjetivas manifestadas nos dados estatísticos, no intuito de explorar de maneira contextualizada as nuances do município. Conhecendo as limitações que se impõem a um capítulo introdutório, evoca-se o samba-enredo *Caxias, dos caminhos da passagem ao caminho do progresso, Um Retrato do Brasil*, da escola de samba caxiense Acadêmicos do Grande Rio, do ano de 2007, como recurso para encerrar este panorama inicial e ampliar a discussão que virá a seguir:

Povo bom de trabalhar: valente, guerreiro
Que capinou, ô ô, foi carvoeiro
Construiu um município cem por cento brasileiro
(...)
Foi preciso emancipar pra melhorar
Foram leis, foram decretos
Mas a mão do povo prevaleceu
E na velha estação
Um adeus a Meriti, Caxias nasceu

2.3 Da emancipação do município à necropolítica

Para explicar o Brasil contemporâneo, a economista Maria Conceição Tavares, em *Império, Território e Dinheiro* (1999), recorre a uma ampla análise histórica que começa nas raízes do Brasil-colônia. Inspirando esta pesquisa nos ensinamentos da autora, nos parece indispensável dialogar com o enfoque histórico-estruturalista, buscando compreender também na fundação da cidade de Duque de Caxias, nas suas origens e no seu processo emancipatório, as características, agentes e processos que moldaram a sua identidade e que fazem da cidade a quarta mais relevante em termos de PIB, no estado do Rio de Janeiro, entre outras características que lhes são marcantes.

Dessa forma, Tavares (1999) observa que o processo de industrialização no Rio de Janeiro, gestado a partir do projeto nacional-desenvolvimentista instituído no país desde princípios da Era Vargas, só se iniciou de fato durante o segundo governo Vargas. O período notabilizou-se pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Fábrica Nacional de Motores (1942), da Álcalis (1943), da Petrobras (1953) e do BNDE (1952). O processo, que foi interrompido brevemente com a morte de Vargas, ganhou força novamente com o plano de metas do governo JK. O Rio de Janeiro seguiu como uma das forças motrizes do projeto, com transformações que reconfiguraram a ocupação territorial do estado fluminense. Para Tenreiro (2015), Duque de Caxias cresceu inicialmente rotulada como uma mera "cidade-dormitório", que abrigava trabalhadores mais humildes e migrantes que não tinham condições de viver na capital. Porém, com a chegada destes novos atores, passou a experimentar uma verdadeira transformação, que atribuiu à ela um papel primordial na economia da região metropolitana.



Figura 7 - Inauguração da Ferroviária em Duque de Caxias.

Fonte: Comunidade Duque de Caxias que Passou - Facebook

Diante desse cenário, entende-se que a concepção de uma cidade permeada por indústrias como uma de suas características essenciais, começa até mesmo antes da chegada alcunha que dá nome à cidade, Duque de Caxias - mas também vai ganhando corpo à medida que o próprio país estabelece como prioridade, à todo custo, o seu processo de industrialização. Com seus recém-completos 80 anos de fundação, Duque de Caxias é uma cidade relativamente nova. Tem sua origem na antiga cidade de Nova Iguaçu, que era detentora de uma área maior, que incluía também os municípios de São João de Meriti e Nilópolis, até a década de 1940. É só no último dia do ano de 1943, em 31 de dezembro, que a cidade vai se estabelecer em definitivo como um município emancipado. Antes de tornar-se Duque de Caxias, ainda enquanto distrito de Nova Iguaçu, Caxias crescia à medida que a década de 40 avançava. A cidade havia recebido fábricas de relevância nacional, já tinha três estações de linha férrea, para transporte de passageiros, além das rodovias que seguiam se expandindo sobre o território. Distanciava-se, assim, do perfil de cidade-dormitório, comum a uma baixada fluminense onde seus residentes exerciam sua vida funcional na capital e retornavam às suas casas apenas para dormir.

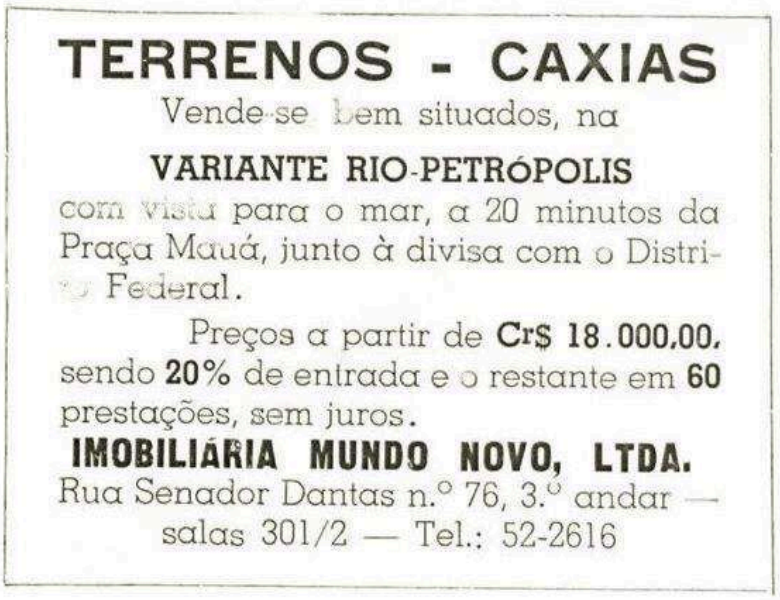
Na análise de Lacerda (2003), Caxias já era grande demais e sua emancipação se tornou inevitável com o passar dos anos. O distrito vinha experimentando um crescimento notório, tanto econômica quanto demograficamente, demandando uma maior presença do poder público de uma longínqua sede administrativa em Nova Iguaçu. Politicamente, as forças locais caxienses ganhavam terreno. A emancipação, que estava para acontecer, representava para elas uma oportunidade estratégica de consolidação - especialmente para o campo do “Amaralismo”, conhecido por aglutinar os aliados de Ernani do Amaral Peixoto, então interventor federal no Estado do Rio de Janeiro. Analisando o contexto sociopolítico que propiciou a emancipação, Lacerda (2003) afirma que:

> A administração municipal em Nova Iguaçu era distante, sendo precários os serviços públicos que prestava a Caxias. Sua presença no distrito, em fins dos anos 30, consistia basicamente de uma Agência Fiscal Arrecadadora. A cobrança de impostos sobrepunha-se à prestação de serviços públicos essenciais. Além dessa repartição municipal, o distrito contava, desde 1932, com uma subdelegacia de polícia, dotada de modesto destacamento. Considerando o crescimento populacional e sua dispersão pelo território, o efetivo policial era incapaz de proporcionar segurança aos moradores, abrindo espaço a práticas criminosas e à impunidade (Lacerda, 2003, p.12).

Foi somente em dezembro de 1943 que a segunda cidade mais antiga da Baixada Fluminense se emancipou. Lacerda (2003) aponta que não se tratava apenas de Duque de Caxias, uma vez que já no início da década diversos estudos foram realizados tendo como perspectiva uma reforma territorial mais ampla no Estado do Rio de Janeiro. Nesse ínterim, as características que acabariam definindo a identidade caxiense iam se projetando e se consolidando sobre o município recém fundado. Duque de Caxias começava o ano de 1944 com aproximadamente 100 mil habitantes e, ao passo que a cidade crescia, se tornavam cada vez maiores e evidentes as carências de sua população. O desenvolvimento acelerado e o proclamado progresso foram acompanhados de perto pelo crescimento das mazelas sociais à medida em que as preocupações sociais com a população e com a natureza foram colocadas em segundo plano.

Para Tenreiro (2015), o espraiamento que se verifica não é apenas o dos grandes empreendimentos industriais, mas também o das tragédias e injustiças ambientais, pois o que se constata é sempre a prevalência do desenvolvimento

sobre as necessidades da população e da natureza. Dados revelados pelo Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense, 2023) parecem confirmar os apontamentos do autor, ao indicar que o percentual de coletas ruins e muito ruins da qualidade da água alcançou 100% das coletas realizadas em rios, baías e lagoas entre 2021 e 2022. No ano de 2022, foram registradas um total de 68 ocorrências de crimes ambientais relativos ao uso do solo, tais como captação ilegal de água, construção irregular e parcelamento do solo; desmatamento; desvio de curso de água; extração mineral; poda ilegal e corte de árvore; poluição; e queimada (Casa Fluminense, 2023). Trata-se de uma realidade que contrasta fortemente com o passado, quando terrenos próximos da Baía de Guanabara ainda eram considerados à beira-mar, conforme o anúncio a seguir (Figura 8), que sugere a balneabilidade destas zonas:


TERRENOS - CAXIAS

Vende-se bem situados, na

VARIANTE RIO-PETRÓPOLIS

com vista para o mar, a 20 minutos da Praça Mauá, junto à divisa com o Distrito Federal.

Preços a partir de Cr$ 18.000,00, sendo 20% de entrada e o restante em 60 prestações, sem juros.

IMOBILIÁRIA MUNDO NOVO, LTDA.

Rua Senador Dantas n.º 76, 3.º andar — salas 301/2 — Tel.: 52-2616

Figura 8: Anúncio de terrenos à beira-mar em Duque de Caxias em 1950

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Como indicado anteriormente, a REDUC se configura como um grande pilar para o município em termos produtivos. Segundo Raulino (2011), a refinaria contribuiu substancialmente para o processo de industrialização e para a arrecadação de tributos na cidade. E não contribuiu sozinha, uma vez que a mesma movimenta e envolve uma complexa cadeia produtiva e interdependente. A despeito disso, a REDUC é também caracterizada por um processo de gerenciamento de riscos sensível e por um significativo potencial poluidor. A refinaria é, assim, parte de

um sistema que envolve impactos e riscos ambientais projetados sobre sua população. Estes riscos, que deveriam ser mitigados pela ação de controle e fiscalização estatal, são também potencializados pela inércia dos aparatos responsáveis (Raulino, 2011)

Outra problemática comum na Baixada Fluminense, que se repete em Duque de Caxias, é a prática desregulada da extração de areia. Segundo Stumbo Filho e Motta (2022), os areais já fazem parte da paisagem do município e seguem crescendo em número e tamanho, correndo o risco da atividade ser normalizada pela sociedade em geral. Um exemplo evidente disso está no bairro Amapá, onde se localiza o empreendimento Lagoa Azul, que é amplamente divulgado, como registrado na imagem abaixo (Figura 9). De acordo com os autores, após o processo de extração de areia e abandono do local, a lagoa derivada passou a ser sobre-explorada comercialmente, ganhando notoriedade e tornando-se uma referência local em termos de lazer (Stumbo Filho; Motta, 2022).

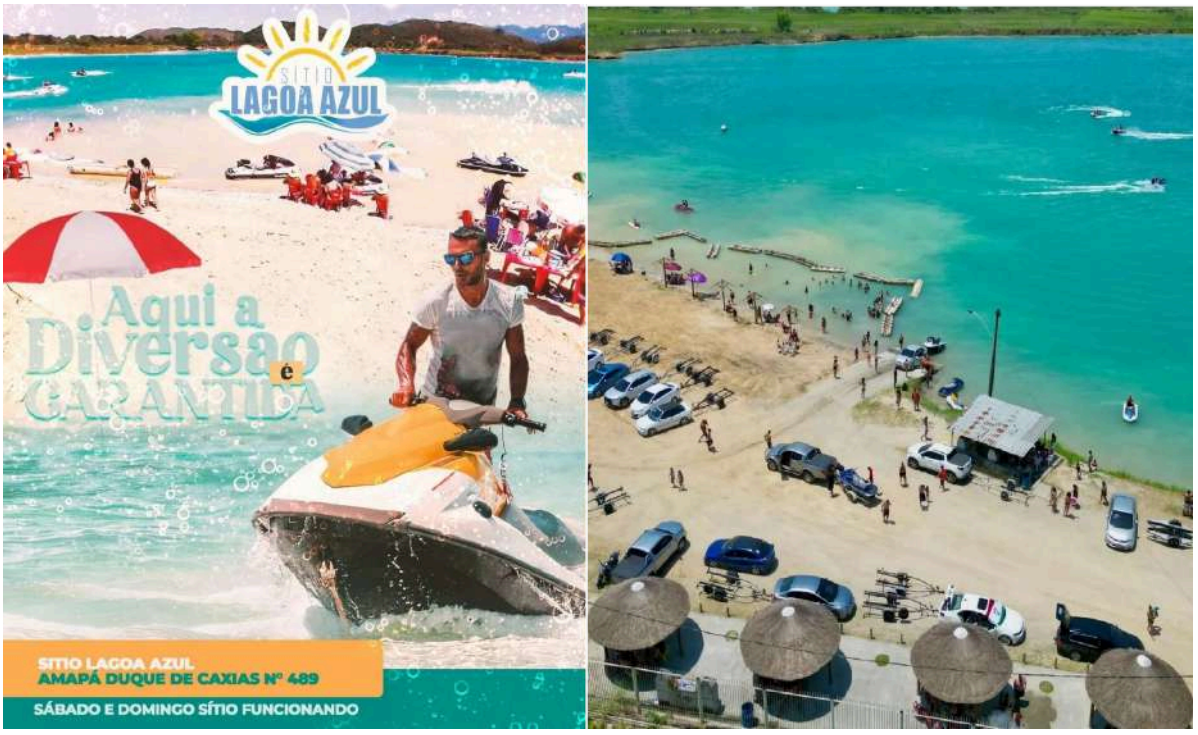


Figura 9 - Anúncio do empreendimento nas redes sociais

Fonte: Página Sítio Lagoa Azul - Facebook

Não deixa de chamar a atenção a natureza dos processos que levam à formação da lagoa e a maneira como esta, como subproduto do extrativismo

descontrolado, é vendida. Observa-se que a área, depois de exaurida, é submetida à ação do tempo, dando a um tom azul hiper-real. Por sua vez, o capital reapropria-se da paisagem, atribuindo a ela uma nova finalidade comercial, sem mensurar os riscos à saúde da população. O que está posto é a produção do espaço, como descreve Santos (2009), como uma mercadoria universal por excelência. Cada fração a partir de sua potencialidade converte-se, assim, "numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto" (Santos, 2009, p. 34).

Não se pode ignorar, ainda, que as desigualdades verificadas em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense não se limitam à questão do acesso ao trabalho e estudo. O caso apresentado por Stumbo e Motta denota uma escassez de oferta de opções de lazer, entretenimento e cultura, e valida a análise de Santos (2007) que afirma que, para muitos, a rede urbana de serviços simplesmente não lhes cabe, não está ao alcance. É nesse sentido que Santos argumenta que as condições de cada localidade determinam a desigualdade no valor de cada indivíduo, sendo essas distorções fundamentais para que o homem passe a valer em função do lugar onde vive (Santos, 2007).

Sem fiscalização estatal, estudos ou análise dos riscos potenciais à saúde, a exposição de toda uma comunidade aos minerais pode ser analisada ainda sob o ponto de vista do valor atribuído à vida e à morte de seus moradores. Torna-se particularmente relevante, nesse sentido, a visão que Mbembe (2016) estabelece a respeito do exercício da prática de poder sobre existência do indivíduo, que o autor vai chamar de necropolítica. Este controle sobre a vida e a morte age, inevitavelmente, de maneira desigual sobre grupos subalternizados e dominantes, sendo a racialização um fator crucial para entender esta desigualdade (2016, Mbembe).

A extração desregulada de areia, o abandono da área e a recente exploração do local como atração de lazer e turismo, exemplificam a dinâmica retratada por Mbembe. De um lado, o uso mercadológico do espaço avança expondo comunidades inteiras. De outro, o Estado, por meio da omissão, sustenta e endossa a prática. Por fim, a população dessensibilizada com a exposição à política da morte se configura como a parte envolvida que completa o ciclo da necropolítica.

É nesse cenário que vai se gestar um dos crimes ambientais mais graves da história, em decorrência da negligência e ausência do poder público no controle de

resíduos industriais. O Mapa de Conflitos da Fiocruz (2023) descreve que, na década de 1950, um território federal na cidade passou a abrigar o Instituto de Malariologia e a Fábrica de Produtos Profiláticos, que produzia pesticidas. No mesmo terreno, funcionava ainda uma filial do Instituto Cristo Redentor, destinada ao abrigo e formação de meninos pobres - a Cidade dos Meninos. Com o fechamento da fábrica em 1965 e o abandono de toneladas de resíduos tóxicos a céu aberto, foi formada uma comunidade remanescente de antigos funcionários, que em contato direto com a substâncias ali encontradas, passaram a desenvolver doenças crônicas graves e uma multiplicidade de problemas de saúde, em um caso de envenenamento comunitário sem precedentes na cidade.

Criado em 1976, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho também aparece no relatório do Mapa de Conflitos. O relatório destaca que o espaço foi criado para receber resíduos sólidos dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo a capital fluminense, Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu. Localizado às margens da Rodovia Washington Luis, o aterro se popularizou com o nome "Lixão de Gramacho" e ficou marcado por seus consideráveis problemas - com destaque para a escolha infeliz do local, um antigo manguezal, às margens de uma Baía de Guanabara já vulnerabilizada pela contaminação de resíduos. O bairro, marcado pela pobreza e carência de saneamento básico, amargou problemas ainda maiores de saúde, poluição do ar e água, além da proliferação de doenças. A despeito do fechamento oficial do aterro, em 2012, os danos ambientais persistem na área.

A escolha da localidade, no entanto, não é fruto do acaso. Acselrad (2004) aponta que este padrão de escolhas que caracteriza a injustiça ambiental vai carregar, inevitavelmente, as marcas da racialização. Nesse sentido, de maneira pioneira, Bullard (2004) verifica a partir de pesquisas em comunidades negras americanas que estas são, com frequência, submetidas a condições ambientais desfavoráveis em comparação com o resto da sociedade. Os estudos realizados indicam que mesmo quando integram a classe média, a população negra permanece em situação de vulnerabilidade em termos ambientais. O fator raça é, desta forma, identificado como crucial para determinar as condições de vida de um grupo.

Bullard (2004) define, assim, racismo ambiental enquanto um conjunto de políticas e práticas ambientais que afetam de maneira desproporcional pessoas e

comunidades a partir da cor da pele ou da raça. De maneira planejada ou não, estas políticas são criadas e implementadas por decisões do governos, da justiça ou por empresas privadas. Impactam, assim, grupos subalternizados a partir de ações ou práticas dos grupos dominantes, tratando-se, portanto, de uma forma institucionalizada de discriminação.

Ainda no contexto do exame dos agravos ambientais, foi criado o Índice de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas na Mobilidade Urbana (IVMU), como forma de avaliar o potencial de sensibilidade ou resistência da mobilidade urbana sob efeito dos impactos climáticos. O indicador, criado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), reuniu dados de 283 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, que foram classificados entre as categorias de vulnerabilidade superior, intermediária superior, intermediária inferior e inferior. Duque de Caxias, categorizado como de vulnerabilidade superior, atingiu o maior índice da pesquisa, liderando junto com outros 5 municípios da RMRJ uma lista com as 10 cidades em situação mais crítica. Segundo o levantamento (ITDP, 2019), municípios de alta vulnerabilidade se destacam por fatores como longos tempos médios de viagem para o trabalho, precariedade no deslocamento dos pedestres e baixa variedade de modos e opções de transporte público.

Alinhando-se à análise formulada por Tavolari (2016), ressalta-se que a presença de serviços essenciais como educação, saúde e transporte é fundamental para garantir uma vida urbana digna e promover sentimentos de identificação e pertencimento à cidade em regiões marcadas pela desigualdade. E a desigualdade territorial, como observa Berth (2023), está fundamentalmente conectada com relações de poder e discriminação racial. Portanto, uma pesquisa que se debruce sobre a oferta de serviços, especialmente no contexto territorial aqui apresentado, deve reconhecer a discussão sobre o direito à cidade, numa perspectiva racializada e multifacetada.

Assim, ao refletir sobre o contexto territorial do campus Duque de Caxias, destaca-se ainda o papel fundamental da mobilidade urbana, que favorece ou obstaculiza o deslocamento das pessoas no que diz respeito ao acesso à educação e ao trabalho, entre outros aspectos igualmente relevantes que extrapolam o contexto da EPT. Considerando as particularidades do município em questão, é fundamental examinar mais detalhadamente o contexto do transporte, para que seja

possível entender como a mobilidade urbana é uma variável determinante para a população de Duque de Caxias.

No que diz respeito ao transporte coletivo, a cidade hoje é servida por 6 estações ferroviárias, que compõem o ramal Saracuruna, cuja tarifa é de R$7,30. O município não dispõe de transporte aquaviário, ainda que seja banhado pela Baía de Guanabara. Embora tenha sancionado lei municipal prevendo a criação de um sistema cicloviário (Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2013), o município dispõe de unidades isoladas, sem integração. Com relação ao sistema de ônibus, 60 linhas distintas atendem a população, com tarifas que vão de R$5,00 a R$5,30, de acordo com o Decreto nº 8.553, de 30 de agosto de 2023 (Duque de Caxias, 2023). Além delas, mais três linhas operam subsidiadas pelo governo municipal sem cobrança de tarifas.

Faz-se importante contextualizar os valores mencionados com a renda média da população empregada, que, considerando os dados do Censo 2022 (IBGE, 2023), para Duque de Caxias, alcança 2,4 salários mínimos ou, em valores brutos, R$2.908,80. O percentual de renda média comprometido com a compra de 22 passagens de ida e volta por mês, em ônibus municipais, chega a 30,3% em Duque de Caxias, o que significa quase um terço do salário mensal (Casa Fluminense, 2023). Com taxa de população ocupada equivalente a 23,27% (IBGE, 2023), a situação dos munícipes, de uma maneira geral, agrava-se ainda mais.

Acrescenta-se aos fatores discutidos o transporte intermunicipal, de grande relevância e com faixas tarifárias variadas. Com intuito de aprofundar a análise sobre este aspecto, Da Rocha (2023, p. 89) apresenta um mapa que detalha os fluxos de deslocamentos entre o município e seus pares a partir de seu volume de viagens (Figura 10):

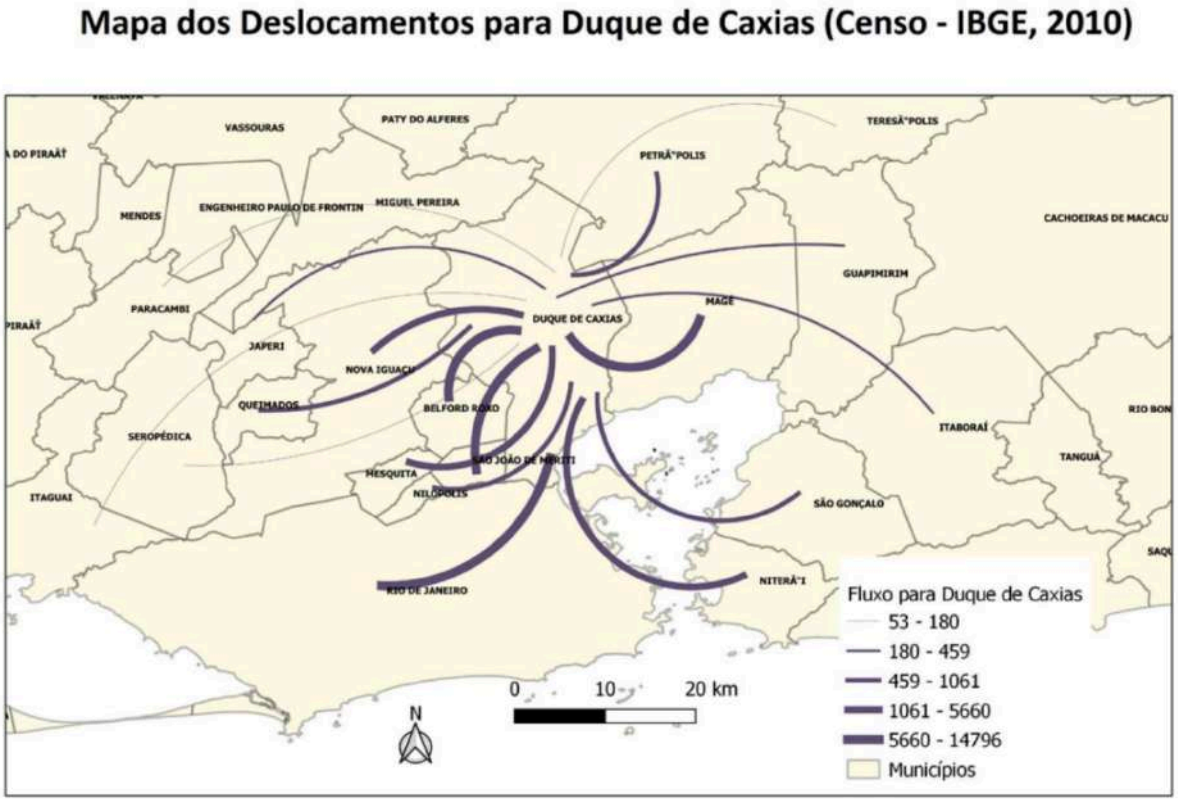


Figura 10 - Mapa dos Deslocamentos para Duque de Caxias

Fonte: DA ROCHA, 2023, p. 89.

O quadro do transporte coletivo municipal e intermunicipal, com origem em Duque de Caxias, parece estar em uma sintonia crítica com o diagnóstico do Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU) para a RMRJ. O estudo de 2015 destacou a forte concentração de empregos no centro da capital fluminense, além de Barra da Tijuca e Niterói, o que contribui para uma demanda desproporcional de transporte para estas localidades. Constatou-se também a prevalência do transporte radial, onde um número expressivo de linhas converge para uma ou mais centralidades, de maneira pouco otimizada. Como resultado, os tempos de deslocamento são altos e o transporte coletivo não corresponde à demanda real (Estado do Rio de Janeiro, 2015).

É essencial abordar neste contexto o que é, portanto, centro. Segundo Alves (2011), este conceito tem como característica determinante a centralidade, uma vez que agrega uma série de recursos caros à reprodução da vida no sistema capitalista. Para exercer esta força de atração, o centro comporta, consequentemente, uma

destacada infraestrutura de transporte, comércio e serviços. Em paralelo, é possível pensar a periferia como par dialético deste, na medida em que ambos são fruto de um acirrado processo de valorização e desvalorização, em constante mudança. A produção espacial, nesse sentido, vai originar tanto a periferia quanto os condomínios fechados, de alta renda (Alves, 2011). No mapa a seguir, elaborado pelo autor, é possível verificar a distribuição de renda ao longo do território (Figura 11):

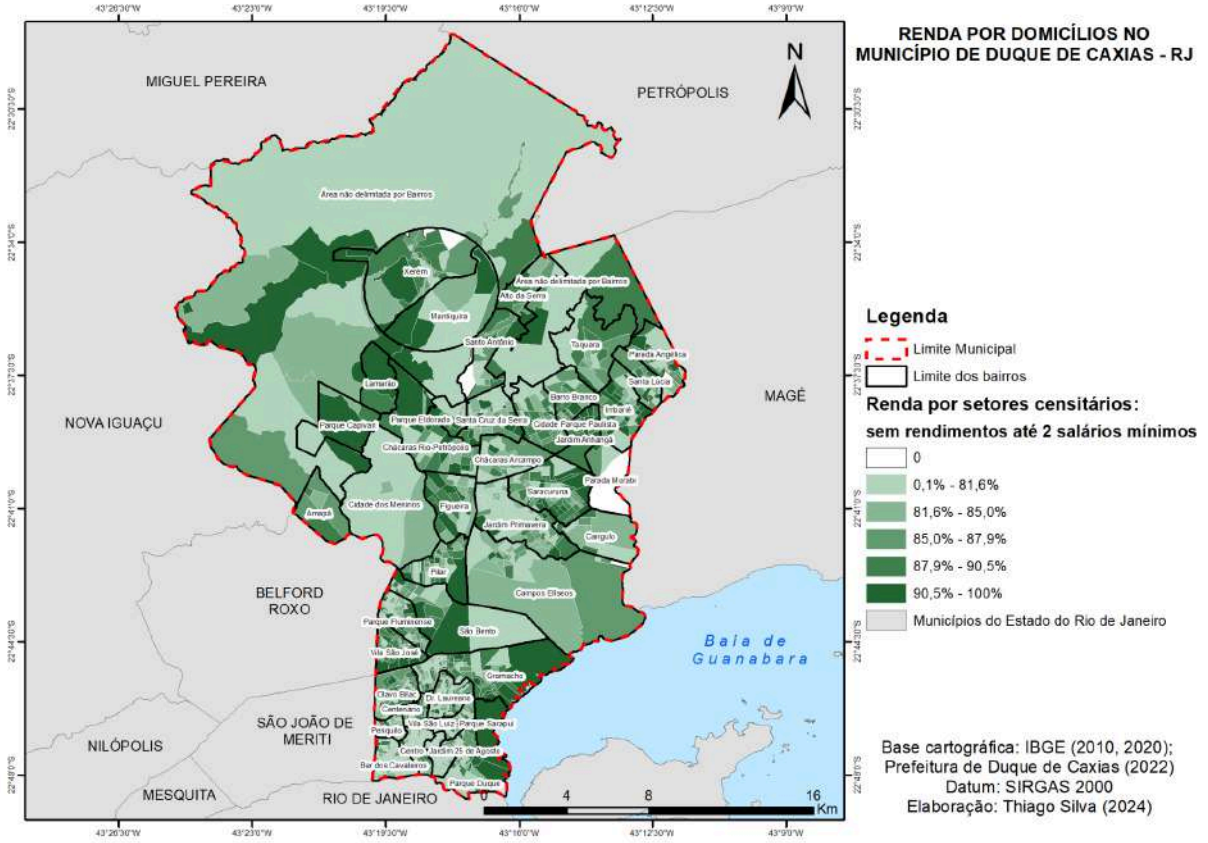


Figura 11 - Distribuição de renda por domicílios

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010

Este padrão de concentração de recursos se confirma em Duque de Caxias, em bairros como o 25 de Agosto. Segundo Da Rocha (2019), as construções de condomínios de classe média alta na Baixada são cada vez mais notórias, o que complexifica a reflexão sobre o espaço urbano, na medida em que se desconstrói o imaginário de que existe um único modo de viver na Baixada. Assim, não existe uma única forma de morar e tampouco se pode falar em processos uniformes de

precarização de equipamentos urbanos, como se de maneira igual atingisse toda a população (Da Rocha, 2019). A análise dos mapas confirma, ainda, a justaposição dos fatores renda e raça, conforme o comparativo elaborado pelo autor (Figura 12):

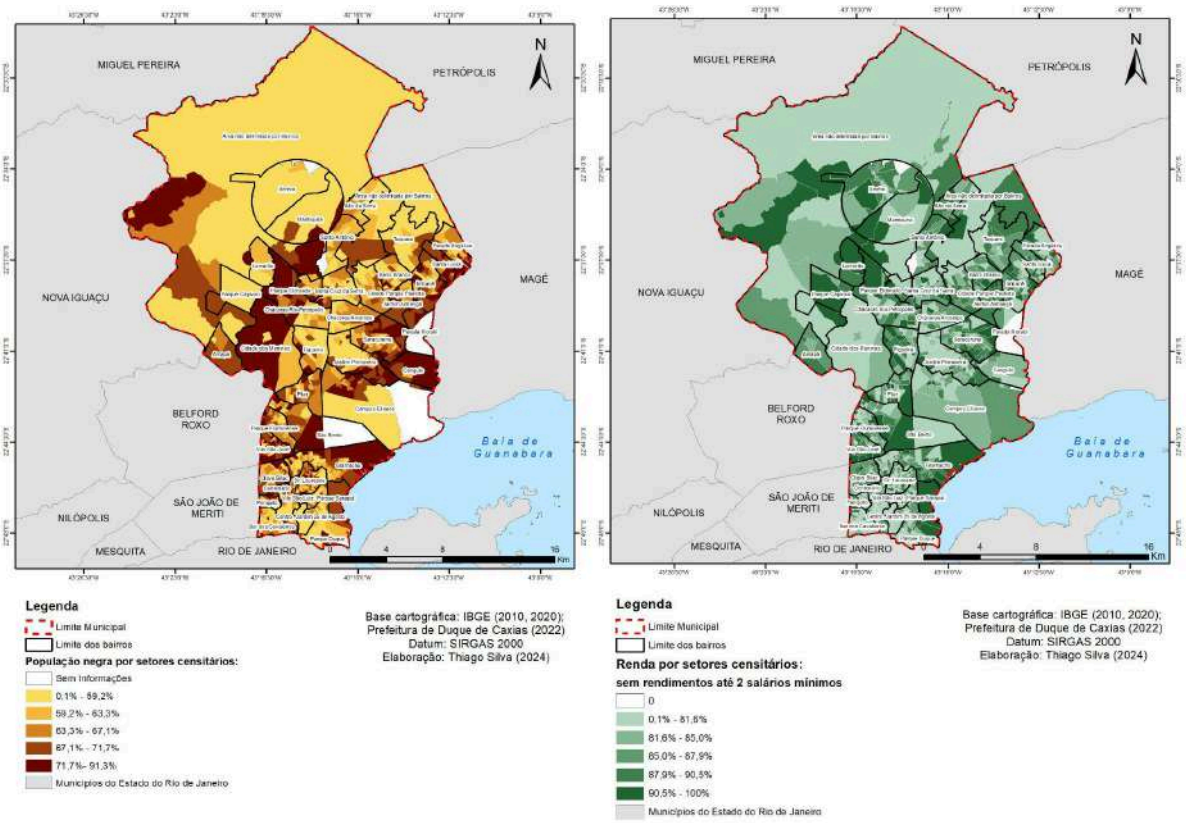


Figura 12 - Comparativo entre distribuição de população negra e distribuição de renda por domicílios por setor censitário

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010

Voltando à questão da periferia, sua complexidade conceitual é evidenciada nas diferentes abordagens retratadas por Alves (2011). A autora registra um ajuste terminológico que, ao longo do tempo, se descola da ideia original de que a periferia seria qualquer zona afastada dos centros. Assim, de um lado, áreas abastadas como Alphaville e Granja Viana, mesmo distantes do centro paulista, não são identificadas como periferia; de outro, zonas precarizadas nos centros de grandes cidades, são eventualmente consideradas como em processo de periferização (Alves, 2011).

Para Serpa (2011), é inevitável admitir a existência da relação hierárquica entre centros e periferias. Contudo, limitar-se a uma definição estrita da interação centro-periferia, pode levar a uma análise simplista dos fenômenos sociais. O autor observa que:

> Mesmo com déficits evidentes de infraestrutura, com o quadro generalizado de pobreza, desemprego e problemas ambientais, os bairros populares das metrópoles brasileiras são centrais para a diversidade social e cultural no espaço metropolitano. E isso acontece apesar da concentração dos equipamentos culturais nos bairros de classe média, como, por exemplo, em Salvador e nos demais municípios de sua região metropolitana (SERPA, 2011, p. 105).

Esta visão de Serpa sobre os bairros populares dialoga com a abordagem de Kilomba (2019), que desenvolve a concepção de margem e centro a partir da perspectiva de bell hooks sobre comunidades negras. A margem, para as autoras, não é um mero espaço de exclusão, mas representa também um potente local de resistência e criatividade. Para sobreviver, pessoas negras, nesta visão, desenvolvem uma maneira própria de enxergar e intervir na realidade, mantendo foco tanto no centro quanto na margem. A margem é, por consequência, descrita como um local que alimenta a “capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (Kilomba, 2019, p. 68). Esta descrição, reforça Kilomba, não se trata de mero exercício romântico, mas como enfatiza hooks, diz respeito a reconhecer a margem como o lugar complexo que lhe configura (Kilomba, 2019).

A contribuição de uma instituição de ensino como o IFRJ pode ajudar a margem, a periferia ou o manguezal a se desenvolverem como espaços de resistência e transformação que geram novas perspectivas e narrativas? Se considerarmos uma resposta positiva para tal questão, isso sugere que a atuação do IFRJ repercute não apenas no senso de pertencimento e de identidade comunitária, mas também pode funcionar como um catalisador para a organização comunitária, resultando em um maior valor coletivo a ser percebido nas diversas dimensões da vida social.

2.4 Um bairro às bordas do rio e às bordas da cidade

O campus Duque de Caxias do IFRJ e o bairro Gramacho estão ambos localizados às margens do Rio Sarapuí, que corta mais cinco cidades da Baixada antes de chegar à Duque de Caxias e desaguar na Baía de Guanabara. É neste ponto de encontro, após já ter passado pela unidade de ensino em questão, que o curso do rio passa a integrar um manguezal. A escolha do título "A Semente Também Germina no Manguezal", não faz, contudo, mera referência literal a isso. Manguezais por muito tempo foram vistos a partir de uma única perspectiva, negativa, e são agora resgatados e abraçados por seu potencial ambiental antes subvalorizado. Manguezais são também ecossistemas de resistência, representando a resiliência da vida que se sobrepõe à escassez crescente de recursos naturais, permitindo uma alusão ao potencial comunitário do contexto social em análise, tal como será apresentado a seguir.

É a partir desta abordagem multifacetada que apresenta-se o local. Aproveitando as contribuições de Serpa e Kilomba, que trazem uma nova tônica para a discussão sobre margem e centralidade, destaca-se o bairro situado na extremidade norte do primeiro distrito de Duque de Caxias. Em área contígua ao segundo distrito, o bairro de Gramacho destaca-se como um dos maiores em extensão territorial no município. As diversas zonas que o integram - Vila Sarapuí, Vila Leopoldina, Jardim Gramacho, entre outras - com frequência são reconhecidas como bairros independentes, ainda que sejam parte integrante do perímetro. O bairro tem limites territoriais definidos ao norte, pelo Rio Sarapuí, e ao leste, pela Baía de Guanabara; fazendo divisa ainda com outros bairros como Olavo Bilac, Centenário, Doutor Laureano e Parque Sarapuí. A imagem a seguir (Figura 13) destaca as localidades populares entre os residentes, conforme tabela de preços de serviço de mototáxi:



Figura 13 - Cartaz com tabela de preços de serviço de transporte local

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024)

Entre as instalações públicas de relevância, destaca-se a estação de trem Gramacho, uma das mais antigas do Estado e uma referência também para o transporte urbano local. Fundada em 1888, esta estação centenária está localizada estrategicamente na Avenida Presidente Kennedy, o que permite uma estreita conexão com itinerários de ônibus ou percursos de bicicleta – este meio que segue tendo importância ímpar no cotidiano dos moradores de Gramacho (Messias, 2012). O entorno da estação se estabeleceu ainda como um ponto estratégico para a população, ao concentrar múltiplas atividades comerciais e de serviços, onde farmácias, supermercados e até agências bancárias atendem as demandas dos moradores.

Também se localizava no bairro outro ponto de referência na cidade, o já citado Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho - que devido a décadas de funcionamento sem condições sanitárias mínimas, foi atrelado a estigmas que o

bairro enfrenta até a atualidade. Durante a sua operação, o AMJG atraiu um contingente de trabalhadores significativo para Jardim Gramacho, motivados pela economia informal da reciclagem - o que, por fim, acabou moldando sua ocupação territorial. À medida que o local cresceu, esta população se estabeleceu nos arredores, em condições precarizadas, dando origem a uma comunidade intimamente ligada à dinâmica do aterro e suas atividades produtivas adjacentes (Ribeiro; Do Carmo, 2013; IBASE, 2005). A imagem a seguir (Figura 14) revela uma cena comum em muitas ruas do bairro:



Figura 14 - Caminhão de transporte de resíduos em uma rua de Jardim Gramacho

Fonte: Google Street View (2024)

Vale destacar que Duque de Caxias e Gramacho são ambos atravessados pela rodovia federal BR 0-40, conhecida como Avenida Washington Luís. E foi em torno desta via que ao longo dos anos se desenvolveu uma série de atividades econômicas, desde indústrias pesadas, como a REDUC e outras unidades produtivas relacionadas ao pólo gás químico, até condomínios logísticos e um polo moveleiro, na região de Jardim Gramacho. O local representa também um eixo

comercial importante, abrigando shoppings e centros comerciais populares de cunho têxtil (Rodrigues, 2019). A presença da BR-040 desempenha, ainda, um papel fundamental na integração da Baixada Fluminense e Região Metropolitana, viabilizando o transporte de pessoas e mercadorias.

A interação entre entre indústrias, comércio - e unidades domiciliares - vai compor, desta forma, as características da ocupação territorial de Gramacho. Vila Sarapuí, por exemplo, é um destes loteamentos que pertence ao bairro e que possui natureza predominantemente residencial. O local foi escolhido para receber, em 2006, o IFRJ, ainda como núcleo avançado do antigo CEFETEQ. A iniciativa se consolidou por meio da Lei nº 11.892/2008, que tinha por objeto a criação de uma rede de ensino sólida, extensa e capilarizada no território brasileiro, aproveitando instituições históricas preexistentes e promovendo a instalação de novas em áreas chave.

Desde a sua criação, os IFs têm como desafio a compreensão da dinâmica local para, a partir de um diagnóstico sensível, avançar no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais. A instituição não visa apenas a oferta de educação de qualidade – busca também se integrar ao contexto sociocultural em questão para, desta forma, desempenhar um papel significativo no desenvolvimento local, regional e nacional (Brasil, 2008). Nesse sentido, as deficiências e potencialidades de Gramacho e Duque de Caxias, as colocam, assim, no lugar de zonas estratégicas para o desenvolvimento da cidade, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do país.

Os mais de 60 anos de tradição do bloco Império do Gramacho confirmam que Gramacho é efetivamente uma centralidade, nos termos de Serpa (2011), como discutido previamente, convergindo ainda com a visão enfática de Kilomba (2019) sobre as margens. Na matéria jornalística de Kuerques (2023), publicada no portal Site da Baixada, o bloco é definido por um dos seus integrantes como uma grande construção coletiva, viabilizada por "uma galera sem grana e que passa muito perrengue". A relevância do Império do Gramacho, não apenas em termos de longevidade, mas de esforço comunitário e projeção de cultura popular, revela o impacto do bairro em termos culturais.

Assim, outra abordagem que enriquece a análise social de Gramacho está na contribuição de Nascimento (2021), a partir de sua reflexão sobre as favelas. Nela é destacado o elo significativo entre os antigos quilombos e comunidades de predominância negra, que seguem preservando características importantes de resistência e organização comunitária. A despeito do seu aparente desaparecimento após a abolição do trabalho escravo, Nascimento (2021) argumenta que os quilombos, enquanto sistemas sociais alternativos, continuam a existir de forma adaptada. É com base nessa abordagem de continuidade histórica, portanto, que pode-se falar em permanência de elementos de resistência cultural e autonomia a partir do legado quilombola.

A reflexão sobre Duque de Caxias e Gramacho à luz das análises críticas de Nascimento, Kilomba e Serpa aprofunda e complexifica uma leitura sobre territórios que são vistos, em sua plenitude, quase sempre como atrasados e inferiores. Uma vez pontuados, portanto, os desafios notórios do bairro e do município ao lado de suas potencialidades, uma menção importante é feita, a seguir, sobre uma experiência histórica de educação técnica autônoma criada no território duquecaxiense. Esta menção visa mais uma vez a superação de uma visão dicotômica limitada sobre a Baixada Fluminense, jogando luz sobre as realizações de seu território, com destaque para Duque de Caxias.

2.5 No rastro da escola proletária

Em meio às dificuldades enfrentadas por uma região desprovida de estrutura e recursos, é fundada no ano de 1921 a então Escola Proletária de Meriti, por iniciativa da educadora Armanda Álvaro Alberto. Meriti, na época, era apenas um distrito afastado de Nova Iguaçu. Em seu ensaio sobre a Escola Proletária de Meriti, Orlando M. Carvalho (2016) descreve o entorno como uma região modesta e mal-ordenada, habitada por uma população pouco instruída, que enfrentava desafios topográficos diversos, como a natureza ainda rústica, áspera e o medo da malária. A despeito disso, Carvalho afirma que a escola avançava com suas propostas - ainda que sua estrutura fosse sustentada, em sua maior parte, por meio de doações

privadas. Ao longo dos anos, a administração iguaçuana havia passado a contribuir cedendo duas professoras e doações financeiras, porém nunca regulares. A descrição de Carvalho mostra as dificuldades com as quais a instituição, que nasce a partir do vácuo das ações de governo, se deparou.



Figura 15 - Armanda Álvaro Alberto com seus alunos e algumas professoras.

Fonte: Arquivo Escola Armanda Álvaro Alberto, 1955.

Com as transformações dos anos 1930, a localidade passou a chamar-se *Caxias*, sendo também designada 8º Distrito de Nova Iguaçu. A escola, no entanto, manteve Meriti, mas mudou sua alcunha, passando a chamar-se Escola Regional de Meriti. Ao adotar *regional* no nome, a instituição criava um lugar de destaque para as relações que buscava estabelecer com o contexto local, valorizando a realidade específica da antiga Meriti. Visitando museus escolares dessa instituição, Bittencourt (2016) enumerou três finalidades educacionais principais: "primeiro, proporcionar o conhecimento da vida real contemporânea; segundo, formar uma consciência profundamente enraizada na identidade brasileira; e terceiro, atender às

necessidades sociais específicas de Meriti". A ERM articulava, dessa forma, a importância de se desenvolver no âmbito da educação uma identidade brasileira com uma proposta regionalista, compromissada com uma experiência de educação profissional localmente relevante.

Entre as discussões que se destacam sobre ensino formal, Saviani (2007) é um dos autores que contribui significativamente para a compreensão da relação entre trabalho e educação. Em sua análise, o autor examina como esses conceitos interagem desde a época feudal até o período capitalista, narrando também como a própria noção de escola, que vem do grego “scholē”, emerge relacionada à ideia de tempo livre ou lugar de ócio, suas traduções literais. Emerge, contudo, somente para aqueles que dispunham deste recurso, sendo portanto, um privilégio restrito às classes dominantes, refletindo uma educação concebida em separado do espaço produtivo (Saviani, 2007)

No Brasil do Século XIX, esta dinâmica se acentua a partir das tensões raciais geradas pela centralidade do trabalho escravo, onde se confirma esta separação, só que a partir de particularidades históricas próprias. Barros (2016) descreve um cenário onde os escravizados são excluídos - inclusive textualmente por lei - das escolas públicas, cabendo à população negra o lugar do trabalho, em detrimento da educação e do acesso social. Segundo Barros (2016), trata-se de uma prática sistemática de exclusão da população negra, sendo por vezes de maneira explícita, por vezes não, mas de forma persistente.

Saviani (2007), por sua vez, observa como a introdução das máquinas pela Revolução Industrial promoveu a substituição de parte importante do trabalho manual, ampliando a divisão entre profissões técnicas e intelectuais, reduzindo também a necessidade de habilidades manuais específicas. É nesse mesmo contexto da Revolução Industrial que são criados os sistemas educacionais nacionais com a perspectiva da universalização da educação básica e a separação da formação em escolas gerais e escolas profissionais. Permanecia, portanto, a educação dividida entre um ensino teórico e geral, destinado às elites dirigentes, e uma formação prática, limitada à execução de tarefas, destinada aos futuros trabalhadores manuais (Saviani, 2007).

Ao refletir os valores capitalistas cada vez mais latentes, esta cisão permaneceu ao longo do tempo como um obstáculo histórico a ser superado. A partir das reflexões de Gramsci, Saviani (2007) argumenta que o enfrentamento

desta questão, no contexto contemporâneo, deve partir de uma reestruturação que envolva, concretamente, a integração entre a teoria e a prática. Conjugando os dois, torna-se viável formar tanto estudantes com domínio dos fundamentos científicos e sociais, quanto com habilidade prática. Em outros termos, pode-se dizer, formam-se politécnicos (Saviani, 2007).

Esta questão não foi negligenciada pela ERM, que a partir de seu contexto específico buscou articular teoria e prática, se aproximando das reflexões indicadas por Saviani (2007). Incorporando a realidade à volta não como limitação, mas como um recurso do qual não se pode abrir mão, a instituição formulou suas práticas educativas para refletir a realidade local, integrando o conhecimento teórico com o aprendizado das habilidades práticas, também imprescindíveis para a população. A escola de Duque de Caxias, proletária e regional, sem dúvida oferece inspiração e se coloca como referência para instituições como o IFRJ, a partir de sua abordagem sempre vinculada ao território e tratando ensino e trabalho como elementos que se fortalecem na prática educativa.

Outro desafio importante antecipado pela ERM, que merece destaque, é o da implementação da alimentação escolar enquanto política central para garantir a permanência dos alunos. Frescurato (2019) recorda que a ERM era também conhecida pelo apelido "Mate com Angu", atribuído de maneira depreciativa pelo chefe de polícia Filinto Muller, durante o governo de Getúlio Vargas. O autor aponta que, ao reconhecer como um grande problema a desnutrição e a fome entre as crianças, Armanda Álvaro Alberto passou a instituir a merenda gratuita, tornando a ERM a primeira instituição na América do Sul a adotar tal prática. Em períodos de escassez, a merenda consistia em mate e angu de milho, o que acabou originando o apelido que se propunha a ridicularizar e diminuir, mas que ganhou notoriedade e outro significado, tornando o lugar referência no âmbito da assistência aos alunos (Frescurato, 2019).

Cabe mencionar que, a despeito da adoção constitucional da alimentação enquanto direito elementar, a materialização de uma política alimentar concreta segue sendo uma dificuldade persistente para os institutos federais. Estas instituições, de maneira geral, enfrentam como obstáculos problemas com restrições orçamentárias, infraestrutura inadequada e falta de profissionais, que comprometem a execução plena de políticas alimentares. No caso do IFRJ, a política alimentar é ainda restrita, se efetivando essencialmente por meio de auxílio alimentação a uma

parcela dos discentes. Enquanto isso, com a exceção do campus Pinheiral, os restaurantes estudantis são apenas um projeto em estruturação (D'eça, 2023; IFRJ, 2024).

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entidades do movimento sindical e estudantil, respectivamente, assumem um papel significativo na discussão sobre a permanência. Refletindo sobre os 15 anos de expansão da Rede Federal, o SINASEFE ressalta a grande lacuna em termos de infraestrutura básica para permanência estudantil, com destaque para a ausência de restaurantes estudantis, que deveriam ser enxergados como uma prioridade estratégica. Com a campanha IF SEM FOME, a UBES, por sua vez, coloca a luta por alimentação estudantil no centro da agenda de reivindicações ligada aos Institutos Federais e aponta a falta de oferta alimentar como a principal causa de evasão, na percepção secundarista (UBES, 2024; SINASEFE, 2024).

Passados mais de cem anos, o legado da ERM segue de pé, não apenas por meio de seu edifício histórico, atualmente ligado à rede municipal de ensino, mas principalmente por sua relevância no campo da educação profissional e, em um contexto mais amplo, por seu empenho na busca por uma educação transformadora. Não é possível falar sobre o impacto inovador da expansão da RFEPCT, em Duque de Caxias, sem mencionar esta experiência histórica significativa. A Mate com Angu desempenha um papel pioneiro e, em certa medida, abre caminho para a chegada do IFRJ e posteriormente do Colégio Pedro II na cidade da Baixada Fluminense.

CAPÍTULO II: Uma visão sobre a Semente

2.1 Desenvolvimento(s) e suas escalas de operação

A análise dos desdobramentos de uma política pública complexa como a expansão dos Institutos Federais requer uma dupla abordagem: se, por um lado, é necessário um olhar amplo e analítico sobre esta intervenção; de outro, é importante recorrer à escalas menores para apreender, de forma mais acessível, as singularidades das dinâmicas discutidas. O capítulo anterior, O Manguezal, apresentou informações fundamentais que revelam os paradoxos de uma Baixada Fluminense marcada por desigualdades. Apresentou, ainda, uma Duque de Caxias marcada por processos sociohistóricos complexos e díspares. O esforço estava em evidenciar esses dados não como números, mas como reflexos concretos dos processos históricos de ocupação, industrialização e exclusão que moldaram o território.

Este trabalho volta a se concentrar em um tema correlato, desta vez tendo como foco a compreensão da relevância das escalas geográficas no processo de desenvolvimento. No entanto, antes disso, faz-se necessário adotar uma abordagem crítica sobre o próprio conceito de desenvolvimento. E esta definição, conforme evidencia a literatura, não se trata de uma noção única. Como ilustração, entre os expoentes de uma abordagem que privilegia categoricamente a necessidade de crescimento econômico como base para o avanço estrutural estão Lewis (1954) e Rostow (1956). Sob esta ótica, predominam na argumentação variáveis mensuráveis como PIB, nível de industrialização, produtividade e geração de empregos.

Em contraponto a esta visão, Furtado (1974) é um dos críticos que vai advertir sobre os riscos de que os processos de concentração de renda e reprodução de desigualdades se mascarem sob este enfoque. Ao discutir o que vai chamar de o mito do desenvolvimento econômico, o autor desvela como objetivos abstratos de crescimento não se harmonizam, necessariamente, com as necessidades concretas das populações. Isto é, os indicadores macroeconômicos podem ocultar facilmente

processos de exclusão, não representando o autor, por si só, parâmetros para o desenvolvimento.

O debate ganha novos contornos com as contribuições de pensadores como Bispo dos Santos (2015) e Krenak (2020). Ambos contribuem com críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento prevalecente, identificando-o como uma face moderna da colonização. Bispo dos Santos argumenta que a visão hegemônica de desenvolvimento devora práticas e saberes ancestrais, homogeneizando outras formas de organização comunitária em torno de uma lógica de exploração disfarçada de progresso. Para ele, a organização comunitária de matriz quilombola e indígena não podem ser identificadas como subdesenvolvidas, mas sim como vetores que desafiam a lógica e a métrica ocidental de desenvolvimento (Dos Santos, 2015). De forma similar, Krenak (2020) enxerga nas cosmovisões indígenas estruturas que desafiam e contestam modelos de desenvolvimento que não reconhecem as relações não-extrativistas com o território. Essa crítica conflui junto a outras perspectivas críticas: o decrescimento (Latouche, 2012), que questiona a obsessão com o crescimento econômico, e o bem viver andino (Acosta, 2016), que propõe uma reconfiguração social baseada em uma matriz comunitária e ecológica. Até mesmo instituições globais, como a ONU/PNUD, acolheram parcialmente essas críticas na tentativa de incorporarem a mensuração da felicidade nos seus indicadores (Queiroz, 2008).

O desenvolvimento que se qualifica com as diferentes abordagens, a partir de um enfoque multidisciplinar, também encontra nas escalas outra forma de qualificar-se. Brandão recorda que:

> A discussão da escala espacial destes processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações “territorializadas” dos fenômenos sociais. Importa demonstrar como o prisma analítico de corte escalar é lócus privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização correta de determinações estruturais e conjunturais do ambiente construído (Brandão, 2008, p. 14)

Fuini (2012) destaca a transição que incide sobre as discussões em torno do planejamento e desenvolvimento que, em parte, deslocam-se do regional para o territorial, à medida que transformações estruturais ocorrem com os Estados nacionais. Para o autor, com a emergência da descentralização estatal despontou também a necessidade de articulação de estruturas e projetos de desenvolvimento

local que envolvessem potências e conhecimentos endógenos, mobilizando os atores estratégicos da dinâmica em questão (Fuini, 2012).

É nesse sentido que junto à urgência da categoria território, aqui entendida como o resultado da apropriação e transformação do espaço por atores que nele imprimem relações de poder (Raffestin, 1980), ganha destaque também a concepção de desenvolvimento na dimensão territorial. Quanto ao primeiro conceito, convém incorporar ainda a definição de Haesbaert (2004), para quem território está vinculado a uma condição de sobreposição de diferentes territorialidades, onde se verifica a coexistência e o entrelaçamento de espaços locais e redes globais, representando ainda uma oposição direta às noções tradicionais de definição espacial fixa.

Esta escolha pela escala do território é mantida ainda que a abordagem do desenvolvimento regional prevaleça nas normatizações das políticas que envolvem a RFEPCT e os Institutos Federais (Brasil, 2008; Brasil, 2014). Vainer (2002) lembra que a opção por uma escala é equivalente à escolha de um sujeito, alvo da análise, mas argumenta também que uma vez assumida a escala, não se pode incorrer no erro de reificá-la, como se essa precedesse o próprio processo, assumindo uma prioridade que inclusive o limitasse. Desta forma, nem o desenvolvimento regional representa parâmetro único de análise dos Institutos Federais, nem tampouco pode a escala do território representar. Em resumo, trata-se apenas de uma perspectiva aqui adotada.

Dito isso, como forma de consolidar o que aqui entende-se como desenvolvimento territorial, recorre-se a Pires, Müller e Verdi (2006), que compreendem este processo como uma dinâmica de transformação social de natureza essencialmente endógena, capaz de promover a solidariedade entre os indivíduos e de fortalecer a cidadania de maneira significativa. Para os autores, não se trata de um processo de mudanças pontuais, mas sim de um processo de transformação contínuo, profundo e que resulta em melhorias reais das condições de vida da população. Além disso, o desenvolvimento territorial tem como fundamento o avanço do quadro social e econômico por meio de uma estratégia que considera as necessidades, as características e os potenciais locais de forma a garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo para toda uma localidade ou região (Pires, Müller e Verdi, 2006).

Assumir uma abordagem pautada no desenvolvimento territorial como suporte analítico está vinculado a um desafio claro: investigar os desdobramentos de uma política pública nacional (como a expansão dos Institutos Federais) cujos efeitos são planejados para a escala regional, mas cujas consequências concretas se manifestam também no território. Assim, ainda que a discussão adote uma abordagem multiescalar, o território aqui investigado não se restringe a fronteiras fixas como acontece em um bairro, cidade ou região. Considerando as discussões de Haesbaert (2004), prioriza-se a busca pelo rastro de identidades coletivas - tal como na simbologia do Manguezal, que sintetiza processos históricos de marginalização. Essa proposta evita a rigidez das fronteiras físicas para focar em como as políticas se entrelaçam com territorialidades dinâmicas e sobrepostas, para, desdobrar-se em desenvolvimento.

É assim que a análise do desenvolvimento, a leitura do território e a reflexão sobre a construção de identidades compartilhadas revelam que as contradições socioeconômicas demandam, muitas vezes, intervenções que avancem sobre a superficialidade dos indicadores. Se a escala é uma escolha de suma importância, como demonstrado, também mostram-se extremamente relevantes os eixos de ação onde as políticas se materializam, sendo a educação uma área inegavelmente prioritária. Na próxima seção, serão exploradas as possibilidades de como este campo pode ser tensionado em direção a vias de transformação real ou, de outro lado, manter-se estagnado, representando um mecanismo de reprodução de desigualdades.

2.2 Educação como projeto

A visão sobre Educação assumida nesta análise, vale salientar, aponta para um compromisso com a transformação social, em uma abordagem que ultrapassa os limites do ambiente escolar e atravessa os diversos espaços da vida coletiva. Considerando isso, faz-se importante indicar a definição conceitual de Educação adotada e explorar as visões que se articulam a partir de diálogos com teóricos do

campo, considerando ainda a legislação pertinente, em articulação com tal concepção de educação como catalisadora de mudanças.

Nesse cenário, a Educação é tomada como um eixo estratégico, que se manifesta em diversos âmbitos da vida em sociedade, como no universo familiar, no trabalho, nas organizações da sociedade civil e nas expressões culturais. Essa concepção ampla de educação está em sintonia com o que indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que compreende a educação como um processo dinâmico e contínuo (Brasil, 1996). Busca-se fortalecer, assim, o papel da educação enquanto percurso indispensável para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No que diz respeito às mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa, o conceito de educação como agente de transformação se concretiza, de fato, através da implementação de diretrizes e ações que garantam, como prevê a LDB, o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, entendendo a formação como um processo contínuo e ajustado aos diferentes contextos da vida. Além disso, a lei em questão reforça de maneira clara a necessidade de integração íntima entre o aprendizado formal e a vivência prática, estimulando, assim, o desenvolvimento pleno do sujeito educando (BRASIL, 1996). Este olhar amplo, integrado e contextualizado sobre a educação pode ser encontrado ainda nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que evidenciam as múltiplas possibilidades desta perspectiva:

> [...] mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento apreendido gere maior compreensão, integração e inserção do mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos - desde o primeiro dia de sua escolaridade. (Brasil, 1998, p. 10).

A educação é, portanto, um pilar central na emancipação humana, colaborando na formação de pessoas conscientes de seu papel coletivo, com pensamento social crítico, atores de transformação e com potencial latente para movimentar as estruturas da sociedade. Assim, estabelece-se uma articulação íntima entre educação e política, a partir desse entendimento. Nesse sentido, são destacadas as ideias freirianas ao considerar que o ideal de liberdade e o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo por meio de uma educação

libertadora é um elemento fundamental para formar sujeitos críticos. Paulo Freire ressalta a urgência da prática formadora e da ética como bases da transformação social:

> [...] Já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política. E tudo isso nos traz de novo à imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las." (Freire, 2005, p. 21)

Assim sendo, sem um projeto para a educação alicerçado na realidade, considerando também a emancipação do sujeito, as oportunidades de avanço coletivo enfraquecem. De acordo com Freire, é nesse ponto que a educação passa a caracterizar-se meramente como bancária, uma vez que se esvazia de seu propósito, distanciando-se da criatividade e do processo de construção do saber (Freire, 2005). Ou seja, quando a educação se apresenta de forma verticalizada, enrijecida e alheia ao contexto social, ela se torna um mecanismo de conservação e reforço das desigualdades sociais existentes. O aprendizado se dá de forma mecânica, onde os sujeitos recebem o conteúdo e passam a arquivá-lo, sem qualquer processo de aplicação prática. Neste formato, os sujeitos educandos acabam por agir programados a atender às demandas de mercado ou a construir respostas para problemas com soluções já pré-determinadas e dadas (Kastrup, 2004).

Todo esse processo aqui discutido, evidentemente, extrapola o campo educacional. Os autores Ferreira, Junior e Bittar (2008, p.335), ao tratar do que chamam de "sociedade urbano-industrial", descrevem a lógica de uma estrutura que se sustenta por meio da racionalidade técnica e da exploração da força de trabalho. Isso é particularmente relevante pois o capitalismo estabelece suas relações de poder em torno da exploração da força de trabalho, prescindindo de uma mão de obra que não questione a ordem estabelecida. E é nesse sentido que a educação bancária se mostra eficaz, como ilustrado no trecho abaixo:

> A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mas destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar resposta às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele se ponha à altura de seu tempo histórico (Santos, 2007 p. 57).

Outro ponto particularmente importante, considerando-se o recorte territorial adotado e sua composição racial, está na necessidade de se refletir sobre as desigualdades históricas que ainda se colocam ao se pensar educação a partir de diferentes grupos raciais. Gonçalves e Silva (2000) mostram que, desde o período colonial, a educação aos negros foi negada ou foi utilizada como ferramenta de dominação. Como consequência, as desigualdades estruturais ainda se refletem no acesso e na configuração do ensino, a despeito das políticas recentes. A proposta freireana de uma educação libertadora sugere importantes bases para a transformação da sociedade, mas é necessário também que as diretrizes políticas assumam um compromisso concreto com a reparação histórica das populações negra e indígena. Sem uma proposta bem delimitada, que vá de encontro a esta herança colonial, a educação continuará reproduzindo somente ações de mitigação à exclusão das populações negra e indígena.

A importância crucial do acesso à Educação têm mobilizado distintos segmentos sociais que, por meio da articulação política, visam a consolidação de um marco legal consistente voltado para a garantia deste direito constitucional. A citar, como exemplo, a própria Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e o Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o PROEJA para a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos. Além disso, destacam-se a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que reserva vagas para estudantes de escolas públicas, com recortes de renda, raça e etnia, e a Lei nº 13.409/2016, que ampliou essa política ao incluir pessoas com deficiência. A Lei nº 12.677/2012 também merece menção, ao autorizar a expansão dos Institutos Federais com a criação de novos campi, e a Lei nº 14.113/2020, que instituiu o Novo Fundeb, garantindo mais recursos para a educação básica. Aliadas a outras normas legais, essas leis formam

um conjunto de diretrizes que fortalecem o acesso à educação e a inclusão de grupos historicamente excluídos.

A despeito disso, a realidade social e educacional do Brasil ainda apresenta grandes desafios. Segundo dados de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada sobre educação pelo IBGE (2024), o analfabetismo ainda é um problema relevante no país, com 9,3 milhões de analfabetos, sendo a grande maioria desses, cerca de 8,3 milhões, composta por pessoas com mais de 40 anos. Um cenário que reforça a urgência de refletir sobre as políticas de acesso.

Além disso, os dados da pesquisa "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira", realizada pelo IBGE em 2024, mostram que, em 2023, mais de 9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos haviam abandonado a educação antes de concluir a educação básica. A grande maioria desses jovens, cerca de 63,7%, não completou o ensino médio, e apenas 24,3% concluíram o ensino fundamental. Juntamente com isso, os dados da pesquisa indicam que 71,6% dos alunos que desistiram de estudar são pretos ou pardos, enquanto apenas 27,4% eram brancos.

A superação destes obstáculos passa, necessariamente, pelo planejamento de políticas públicas de maneira estratégica e pautada em dados concretos. Tal afirmação reforça a necessidade de refletir sobre o próprio conceito de políticas públicas, utilizado como ponto de partida, dada sua particular importância. Nesse sentido, destaca-se que apesar de toda relevância no contexto atual, não há uma definição única ou consensual sobre o que constitui uma política pública. Autores como Souza (2006) e Fonseca (2013) ressaltam a amplitude do termo, que é fundamentado em vários aspectos e com frequência usado de maneira pouco precisa. Essa complexidade pode exigir uma análise crítica para sua melhor compreensão. Fonseca (2013) observa que as práticas governamentais e o debate acadêmico têm sido marcados pela repetição mecânica de um conceito ainda vago, que varia conforme os contextos teóricos e/ou políticos.

Reforçando essa ideia, Fonseca (2013) indica que o uso indiscriminado da expressão "políticas públicas" pode criar uma associação equivocada com qualquer tipo de ação governamental, inclusive as mais básicas e elementares. É por isso que, para este mesmo autor, definições genéricas e abertas como "o governo em

ação" geram mais confusão do que esclarecimento, uma vez que a falta de qualificação da ação governamental em questão acaba por abrigar, na mesma definição, qualquer ação do Estado, ainda que ocorra, por exemplo, de maneira reativa e sem planejamento. Essa falta de clareza indica, mais uma vez, a necessidade de uma reflexão cuidadosa sobre o papel e o impacto das políticas públicas na sociedade.

De outro lado, encontra-se na definição de Souza (2006) um importante referencial ao conceituar política pública como um processo intencional e abrangente, que envolve vários atores e níveis de decisão, tendo como objetivo alcançar resultados de longo prazo, indo além de leis e regras e com impactos tanto a curto quanto a longo prazo. Colaboram ainda com a reflexão, Agum, Riscado e Menezes (2015), que definem políticas públicas como a discussão e a prática de ações que envolvem conteúdos concretos ou simbólicos, reconhecidos como parte do processo político. Em outras palavras, as políticas públicas podem ser entendidas como estratégias do Estado, que se apresentam como um conjunto de decisões que se projetam sobre as esferas econômica, política e social, atuando na promoção de ações em áreas como educação, trabalho, saúde, habitação, entre outras.

Além disso, outro ponto de grande relevância discutido por Fonseca (2013) está na natureza do ciclo das políticas públicas, marcado por disputas de interesses e pela imposição de vetos por parte dos distintos grupos sociais, que vão agir tanto para ampliar seus privilégios quanto para mitigar os impactos negativos das políticas implementadas. Essa dinâmica revela a complexidade das relações estabelecidas a partir do Estado como arena, onde as políticas públicas tornam-se alvo constante de disputas e tensões, remetendo mais uma vez à sofisticada relação de competição de classes e frações de classes, tal como delineado por Poulantzas (1980).

Assim, ainda que Fonseca (2013) defina as políticas públicas como um processo de decisão política voltado para transformar uma dada realidade, essa transformação é com frequência atravessada por distintos e diversos interesses, que desviam o foco do propósito original de promoção social. Nesse contexto, a participação social nos espaços de controle social torna-se essencial para garantir a efetivação de políticas públicas que promovam equidade e justiça social, fortalecendo a democracia e a transparência na gestão pública.

Entre os autores de destaque que abordam a dinâmica dos ciclos das políticas, Mainardes (2006) se destaca ao enfatizar o papel crucial dos atores da micropolítica na implementação das políticas públicas. Situando sua argumentação no âmbito da Educação, ele indica que professores, pedagogos, gestores e demais profissionais desempenham um papel significativo ao interpretar e adaptar as políticas de acordo com suas realidades específicas, o que gera, por consequência, um resultado distinto das intenções originais. Esses atores não são, desta forma, meros executores mecânicos, também sendo capazes de resistir, tensionar, negociar e recriar as políticas no dia-a-dia de sua aplicação (Mainardes, 2006).

Quanto às limitações e obstáculos enfrentados pelas políticas transformadoras, apesar das questões aqui expostas, é preciso destacar seu papel fundamental na construção de mecanismos de efetivação de direitos. Bobbio (2004) reforça essa visão ao afirmar que o crescimento dos direitos sociais está diretamente relacionado às transformações da sociedade, dependendo de mecanismos institucionais para se tornarem concretos. Para o autor, o crescimento dos direitos em questão está diretamente ligado ao desenvolvimento histórico, fato que demanda ao Estado soluções cada vez estratégicas e complexas. Ou seja, ainda que enfrentem muitos desafios, as políticas públicas permanecem sendo um caminho importante para a materialização de direitos negligenciados.

Em suma, a educação, entendida como um processo amplo e transformador, não se limita aos muros da escola, mas está intrinsecamente ligada à prática cotidiana e às especificidades locais. No entanto, para que as políticas públicas educacionais alcancem mudanças reais, concretas, é essencial que elas sejam planejadas, implementadas e garantidas ao longo de todo o seu ciclo, com a participação ativa de grupos marginalizados e sub-representados. Essa participação pode ocorrer por meio da mobilização popular, da pressão política e da construção de canais de garantia de direitos, reforçando o papel central da educação e das políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.3 Uma identidade em disputa

Considerando a relevância estratégica das políticas públicas discutidas anteriormente, mas também suas limitações, em um contexto capitalista e neoliberal, explora-se a partir daqui a política de criação e expansão dos Institutos Federais no Brasil. Considera-se, este processo, como um marco importante e único para a Educação no país, tanto em termos de número de vagas, quanto em volume de investimentos e grau de visibilidade política. Quanto às repercussões, pretende-se explorá-las mais adiante neste capítulo e nos próximos, a partir do recorte territorial adotado na pesquisa.

Dito isto, é importante destacar que não se enxerga a criação ou a expansão como medidas isoladas e desarticuladas. Pretende-se discuti-las de maneira contextualizada, buscando entender como elas se articulam, interagem e se reestruturam junto a outras políticas no campo da educação, para estruturar o IFRJ e os IFs como as instituições que existem atualmente.

Nesse sentido, não é possível discutir a expansão dos IFs, sem antes refletir sobre a criação deles, que tem como principal marco legal a Lei nº 11.892/2008, ao instituir os Institutos Federais e delimitar sua missão de ofertar educação básica, profissional e superior, integrando ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008). A lei regulamentou os IFs e institucionalizou uma rede de instituições situada no campo da educação profissional e tecnológica, orientada para ser capaz de atender às demandas locais e regionais, promovendo a articulação entre educação e desenvolvimento socioeconômico (Brasil, 2008).

Antes mesmo da criação dos IFs, já era possível reconhecer no Decreto nº 6.095/2007 a diretriz de integração entre os diferentes níveis de ensino e, particularmente, a articulação com os setores produtivos locais (Brasil, 2007). Dado o grau de importância que este aspecto passa a adquirir, com o decreto e outros marcos legais, Frigotto (2018) alerta para a intensificação na disputa entre uma concepção de educação profissional articulada à educação básica e uma visão que prioriza a formação para o mercado, refletindo, para ele, inequívocos interesses ideológicos e econômicos. Em outros , trata-se de um embate entre o propósito de atender às necessidades imediatas do mercado e uma educação que se pauta pela emancipação dos indivíduos. Nessa perspectiva, o Sistema S, que reúne instituições como SENAI, SENAC, SESI e SESC, é um exemplo notório para Frigotto (2018) de

educação servindo aos interesses imediatos do capital, um caminho que deveria ser evitado pelos IFs. A despeito de tudo isso, a diretriz de articulação com os setores produtivos seguiu sendo encampada, sendo o decreto um importante passo para consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Encontra-se no Decreto Federal nº 5.154/2004 outro marco importante, uma vez que por meio dele foram estabelecidas novas diretrizes para a oferta integrada de cursos de educação profissional técnica de nível médio, regulamentando os cursos técnicos concomitantes, subsequentes e integrados (Brasil, 2004). A integração entre o ensino médio e o ensino técnico, faz-se importante dizer, vai além de mera organização curricular. Como destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a formação integral do ser humano, que reúne educação geral e técnica, é fundamental para superar a dualidade educacional, sendo, ainda, uma condição essencial à emancipação dos filhos da classe trabalhadora. Para além do decreto, a integração será, como visto adiante, um dos pontos de tensionamento na constituição da identidade dos IFs - e não por acaso. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), esta condição é um elemento chave para a estruturar um ensino médio politécnico, rompendo com uma visão que segmenta a formação para o trabalho e a formação para a cidadania.

Adicionalmente, retoma-se momentaneamente a Lei nº 11.195/2005, que garantiu a criação de novas unidades de ensino, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, em detrimento de legislações anteriores (Brasil, 2005). Como discutido anteriormente, a medida é concebida com o propósito de superar a limitação imposta pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. É também por meio de uma dessas parcerias citadas no texto legal que se estabelece, em Duque de Caxias, o campus avançado do CEFET-Química em parceria com o poder municipal, ainda 2006, antes da institucionalização dos IFs.

Nesse contexto de expansão de vagas, um dos discursos que se sobressaem está na ideia persistente de que o Brasil sofre um decisivo déficit de mão de obra qualificada. Para corrigir a questão e poder avançar, seria necessário ampliar o processo de formação de mão de obra por meio de uma educação profissional e tecnológica qualificada e em sintonia fina com as necessidades do mercado. Frigotto

(2018) contesta tanto a solução, quanto o problema, alertando para o paradoxo de um quadro em que existe ao mesmo tempo falta e sobra de jovens qualificados no país. Para o autor, a existência de um excedente de mão de obra desempregada ou subempregada, ao lado da lacuna “alardeada pelo mercado”, representa um problema não somente educacional, mas um elemento importante do projeto societário da burguesia brasileira (Frigotto, 2018).

A responsabilização do sistema educacional é recorrente e acompanha, particularmente, as políticas de expansão do sistema de ensino. A expansão dos IFs, portanto, precisa ser analisada de maneira crítica quando se trata de sua capacidade de enfrentar a dualidade descrita por Frigotto (2018). É nesse sentido que o autor reforça que a formação profissional não pode ser entendida como mero adestramento para o mercado, mas deve ser pensada de forma plena, integrando conhecimento, trabalho, cultura e tecnologia. É esta integração que garante, para o autor, o desenvolvimento dos educandos como sujeitos emancipados, capazes de exercer seu papel na vida coletiva de maneira integral (Frigotto, 2018).

Outra política relevante nesse contexto de ampliação de vagas é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513/2011 (Brasil, 2011). De acordo com seu texto legal, o Pronatec foi criado com o objetivo de expandir a oferta de cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada e de qualificação profissional, sempre em sintonia com as diretrizes de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011). Desde sua concepção, o programa foi alvo de críticas por conta de sua proposta de formação rápida e precária, em detrimento de uma formação integral e crítica. Como aponta Frigotto (2013), o Pronatec remete a antigos modelos de ensino que priorizavam a qualificação rápida para atender às demandas do mercado, sem considerar uma base sólida de ensino médio. Essa política, segundo o autor, é responsável por construir um verdadeiro "castelo de areia", pois sem as bases da formação plena, não garante cidadania política, econômica, social e cultural (Frigotto, 2013).

Em contraponto às abordagens simplificadoras, como a do Pronatec, Hirt (2025) salienta que a pesquisa e a extensão não são um mero complemento, do qual se dispõe em prol do utilitarismo: elas representam uma das bases da constituição dos IFs, além de se constituírem também como um traço distintivo que

permite reconhecer os Institutos Federais na esteira de iniciativas educacionais que articulam teoria e prática. Diante deste avanço, as oportunidades que emergem dessa articulação multiplicam-se quando vinculadas ao território, potencializando resultados tanto para a comunidade quanto para a instituição.

Na concepção de Hirt (2025), a institucionalização da pesquisa e da extensão podem configurar-se como um caminho estratégico para a descolonização de práticas educativas e para o combate ao epistemicídio, especialmente na inserção reparadora da população negra na educação. A iniciação científica, articulada à extensão, salienta a autora, pode romper hierarquias acadêmicas limitantes e permitir a ressignificação da urgência de sujeitos territoriais narrarem suas próprias histórias e as de suas comunidades (Hirt, 2025). Assim, a EPT consolida-se como uma ferramenta de democratização da educação, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Uma vez discutida a fragilidade deste modelo simplificador, faz-se importante lembrar que a própria expansão da RFEPCT não pode ser vista apenas como mero incremento no número de suas unidades de ensino. A Lei nº 12.677/2012 e a Lei nº 13.005/2014, que, respectivamente, viabilizam a contratação substancial de pessoal e estabelecem metas tangíveis para o aumento de vagas nos cursos, são particularmente importantes para fortalecer a base humana, legal e material ao processo de crescimento. Além disso, esta última vem implantar o Plano Nacional de Educação, prevendo a triplicação do número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, com ênfase na ampliação da oferta junto ao aumento das unidades (Brasil, 2014; Brasil, 2012).

Faz-se importante mencionar ainda que é também sob a bandeira da interiorização e da democratização do acesso que outras tensões políticas se ocultam, escondendo as disputas de poder que marcam a distribuição e instalação de novas unidades. Segundo Silva et al. (2024), o uso político no projeto de expansão dos IFs não favorece uma distribuição mais justa e estratégica das unidades, privilegiando de forma geral os interesses do grande capital financeiro e/ou de grupos políticos locais. Trata-se de uma dinâmica que reflete o que Frigotto (2015) vai chamar de um projeto societário de natureza modernizante conservadora, onde as decisões políticas e os recursos orçamentários acompanham as

conveniências do jogo político e do jogo econômico, em detrimento das necessidades regionais. Tudo isso deixa claro que a expansão dos IFs, embora apresente sua face democratizante, não está imune às contradições do sistema político e econômico, fato este que demanda aos processos decisórios maior transparência e participação popular.

Gouveia (2016) tece outra importante crítica à identidade, ou ausência desta, no projeto dos IFs. Para a autora, um projeto como este teria um potencial transformador ainda mais expressivo se estivesse realmente vinculado a um plano de desenvolvimento nacional voltado para a superação das desigualdades regionais. Gouveia (2016) argumenta que essas instituições têm sua trajetória marcada por parcerias frágeis e objetivos não alcançados, fato que enfraquece ainda mais sua missão e reforça a posição marginal do Brasil na divisão global do trabalho. A fraqueza em questão está relacionada à lógica do capital mundializado, em ação de constante apagamento de projetos coletivos, de maneira a preservar as hierarquias que que beneficiam os interesses do grande capital (Gouveia, 2016).

Em última análise, o aspecto mais decisivo e sensível em uma reflexão crítica sobre os institutos federais está em entender a quem servem e com qual modelo de sociedade estão, de fato, comprometidos, como indica Gouveia (2016). As respostas não são simples, isso é preciso dizer. Ainda sim, elas parecem refletir as tensões que se enfrentam tendo o estado como arena (Poulantzas, 1980) e que, tendo natureza instável (Poulantzas, 2019), estão em constante transformação, variando com a conjuntura. De uma forma geral, como argumenta Gouveia (2016), os IFs parecem estar presos à armadilha ilusória de que a educação profissional e tecnológica, por si só, é capaz de enfrentar as desigualdades, sem encarar também a lógica das estruturas econômicas e políticas que incidem sobre o trabalho e a vida.

Como forma de ilustrar a dualidade que se impõe na constituição da educação profissional e tecnológica, com efeitos reais no dia-a-dia das atividades em Duque de Caxias ou em outras unidades de ensino da RFEPCT, propõe-se uma matriz analítica das discussões apresentadas. Nesta proposta é possível constatar a oposição do discurso hegemônico - fundamentado no discurso institucional, sob interesses do setor produtivo e do capital de forma geral - e do discurso crítico - baseado em autores que denunciam a subordinação da educação às lógicas de manutenção do poder:

Quadro 1 – Discurso Hegemônico vs. Discurso Crítico: Tensões na Formação dos Institutos Federais

Parâmetro	Discurso Hegemônico	Discurso Crítico
Objetivo da Educação	*Formação para o mercado de trabalho*	*Emancipação política e social*
Objetivo da Educação (2)	*Qualificação técnica como resposta ao "déficit de mão de obra"*	*Educação como direito humano e ferramenta de transformação estrutural*
Gestão das Políticas	*Parcerias público-privadas como eficiência administrativa*	*Parcerias como risco de submissão à lógica do mercado (ex.: críticas ao Pronatec)*
Currículo e Metodologia	*Cursos técnicos rápidos e focalizados (ex.: Pronatec)*	*Formação integral (ensino médio politécnico)*
Currículo e Metodologia (2)	*Ênfase em habilidades técnicas*	*Integração entre teoria, prática e consciência crítica (ex.: Freire)*
Avaliação de Resultados	*Métricas quantitativas: número de vagas, empregabilidade, inserção no mercado*	*Indicadores qualitativos: redução de desigualdades, participação comunitária, acesso a direitos*
Relacionamento com o Território	*Território como espaço de oportunidade econômica (ex.: instalação de campi em polos industriais)*	*Território como campo de lutas por justiça espacial (ex.: demandas de reparação histórica em áreas periféricas)*
Sujeito da Educação	*Indivíduo como recurso humano (capital humano)*	*Indivíduo como sujeito político e histórico*

Fonte: Elaborada pelo autor com base em documentos oficiais (Brasil, 2008) e bibliografia (FREIRE, 2005; FRIGOTTO, 2018; GOUVEIA, 2016).

O processo de criação e expansão dos IFs, como um todo, tem a marca inegável das contradições e disputas de interesses de múltiplas partes envolvidas. De maneira geral, de um lado está a classe trabalhadora, de acordo com a conjuntura política, variando em sua capacidade de mobilização e ação; de outro, o

capital, particularmente do setor produtivo, buscando ampliar seus ganhos com o recrutamento de mão de obra barata e acrítica; no centro desse embate, uma política de enorme relevância social, com grande volume de investimentos, mas ainda perdida, buscando identidade. Se está sem rumo, o que espera alcançar? Ou quais são os efeitos que produz? As perguntas em questão demandam, sem dúvida, que se avance ainda mais na análise das políticas públicas educacionais em execução, para integrar na discussão os efeitos tangíveis sobre os territórios afetados, para além dos objetivos formalmente definidos em sua constituição.

Entende-se, por consequência, que a crítica colocada guia este debate em direção a um importante aspecto inscrito nesta pesquisa: é no nível local que se materializa uma parte relevante das mudanças e tensões que permitem a compreensão do processo como um todo. Assim, essa reflexão deve considerar se os desdobramentos da expansão dos IFs podem se expressar, de maneira significativa ou marginal, nos indicadores socioeconômicos do município ao longo do recorte temporal de sua instalação. Junto a eles, a pesquisa assume o desafio de mensurar e captar as nuances da vivência concreta, por meio dos resultados dos questionários e da cartografia social.

CAPÍTULO III: O que colhe a comunidade?

3.1. Resultados da análise dos indicadores socioeconômicos do município

Este subcapítulo busca analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos em Duque de Caxias, entre 2006 e o presente momento, dentro dos limites dos dados secundários acessíveis para este estudo. Embora a análise tenha como ponto de partida o ano de instalação do IFRJ em Duque de Caxias, ressalta-se que o objetivo não é estabelecer relações lineares de causa e efeito, de forma simplista e descontextualizada. Trata-se, antes de tudo, de identificar tendências que permitam discutir a relevância política pública educacional, especialmente quando os resultados desta análise são interpretados em articulação com os demais métodos utilizados. Em vista disso, optou-se por iniciar a discussão dos dados nesta etapa e por aprofundá-la na análise integrada, que virá a seguir.

Esta etapa também apresenta limitações relevantes. A primeira está na desatualização dos dados, uma vez que o último Censo Demográfico divulgado de maneira plena, nos enfoques que interessam a esta pesquisa, é de 2010, fato que acaba por comprometer análises sobre o quadro mais recente do município. Nesse contexto, fontes como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foram úteis, ao passo que outras bases, como PNAD Contínua e CadÚnico, se mostram pouco relevantes pela ausência de desagregação municipal para além das capitais. A própria desagregação por raça, gênero e por bairro, nos levantamentos existentes, carece em alguns casos de sistematização. A disponibilidade das informações em questão, sem dúvida, seria importante para uma compreensão mais ajustada das desigualdades que se articulam dentro da realidade da cidade - esta é uma limitação que se impôs à pesquisa, que não contava com o atraso e com algumas inconsistências na divulgação de dados gerados pelas instituições oficiais do Estado.

Levando isso em consideração, no que tange ao tema da educação, pode-se afirmar que este é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e para a

redução de desigualdades, conforme destacado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em sua metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (PNUD et al., 2022). Embora os dados disponíveis sobre os municípios sejam limitados, em particular quando se trata da última década, entre 2000 e 2010 pode-se constatar avanços perceptíveis dentro da área.

De acordo com os dados coletados, o percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo no município saltou de 24,38% para 38,3%, aproximando-se da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que saltou de 30,7% para 43,53% (PNUD et al., 2022). Quando se amplia a faixa para 18 a 24 anos, é possível notar que a trajetória do município acompanhou a tendência nacional de avanço, uma vez que o percentual de conclusão do ensino médio subiu de 27,83% para 46,16%, enquanto na média nacional o salto foi de 28,94% para 47,47%. Apesar disso, é possível observar ainda uma lacuna em relação à RMRJ, onde o índice chegou a 52,68% em 2010 (PNUD et al., 2022).

O IDHM Educação de Duque de Caxias também apresentou mudanças positivas. O índice integra indicadores relacionados à frequência escolar e à escolaridade da população adulta e passou, no período de 2000 a 2010, de 0,458 para 0,624, registrando um expressivo crescimento de 36% (PNUD et al., 2022). Mais uma vez, apesar do avanço, o município permaneceu atrás da média da região metropolitana do Rio de Janeiro, que alcançou o índice de 0,686, em detrimento do nível anterior de 0,548.

A desagregação por raça revela que o IDHM Educação de 0,601 para a população negra, em 2010, era 12% menor que a da população branca (0,686), um lembrete de que as políticas de universalização da educação, por si só, não são suficientes para garantir o acesso de todos os grupos ao ensino (PNUD et al., 2022). Quando a desagregação é analisada por gênero, o índice é de 0,630 para homens e 0,709 para mulheres, uma diferença também grande. Ao contrapor o índice registrado em Gramacho (0,641) com o do bairro de maior patamar no município, o bairro 25 de Agosto (0,728), nota-se um contraste alarmante de até 13,5% (PNUD et al., 2022). Nesse sentido, ser um homem negro ou uma mulher negra morando em Gramacho significa, portanto, estar submetido a uma realidade que combina que

combina racismo, pobreza e exclusão socioespacial, cerceando as oportunidades educacionais e profissionais.

Os dados do Censo 2010 também evidenciam o perfil de escolaridade do município e o grau de prevalência do analfabetismo na população com mais de 25 anos. Segundo o cenário revelado pela pesquisa, 6,07% da população era analfabeta, percentual que superava a média do estado do Rio de Janeiro (5,07%). Além disso, entre os adultos com mais de 25 anos, apenas 5,50% tinham concluído o Ensino Superior, em detrimento da média do estado de 14,31%. Enquanto em Duque de Caxias 54,92% contavam com o Ensino Fundamental completo e 33,09% tinham concluído o ensino médio, no estado os percentuais eram consideravelmente maiores, de respectivamente 62,04% e 44,45%.

A despeito das expectativas desta pesquisa, a divulgação dos dados do Censo 2022 abrangeu apenas algumas áreas, em sua divulgação prévia, entre elas a da Educação e ainda de maneira limitada. Vale ressaltar, porém, que para análise da escolaridade, o único recorte etário divulgado até então é o de pessoas com mais de 15 anos, em detrimento da faixa etária de 25 anos discutida anteriormente.

Assim, os dados do Censo 2022 indicam que 96,23% da população de 15 anos ou mais é alfabetizada, números que colocam Duque de Caxias na modesta 26ª colocação no estado do Rio de Janeiro. O resultado também é pouco animador no contexto da Baixada Fluminense, pois o município está atrás de 7 dos componentes, de um total de 13. Os desafios permanecem com relação à escolaridade geral, uma vez que 186.077 pessoas (22,4% da população) não concluíram o ensino fundamental, enquanto apenas 53.852 (6,5%) possuem diploma superior. A desagregação por raça/cor mostra, mais uma vez, desigualdades estruturais nas taxas de alfabetização. Enquanto a população branca apresenta taxas de alfabetização de 96,91% (homens) e 96,53% (mulheres), a população negra registra 95,91% (homens) e 95,19% (mulheres). Ainda que uma avaliação de tendência ao longo do tempo seja pouco consistente, o quadro regional expõe um contexto de atraso que persiste.

No que tange ao mercado de trabalho, o município também registrou evolução nos dados do IBGE que se encontram disponíveis. A mudança no quadro entre 2000

e 2010 revela avanços na participação do mercado formal, porém com a permanência de desafios antigos. Assim, constata-se que o grau de formalização no município em DC cresceu em um grau considerável, partindo de 58,87% para alcançar o percentual de 65,09%, em 2010 (IBGE, 2010). Os números parecem acompanhar a tendência nacional de aumento, que no país foi de 51,63% para 59,32%. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, este número foi ligeiramente superior em 2010, 68,14%, em contraste com o valor anterior de 62,84% (IBGE, 2010). Ou seja, os dados mostram avanços, mas ainda há uma relevante margem para crescimento, reforçando a necessidade de incentivos à formalização.

Convém examinar também a Taxa de Atividade, essencial para a compreensão do nível de participação da população no mercado de trabalho. Nesse sentido, ao avaliar os índices da faixa de 18 a 24 anos, é possível notar uma redução na taxa de atividade da população jovem entre 2000 (70,56%) e 2010 (65,04%). A tendência também é observada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um todo (70,08% para 63,33%) e no país (70,43% para 68,05%) (IBGE, 2010). Essa queda deve ser observada sob diferentes perspectivas pois pode indicar tanto o aumento do tempo dedicado aos estudos, quanto uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Na faixa de 25 a 29 anos, que corresponde a adultos jovens, registra-se uma relativa estabilidade na taxa de atividade (76,33% em 2000 para 75,96% em 2010), com números semelhantes em nível regional (79,48% para 78,51%) e nacional (77,18% para 78,23%) (IBGE, 2010). Nesse sentido, embora o grupo etário mais novo demande políticas focadas na faixa, o outro segmento com idade mais avançada tampouco está livre dos desafios da escassez de oportunidades.

Também merece atenção a taxa de desocupação, que avalia a proporção de pessoas desempregadas dentro da população economicamente ativa e aponta uma tendência bem diferente. É possível observar a redução dela praticamente à metade, de 2000 a 2010, oscilando de 20,89% para 10,86%. Os números superam a redução tanto da RMRJ (16,8% para 8,51%) quanto do Brasil (13,82% para 7,29%) (IBGE, 2010).

Ao analisar a taxa de desocupação em queda e a taxa de atividade em estagnação e crescimento, surge uma aparente contradição: a redução do desemprego avança, mas não se reflete ainda em integração plena de jovens trabalhadores, em particular com as pessoas mais jovens. Esta faixa, é preciso destacar, tem plena vinculação com as políticas envolvidas no contexto da educação profissional e tecnológica.

No que concerne à evolução da renda em Duque de Caxias, tendo por referência o mesmo período de 2000 a 2010, é possível notar um crescimento moderado. O IDHM Renda do município avançou de 0,652 para 0,692, que corresponde a um aumento de 6,1%, abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que oscilou de 0,759 para 0,796 e do estado fluminense, que avançou de 0,745 para 0,782 (PNUD et al., 2022).

A variação interna dentro do município, contudo, é crítica. Enquanto o bairro 25 de Agosto registrou IDHM Renda de 0,910 em 2010, Gramacho alcançou apenas 0,672. A diferença de 35,7% entre bairros que integram o mesmo distrito revela como a concentração de riqueza é uma marca persistente do atraso no município (PNUD et al., 2022).

Além disso, a análise do IDHM Renda desagregado por raça e gênero aponta para desigualdades estruturais profundas. A diferença entre brancos e negros é grave, com o índice no patamar de 0,722 para brancos, em contraste com 0,673 para negros. As diferenças de gênero são, no entanto, mais suaves, com um índice de 0,696 para os homens e 0,688 para as mulheres (PNUD et al., 2022). Estas disparidades podem ser observadas no gráfico abaixo (Figura 16):

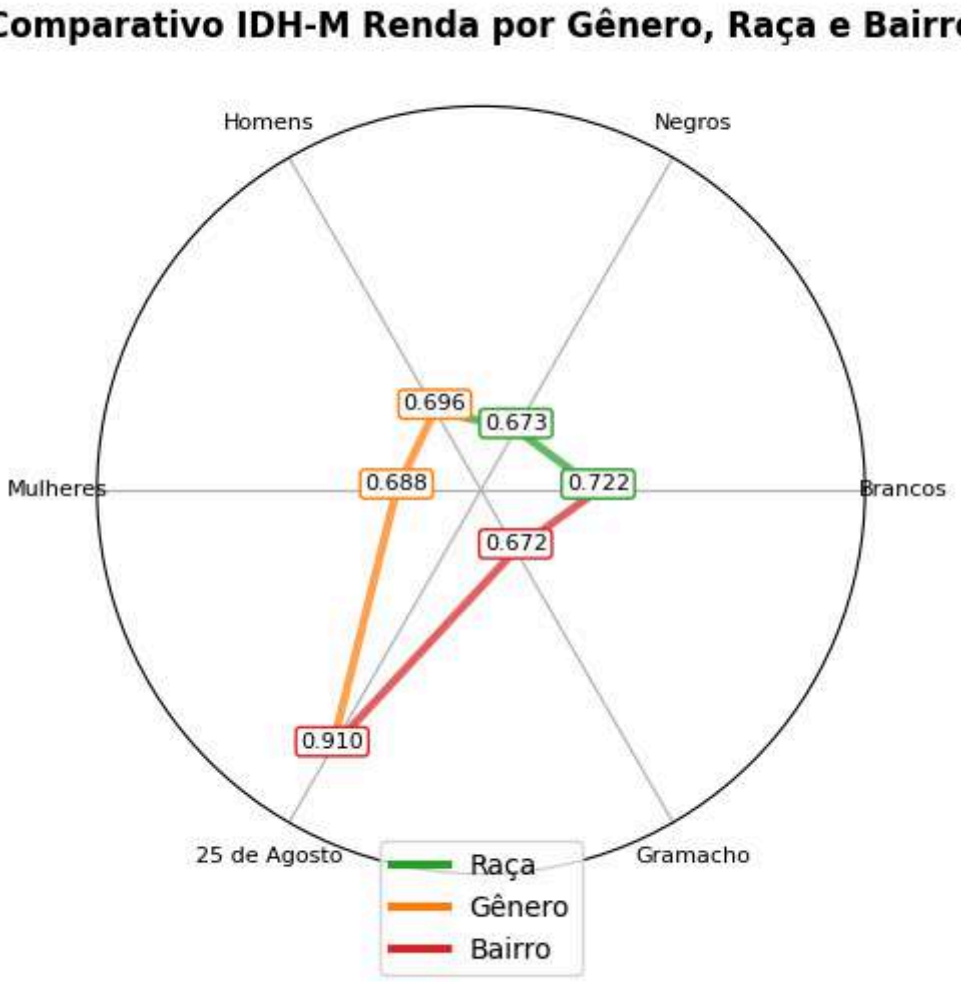


Figura 16 - Gráfico comparativo dos dados do IDHM de Renda por bairro, gênero e raça

Para suprir a lacuna temporal dos dados censitários (2000-2010), outras fontes como a RAIS foram usadas. Assim, observando o período de 2013 a 2017, é possível constatar que o rendimento médio formal em Duque de Caxias variou de R$ 1.617,63 a R$ 1.675,40, abaixo da média nacional, que oscilou de R$ 1.771,08 a R$ 1.812,40. Apesar do valor absoluto ser inferior, o crescimento observado em Duque de Caxias (3,6%) foi quase 3 vezes maior que a média nacional (1,3%) (PNUD et al., 2022).

Nesse sentido, é possível considerar o avanço do aspecto renda consistente em nível municipal, de maneira geral. Quando se consideram, no entanto, as desigualdades espaciais intramunicipais e a desigualdade de raça, é importante desconsiderar quaisquer interpretações otimistas sobre os números. O atraso na distribuição dos recursos, tanto espacial quanto racialmente, permanece representando um retrocesso inquestionável para todo o município.

Com relação à longevidade de sua população, o IDHM do município registrou um aumento de 14,7%, entre 2000 e 2010, onde registrou-se o avanço de 0,726 para 0,833. Apesar disso, mais uma vez o município ainda ficou abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (0,839) e do Brasil (0,816) (PNUD et al., 2022). A desagregação por raça, em 2010, confirma também a desigualdade entre negros (0,830) e brancos (0,841). As diferenças de gênero também se confirmam, alcançando 0,907 no índice para mulheres e para os homens 0,760 (PNUD et al., 2022).

Uma análise desagregada dos aspectos de educação, renda e longevidade permite compreender como se materializam as transformações socioeconômicas em diferentes aspectos para a vida da população de Duque de Caxias. Assim, enquanto a longevidade aponta para uma melhoria na qualidade de vida dos moradores do município, os dados de educação e renda indicam que os avanços são positivos, mas ainda não sólidos quando contextualizados regional e nacionalmente. Além disso, é preciso, sobretudo, fazer com que estes progressos sejam distribuídos entre os diversos grupos que compõem a população.

Quando analisado de forma integrada, o IDHM visa refletir as correlações entre os aspectos de educação, renda e longevidade. Nota-se, mais uma vez, que o município tem progredido gradualmente — e em um ritmo desigual. O município, com um IDHM de 0,601 em 2000 e 0,711 em 2010, registrou um crescimento moderado de 18,3% (PNUD et al., 2022). O número, mesmo que positivo, ainda coloca a cidade abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que saltou de 0,686 para 0,771 no mesmo período. O país, de maneira geral, obteve um aumento no patamar de 18,8%, alcançando 0,727 em 2010 (PNUD et al., 2022).

Foi possível observar, também, uma diferença substancial na qualidade de vida entre os bairros. Dessa forma, Gramacho registrou uma evolução, com um aumento de 0,576 para 0,698, um progresso que ainda coloca o bairro abaixo do índice do município e da região. Por sua vez, o IDHM de 25 de Agosto subiu de 0,696 para 0,781, um avanço que destaca o bairro como o maior índice do município — ainda que inferior à média da região metropolitana (PNUD et al., 2022).

O descompasso entre os bairros do primeiro distrito, constatado pelos indicadores, evidencia um desafio central para a evolução do município: a concentração de recursos econômicos e sociais. Nesse sentido, nenhum outro fator talvez seja mais simbólico que o aumento expressivo do PIB per capita, em detrimento dos avanços tímidos na qualidade de vida de sua população. O PIB per capita de Duque de Caxias passou de R$ 27.025,07 em 2010 para R$ 57.170,07 em 2021, um crescimento de mais de 100%, o que mostra o avanço concreto da produção econômica do município (IBGE, 2023). No entanto, conforme demonstrado nesta análise, esses avanços não se traduzem em desenvolvimento real para a maior parte de sua população.

Em síntese, a análise dos indicadores socioeconômicos de Duque de Caxias dentro recorte temporal adotado confirma avanços importantes, tais como como a redução do desemprego, o aumento da formalização do trabalho e o aumento geral do IDH-M. Apesar disso, essa evolução é marcada por contradições que são inegáveis: o crescimento econômico não se reflete em equidade e tampouco a expansão do ensino rompeu ciclos de exclusão racial e territorial. A instalação do IFRJ em 2006 surge como um marco para a cidade, mas ainda esbarra em estruturas históricas de segregação.

Por fim, convém lembrar que a análise dos indicadores é apenas um ponto de partida dentro desta proposta. Os dados revelam alguns avanços, mas a medida do desenvolvimento está naqueles que vivenciam as políticas de transformação. Enquanto as estatísticas apontam a melhoria relativa das condições de vida, é possível que as pessoas, em seus territórios, tenham uma experiência diversa. Para entender melhor que tipo de desdobramentos o IFRJ gerou em Gramacho, o próximo capítulo analisará respostas a perguntas como "As condições de vida da população melhoraram desde a chegada do IFRJ?".

3.2. Resultados da aplicação do questionário

Este subcapítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com os alunos da EJA, com mais de 30 anos e identificados como moradores de Gramacho e adjacências. O questionário do tipo estruturado é formado por 14 afirmações, organizado em cinco graus de concordância, que contribuem para a compreensão de como a instituição é percebida em suas múltiplas dimensões de atuação, identificando os desdobramentos sobre o território que surgem a partir daí. A análise parte da identificação de padrões de concordância e discordância em temas como educação, trabalho e impacto social, oferecendo dados para ampliar a discussão sobre o papel das instituições federais nas transformações de territórios.

A amostra é composta por 26 respondentes, sendo a maior parte composta por mulheres (87%) e pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (58%). A faixa etária predominante é de 30 a 49 anos (62%), com participação limitada de idosos (7,7%). A Tabela 1 mostra os destaques da distribuição demográfica da amostra e seu comparativo com o perfil sociodemográfico do município de Duque de Caxias, segundo o IBGE (2022):

Tabela 1 - Comparativo da amostra do questionário com o perfil demográfico

Variável	Amostra (N=26)	Duque de Caxias (IBGE, 2022)	Discrepância
Mulheres	87%	52%	35%
Pessoas Negras	58%	68%	-10%
30-49 anos	62%	45%	17%
60+ anos	7,70%	15%	-7,30%
PCDs	3,80%	10%	-6,2%.

Fonte: IBGE, 2022

Convém destacar, nesse sentido, as limitações da amostra. A primeira está no viés de gênero e condição de deficiência, uma vez que a amostra é formada por

apenas 11% de homens (3 participantes) e 3,8% de pessoas com deficiência (1 participante), impossibilitando quaisquer análises sólidas que explorem a fundo a participação desses grupos. A segunda está no próprio perfil alvo: a escolha dos alunos da modalidade EJA como foco apresenta vantagens, como exposto anteriormente, mas também impõe a necessidade de reconhecer os vieses que acompanham essa decisão.

Quanto aos resultados encontrados, de uma maneira geral o IFRJ é descrito como uma sólida referência para a educação de qualidade na região. Sua capacidade de transformar essas expectativas em resultados tangíveis para o cotidiano, contudo, parece limitada. Para mensurar o nível de concordância, cada resposta recebeu um valor numérico numa escala de 1 a 5, onde 1 representa "discordo totalmente", 3 representa "neutro" e 5 representa "concordo totalmente". A questão Q3 ('O IFRJ é uma referência em educação') registrou a maior média (4,2/5), com 88% de concordância total ou parcial, confirmando a credibilidade da instituição. Em paralelo a isso, Q14 ('A presença do IFRJ ajuda a combater o racismo e contribui para que o acesso às oportunidades seja mais justo') também se destacou positivamente (média 4,0/5), endossando o papel do IFRJ no combate ao racismo por meio da Educação. O gráfico abaixo (Figura 17) ilustra as variações de concordância:

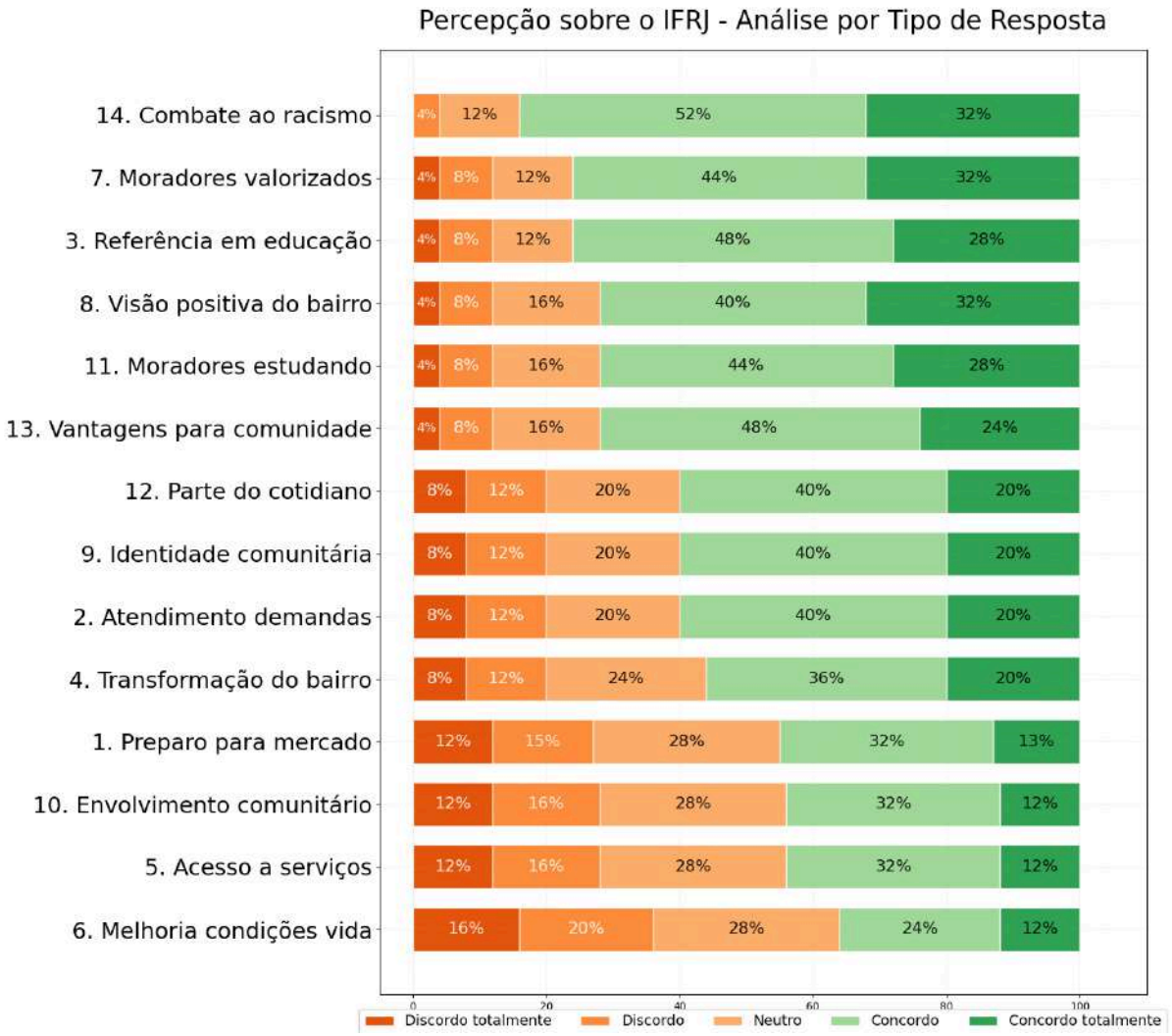


Figura 17 - Mapa de calor mostrando o grau de concordância para cada variável analisada.

Apesar disso, a valorização simbólica da instituição não parece ter se estendido aos benefícios concretos no dia-a-dia. Q1 ('Preparo para o mercado de trabalho') e Q6 ('Melhoria nas condições de vida') tiveram as médias mais baixas (2,9 e 3,1), com 44% e 38% de respostas negativas, respectivamente. Esse contraste entre as questões não pode ser ignorado e sugere que a educação técnica, nesse caso, não se transforma automaticamente em melhoria de vida. Dessa forma, a população parece reconhecer, de maneira geral, o esforço educativo, mas também cobra resultados palpáveis.

A análise também revela uma divisão importante entre a inserção da instituição e sua capacidade de envolver a comunidade em iniciativas coletivas. Enquanto Q12 ('O IFRJ faz parte do cotidiano dos moradores do bairro') teve média positiva (3,7), indicando que a instituição faz parte do cotidiano local, Q10 ('Os moradores são mais envolvidos e participantes com a comunidade depois da chegada do IFRJ') registrou a segunda pior avaliação (3,0). Uma explicação possível é que, para muitos participantes, o IFRJ é presente no território, mas não é necessariamente visto como um ator que envolve, mobiliza e promove a participação ativa da população.

Também chama a atenção as médias positivas para Q7 ('A chegada do IFRJ fez os moradores do bairro se sentirem mais valorizados') e Q9 ('A presença do IFRJ ajudou a fortalecer a identidade comunitária do bairro'), respectivamente 3,9 e 3,8, que sugerem que a instituição pode funcionar como um espaço de identificação e revalorização comunitária, em particular considerando-se o histórico de exclusão discutido aqui anteriormente. A despeito disso, convém lembrar mais uma vez que a função simbólica positiva, por si só, não parece ser suficiente para dar base a transformações estruturais.

Considerando isso, é preciso pensar sobre as repercussões para a população para além de dimensões subjetivas. O índice relativamente modesto da Q13 ('O IFRJ traz vantagens para toda a comunidade, não só para quem estuda na instituição') (3,2) sugere que os benefícios ainda são restritos aos alunos, sem repercussões claras de maneira universalizada no bairro. Esse descompasso coloca uma questão sensível para o IFRJ: como ser ao mesmo tempo espaço de excelência educacional e agente de transformação territorial?

Para aprofundar a exploração e dando continuidade à proposta, empregou-se uma análise de cluster com base em variáveis sociodemográficas, como o objetivo de identificar agrupamentos com características homogêneas e respostas coesas. Entre os marcadores analisados, o período letivo destacou-se como fator relevante nas percepções avaliadas. Estudantes dos períodos mais avançados (5º e 6º) demonstraram concordância aproximadamente duas vezes maior que os de períodos iniciais na Q13 ('O IFRJ traz vantagens para toda a comunidade, não só para quem estuda na instituição').

Esse padrão indica que o tempo de permanência consolida a percepção da relevância do IFRJ. Na Q10 ('Os moradores estão mais envolvidos e participativos com a comunidade após a chegada do IFRJ'), a tendência é confirmada, pois entre os alunos antigos observou-se 88% de respostas positivas, indicando que a permanência na instituição fortalece os laços com a instituição.

Outro importante agrupamento é formado por mulheres negras com mais de 50 anos. Este grupo, composto por cinco participantes, se destaca pela unanimidade ao definir o IFRJ como uma referência educacional (com variações entre Concordo e Concordo totalmente na Q3) e pela alta concordância ao reconhecer o papel da instituição no combate ao racismo (na Q14, 80% concordam totalmente, enquanto 20% mantiveram neutralidade). Raça, gênero e idade, neste caso, parecem direcionar as respostas no sentido de valorizar a importância da instituição frente aos desafios educacionais e à exclusão racial histórica, em uma avaliação amplamente positiva. O gráfico abaixo (Figura 18) ilustra a diferença entre o grupo mencionado e as tendências gerais em aspectos como consolidação como referência educacional (Q3), percepção de valorização dos moradores (Q7), representatividade local (Q11) e papel no combate ao racismo (Q14):

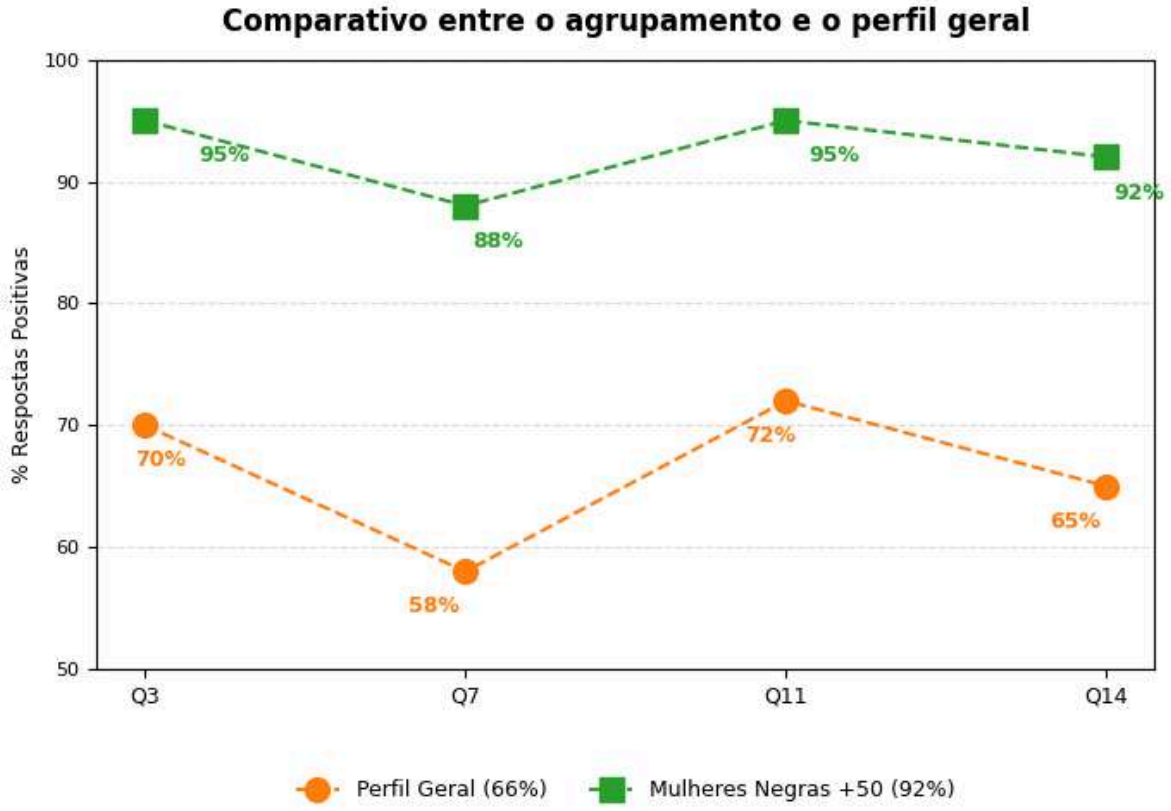


Figura 18 - Comparação das tendências entre mulheres negras com mais de 50 anos e a tendência geral.

Nesse sentido, Nascimento (2021) recorda que a sociedade colonial confinou a mulher negra a empregos domésticos e braçais. Para elas, o IFRJ parece oferecer uma alternativa tanto simbólica quanto prática a este lugar histórico, apoiando-as no propósito de deixar para trás o ciclo de marginalização descrito por Nascimento. A escola, nesse sentido, é também um espaço onde é possível resgatar o direito ao conhecimento e a uma vida mais digna. O desafio surge quando a formação técnica não é suficiente para garantir a melhoria de vida desta comunidade, reforçando que a educação, sem outras políticas reparatórias amplas, é ainda insuficiente para desmontar o legado de atraso.

Dito isso, a sintonia das respostas desperta, inevitavelmente, a atenção para o padrão de concordância sob o viés de raça como fator único. A partir desta proposta, desenvolveu-se uma exploração comparativa confirmando disparidades marcantes na percepção sobre o IFRJ. Nos itens de impacto simbólico (Q3, Q14, Q7), as diferenças superam 28 pontos percentuais, atingindo o ápice de 38% no

combate ao racismo (Q14). A lacuna também é substancial nas questões práticas, uma vez que 72% das pessoas negras reconhecem transformações significativas no bairro com a chegada do IFRJ (Q4) e apenas 43% das pessoas brancas estão de acordo com a afirmação. O padrão se repete no que tange ao acesso a serviços (+32%) e melhoria de vida (+35%). Desta forma, os dados colhidos indicam que a instituição cumpre um papel notavelmente mais expressivo para as pessoas negras da comunidade escolar, como é possível verificar no gráfico abaixo (Figura 19):

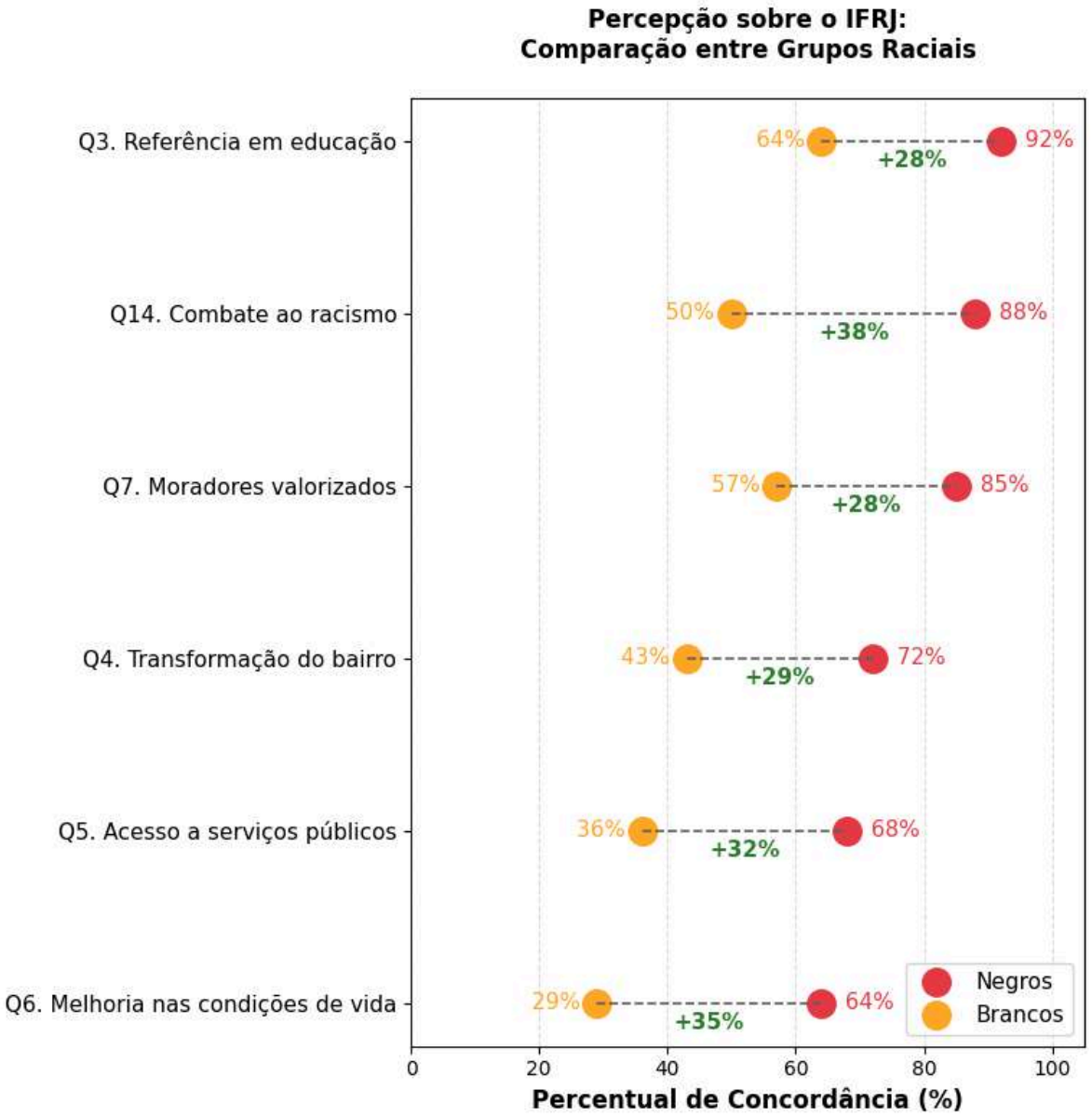


Figura 19 - Comparação das variações nas tendências entre pessoas brancas e pessoas negras.

Nesse cenário, as tendências de envolvimento comunitário, embora menos díspares, mantêm a mesma direção. A diferença de 19% no fortalecimento identitário (Q9) e 17% no engajamento (Q10) pode indicar que o IFRJ tem maior penetração e capacidade de mobilização quando se trata de pessoas negras.

Quanto ao agrupamento formado por pessoas brancas, ele se notabiliza pela dificuldade de enxergar na instituição uma verdadeira promotora de transformações reais e resultados concretos para a vida em Gramacho. Assim, se de um lado a população negra valoriza o IFRJ como uma referência na superação de desigualdades, este outro grupo avalia o IFRJ por métricas de eficácia (empregabilidade, condições de vida), de maneira mais rigorosa.

Nesse sentido, ao analisar os fenômenos sociais de transformação da sociedade contemporânea, Lélia Gonzalez (1984) descreve uma festa, que passa a contar com novos convidados, as pessoas negras. A festa descrita por Lélia aborda uma dinâmica de inclusão limitada, onde os novos convidados participam, mas não reivindicam o centro da mesa. Considerando essa dinâmica, é possível indagar até que ponto a presença do IFRJ em Gramacho, apesar de ser celebrada, está realmente proporcionando mudanças profundas na vivência e na autonomia da comunidade negra. A instituição reverbera o lugar de protagonismo que cabe às pessoas pretas e pardas, considerando o território onde está inserida a instituição?

A presença física em um território demograficamente negro como Gramacho ainda é muito pouco. Para que a presença do IFRJ realmente impacte de maneira transformadora, para além das métricas de educação, emprego e renda, é necessário que a instituição se envolva de maneira concreta com as necessidades da comunidade negra. É preciso atuar como um parceiro que reconhece e amplifica as vozes da população local, o que significa criar espaços de participação onde a população negra tenha voz ativa na formulação de políticas educacionais e sociais, garantindo que o protagonismo seja, de fato, da própria comunidade.

3.3. Resultados da intervenção com cartografia social

Esta etapa se dedica a analisar os resultados da cartografia social, técnica adaptativa e atenta às narrativas locais, aqui priorizada por estar associada às possibilidades de revelar conexões funcionais e simbólicas dos indivíduos com o espaço. Como indicam Mainardes, Ferreira e Tello (2011), a técnica rechaça as abordagens binárias e a ideia de um conhecimento acabado e único, dando espaço, em vez disso, à multiplicidade de perspectivas e a uma proposta de construção coletiva do saber. Além disso, a cartografia social tende a se associar de maneira complementar aos demais métodos aqui utilizados, se aproximando de uma visão que busca ser integral, ao combinar camadas quantitativas e qualitativas na complexa análise do objeto de pesquisa.

Faz-se necessário, neste ponto, revisitar também a visão de Santos (2006) sobre espaço, pois é a partir desta noção que a análise cartográfica aqui proposta se estrutura e se fundamenta. A investigação do espaço, entendendo este como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, implica uma abordagem que vai além da mera observação geográfica. Considerar o espaço dessa maneira dota a pesquisa de uma perspectiva relacional, capaz de explorar as diferentes camadas de significados que o território revela. Com isso, a análise cartográfica se vincula a essa visão dinâmica, sintonizando as diferentes dimensões do espaço, levando em conta desde as práticas cotidianas até as resistências e mudanças que se dão no território.

Considerando os elementos mencionados, foram planejadas duas intervenções em turmas da EJA, de terceiro e quarto período. Como se sabe, a modalidade EJA, por definição, atende jovens e adultos. Nos campi do IFRJ, o estudo de Gouveia (2018) confirmou ainda a predominância de pessoas de faixas etárias mais avançadas e que em geral residem próximo (Gouveia, 2018), características que tornam este perfil potencialmente relevante para investigações que demandem vínculo contínuo e significativo com o território, favorecendo assim a função de sujeitos cartografantes.

De acordo com Acselrad e Viégas (2013), esses sujeitos cartografantes não são apenas indivíduos que produzem mapas, mas sujeitos políticos cujas atuações, ao resistirem à apropriação mercadológica do espaço, revelam uma dinâmica de resistência que não leva em conta apenas o contexto imediato, mas também as necessidades e desejos da comunidade. Dessa forma, a cartografia social, enquanto ferramenta, não se limita a desenhar um espaço geográfico, mas serve como um meio de expressão das subjetividades individuais e coletivas que surgem da interação com o ambiente, sendo um reflexo das transformações sociais vividas pela comunidade.

Como mencionado anteriormente, a atividade central consistia na elaboração de mapas mentais tendo como referencial único o entorno do campus Duque de Caxias, seguida de uma discussão reflexiva em cada uma das duas turmas. A atividade, por natureza, é descrita de maneira genérica, de modo a propiciar ampla liberdade para que os participantes definam o que entendem por entorno, o que será representado a partir deste entendimento e de que maneira será representado.

Ao todo 24 pessoas participaram, sendo 11 participantes da turma de terceiro período e 13 da turma de quarto período. Embora cientes de que a atividade era livre e não avaliativa, os participantes manifestaram desconforto ao representar o território em mapas, evidenciando dificuldades para transpor suas ideias para o papel. Esse sentimento de insegurança se refletiu em comportamentos repetidos, como a busca por orientação nos trabalhos dos colegas e o uso de materiais próprios para rascunhos, que não estavam previstos como etapa. Ao final do processo, as respostas dos alunos sobre a experiência foram mistas, com palavras como "relaxante", mas com muitos definindo-o também como "difícil".

A insegurança notória pode ser compreendida à luz do estudo de Gouveia (2018), que destaca o medo e a vergonha como fatores que afetam a participação dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A autora observa que a sensação de não pertencimento e o receio de não atender às expectativas são comuns, especialmente entre os alunos mais velhos, o que pode gerar um forte sentimento de insegurança. Gouveia (2018) relata que muitos alunos chegam ao Instituto com medo e apreensão, principalmente devido à idade e ao receio de serem julgados por não terem concluído o ensino médio. Este relato converge diretamente com o que foi observado entre os alunos da pesquisa. A insegurança

diante da atividade de cartografia social pode ser vista como uma expressão desse medo de falhar e da vergonha de não atender às expectativas, tanto dos colegas quanto da instituição. Esses resultados sugerem que, embora a atividade tenha proporcionado momentos de reflexão e expressão, desafios como a insegurança e a falta de confiança precisam ser considerados em atuações com essa proposta.

Apesar das dificuldades iniciais, as duas intervenções revelaram-se produtivas e avançaram na sua proposta de envolver os participantes. As cartografias foram realizadas, assim como a discussão coletiva sobre os mapas produzidos. Entre os resultados, foi possível identificar elementos recorrentes no conjunto das produções, tais como a Unidade de Pronto Atendimento, o Rio Sarapuí, a Creche Municipal Cecília Meirelles, o Centro Tecnológico, o campo de futebol, o Parque Teixeira Mendes, o Conjunto Habitacional 25 de Agosto e a Avenida República do Paraguai. Esses elementos foram apresentados de formas diversas nos mapas de cada discente, mas foram destacados como elementos repetidamente presentes. Os participantes indicaram, ainda, na discussão, marcos relevantes que não ganharam tanta atenção, como as praças do Sarapuí e São Sebastião. Alguns dos registros podem ser observados abaixo (Figuras 20, 21, 22 e 23):

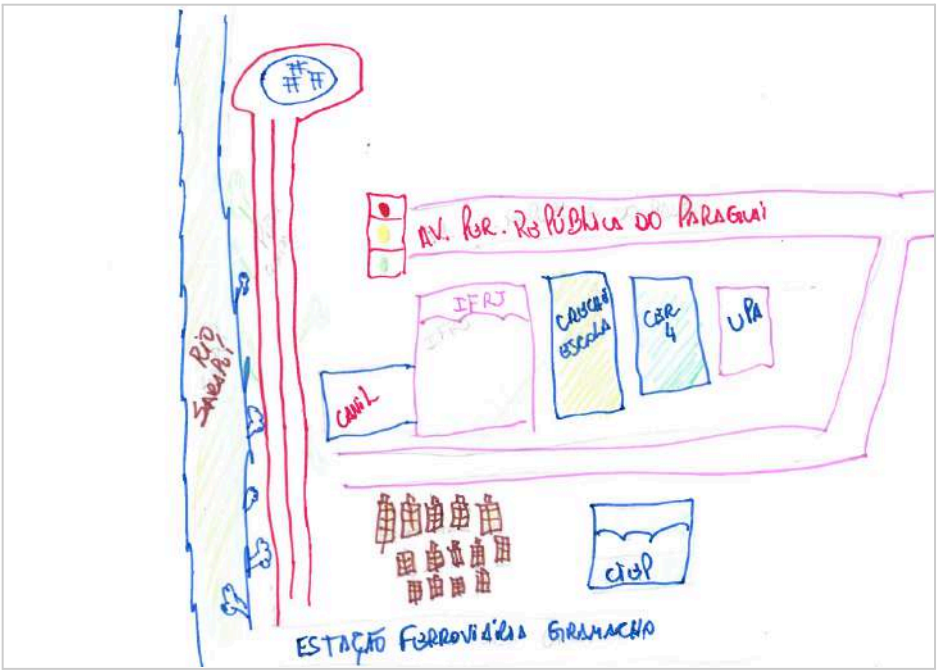


Figura 20 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, destacando a estação ferroviária e outros marcos.

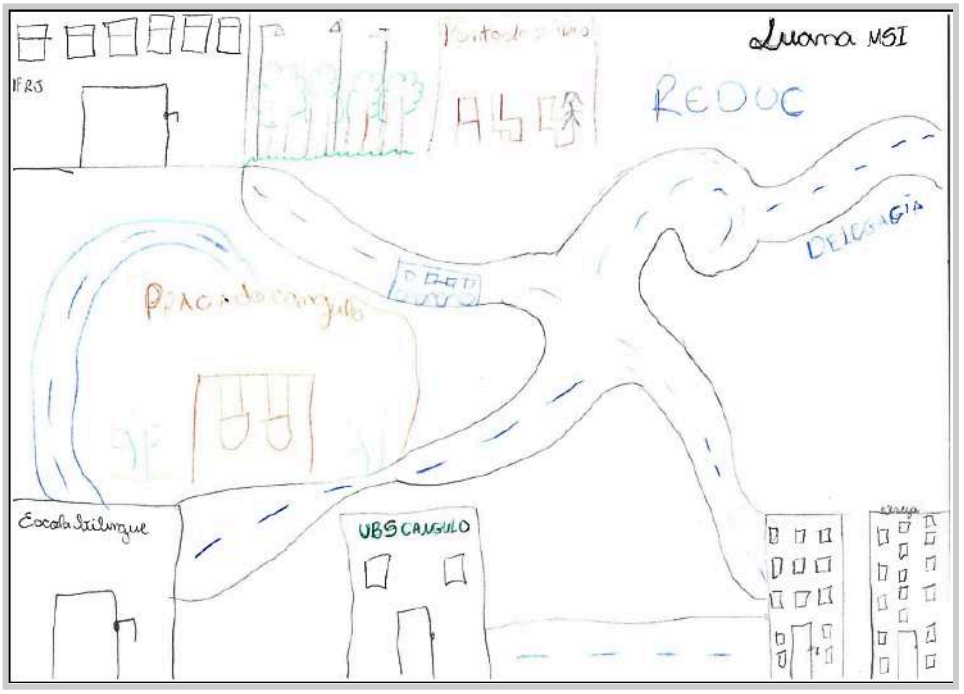


Figura 21 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, destacando a REDUC e outros elementos.

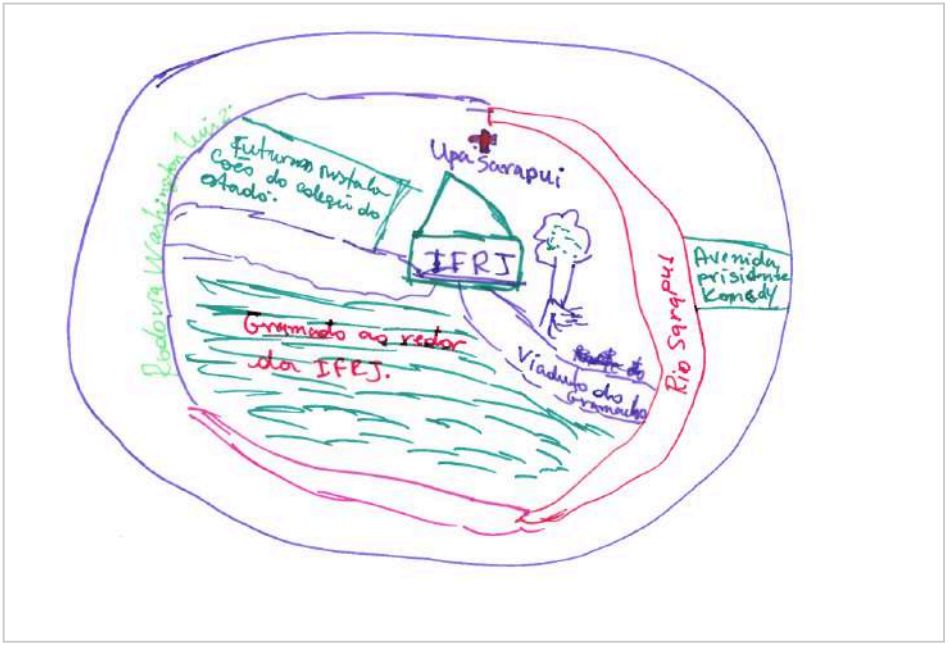


Figura 22 - Cartografia social do território elaborada pelo participante, com destaque para o Parque Linear, Viaduto do Gramacho e outros elementos.

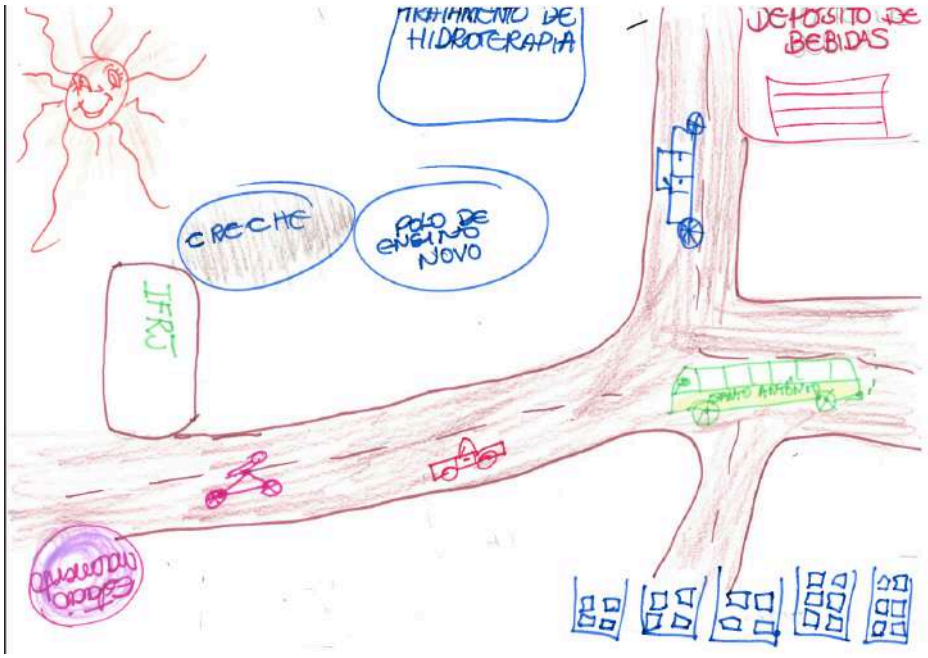


Figura 23 - Cartografia do território destacando elementos do cotidiano do participante, como o depósito de bebidas e um consultório de hidroterapia.

A presença de elementos como a pista de corrida e o campo de futebol nos mapas desenvolvidos, em detrimento das praças do Sarapuí e São Sebastião, indica uma hierarquia de significados cartográficos. Enquanto a pista de corrida e o campo de futebol fazem parte do Parque Linear Osório de Oliveira Filho, inaugurado recentemente, em 2023, as praças representam pontos de convivência tradicionais e históricos da região. A prevalência de elementos recentes sugere uma transformação nas relações de importância para os sujeitos; de forma semelhante, a ausência das praças pode indicar também que, para estes indivíduos, esses locais não são mais considerados pontos centrais no cotidiano.

Nesse sentido, convém retomar o espaço como um sistema de objetos e ações, conforme proposto por Milton Santos (2006), para entender como os

elementos materiais e as dinâmicas sociais associadas a esses objetos atuam para transformar o espaço urbano. Os objetos têm, cada um, a marca de diferentes períodos históricos, como indica Santos (2006): as praças carregam as marcas de diferentes tempos e também os elementos associados ao parque refletem a mesma lógica, ainda que sejam projetos novos. Cada elemento material, assim, tem sua lógica própria de ação, ou seja, representa um modo particular de dar forma a suas interações sociais. O próprio IFRJ é, por definição, um objeto fixo no território, sendo sua ação correspondente, nesse caso, o objeto desta discussão.



Figura 24 – Praça São Sebastião. Fotografia do autor, 2024



Figura 25 - Parque Linear Osório de Oliveira Filho em 2023 (Divulgação/Prefeitura de Duque de Caxias).

A questão da temporalidade dos marcos merece destaque, uma vez que ela foi discutida com ênfase nas transformações recentes e nas marcas deixadas por essas mudanças no território, à luz da memória coletiva e da percepção dos sujeitos. Foram destacados pelos participantes como marcos recentes: o Centro Tecnológico, o Centro de Reabilitação, o Parque Linear Osório de Oliveira Filho, o depósito de gás, o campo de futebol e a pista de corrida. Ao falar sobre as mudanças recentes, em particular sobre o campo de futebol, a pista de corrida e o parque linear, discutiu-se o que ocupava esses lugares anteriormente, alcançando a discussão sobre o massivo processo de remoção que ocorreu nas comunidades Dique 1 e Dique 2, situadas nas imediações do IFRJ.

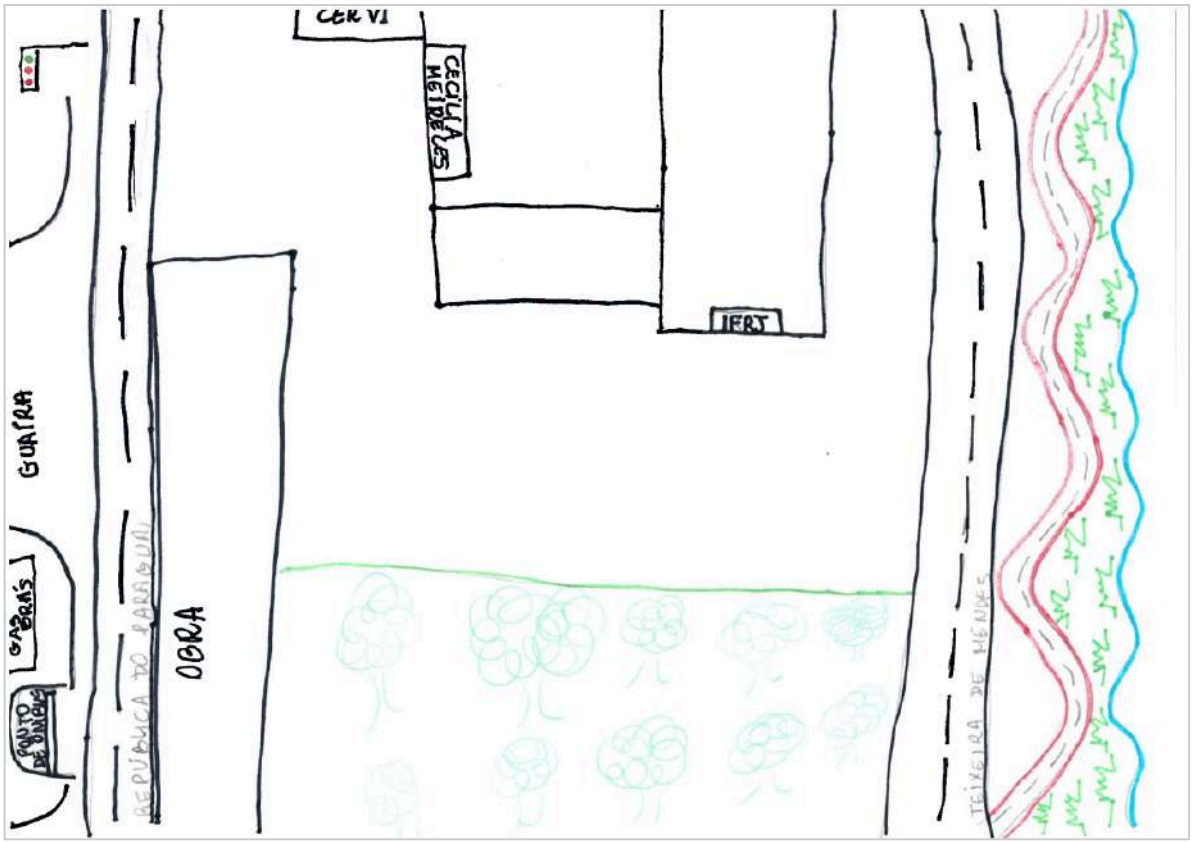


Figura 26 - Mapa produzido por participante, com destaque para o parque e sua pista de corrida, situados ao lado do Rio Sarapuí.

Para aprofundar a discussão sobre as transformações considerando tempo e espaço, é fundamental recorrer à noção de rugosidades, apresentada por Milton Santos (2006). Para o autor, esse conceito se refere aos vestígios deixados pelas transformações que avançam sobre o espaço. As rugosidades seriam, assim, as formas e estruturas que vão se acumulando ao longo do tempo e que permanecem mesmo com a incidência de novos processos históricos que vão moldando o território. É possível, portanto, considerá-las um resíduo desses processos sociais que vão reorganizando o espaço. Além disso, o conceito pode ser usado para ampliar a compreensão sobre como, mesmo com a transformação do entorno do IFRJ, constata-se a prevalência de certos marcos, como a centenária Estação de Gramacho, a Avenida República do Paraguai e o Rio Sarapuí.

É nesse contexto que se pode falar em superposição, acumulação e supressão como definições que ajudam a entender como as rugosidades integram a configuração espacial. A permanência da relevância da estação ferroviária, ao longo do tempo, pode ser explicada a partir da noção de Santos de acumulação, que corresponde a uma ideia de continuidade do passado no presente e de persistência com o passar dos anos. Por sua vez, a supressão em Santos pode ser entendida como o apagamento do uso e da ocupação do espaço, tal como no caso das remoções forçadas de comunidades, onde o espaço que antes existia deixa de existir, de maneira física e funcional, dando lugar a novos arranjos espaciais. Por fim, igualmente importante para a análise das configurações espaciais, é a noção de superposição, onde novas formas de uso do espaço se sobrepõem às anteriores, em uma dinâmica de coexistência.

Como se verifica, a análise sobre a formação de rugosidades ganha ainda mais relevância com a questão da remoção da comunidade adjacente ao campus, que alcançou um espaço significativo das reflexões em ambas as intervenções. Neste ponto, convém contextualizar, em 2020 foi inaugurado o Viaduto do Gramacho, conectando duas importantes vias do município, e em 2023 o Parque Osório de Oliveira Filho, anunciado como maior parque linear da Baixada Fluminense. Trata-se de um único projeto, que foi viabilizado por meio da remoção das comunidades Favela do Dique 1 e Favela do Dique 2.

Quanto à discussão desenvolvida, embora o projeto tenha sido anunciado como um conjunto de melhorias para lazer e moradia, as discussões convergiram para o entendimento de que a medida foi realizada para atender ao projeto de ligação entre as vias Avenida Presidente Kennedy e Avenida Washington Luís. A remoção da comunidade, a realocação das famílias e a construção de um parque às margens do Rio Sarapuí foram identificados como objetivos secundários, de menor valor. O mapa a seguir (Figura 27) mostra a origem das famílias removidas no bairro de Gramacho e seu destino no bairro São Bento:



Figura 27 – Mapa com destaque para os edifícios de destino das famílias realocadas e as moradias em processo de demolição no bairro de Gramacho.

É assim que, a partir do entendimento observado, a comunidade foi removida e deu lugar ao parque linear e ao viaduto, já que sua existência era um obstáculo ao poder municipal e aos interesses que este representa. Em consequência, as famílias foram realocadas em condomínios de prédios, no segundo distrito da cidade, sem cuidado real com suas necessidades. É por isso que durante as discussões realizadas foi apontado que a ideia de progresso do bairro parecia contraditória, especialmente para os moradores da Favela do Dique 1 e Dique 2. Entre outros aspectos, foi destacada a significativa dificuldade de adaptação para famílias que crescem em espaços abertos, com quintal, e que precisam em pouco tempo se adequar a novos espaços, com outras dinâmicas arquitetônicas. Além disso, uma parte importante da autonomia das famílias passa a ser sacrificada, pois “agora, eles têm que pagar condomínio, água, luz.... e, se não pagarem, vão para a rua,” como observado por outro aluno.



Figura 28 – Lorram Paiva (2020). Anúncio do reassentamento de 1.245 famílias, projeto anunciado pela Prefeitura como a maior iniciativa de desfavelização no país.

A crítica de Antônio Bispo dos Santos (2023) aos programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, se aplica também a este processo. O autor aponta que esses programas não consideram as especificidades culturais e espaciais das comunidades, o que resulta em intervenções que apagam elementos essenciais da identidade local. No caso das favelas e dos quilombos, por exemplo, o quintal e a laje são elementos fundamentais, tanto para a dinâmica familiar quanto para a construção de novos lares e celebrações. A construção de casas sem lajes ou quintais, em políticas homogeneizantes, é um exemplo claro de como as políticas públicas impõem um modelo colonialista, que desconsidera a lógica e as necessidades do cotidiano das comunidades (Dos Santos, 2023).

Como mencionado, é sob o pretexto da inclusão social por meio da moradia que se observa a fragilização das condições sociais e o comprometimento da autonomia das famílias. Isso remete à reflexão de Brum (2021) sobre a imposição de modelos de vida urbanos e mercadológicos a povos que se colocam à margem

destas lógicas. Ela afirma que a redução de populações a uma categoria genérica, como “pobre”, não apenas simplifica a complexidade de suas realidades, mas também pode ser um fator que desconsidera suas necessidades culturais e sociais. Brum (2021) destaca que, no capitalismo, ser pobre ou ser rico está diretamente relacionado à quantidade e à qualidade dos bens materiais, o que gera uma homogeneização que ignora os modos de vida próprios das comunidades.

Além disso, não se pode deixar de observar o contexto racial em questão. Considerando uma perspectiva racializada, portanto, Santos (2019) traz uma importante contribuição ao inscrever as formas não-hegemônicas de cartografar na categoria das práticas de resistência e de afirmação identitária, quando apropriadas por movimentos sociais ou por comunidades negras. Para o autor, a prática vai além do mapeamento espacial e se apresenta como uma abordagem próxima de uma geografia do pertencimento e de denúncia (Santos, 2019). É por isso que a produção de saber que revela a angústia diante de uma ideia contraditória de progresso, como aqui discutido, carrega esse impacto e essa importância, ao mesmo tempo em que reforça o que é trazido à tona pela *Frente 3 de Fevereiro*, grupo de pesquisa e ação direta que propõe um olhar crítico sobre o racismo:

> Quais os limites da herança escravocrata em nossa experiência cotidiana? Como podemos romper esta lógica inscrevendo outras formas de sociabilidade? Cartografia, para nós, é mais do que um mapa, é uma escrita entendida em sentido amplo, uma postura diante do mundo. Somos cartógrafos quando reconhecemos e organizamos aquilo que nos convoca a agir e, então, damos ouvido, voz e forma às nossas angústias e desejos, expressando e inscrevendo poeticamente na realidade aquilo que nos move (Frente 3 de Fevereiro, 2006, p. 9).

Dito isso, convém destacar que os diálogos entre os envolvidos sobre as diversas transformações constatadas confirmaram interpretações variadas. Para muitos, as melhorias no bairro beneficiaram algumas pessoas, mas trouxeram dificuldades para outras, como as famílias removidas. Essas reflexões reforçam a ideia de que o processo de transformação do território não é neutro, mas envolve conflitos e desafios que afetam diretamente as relações sociais e as percepções de pertencimento dos moradores.

Assim, a substituição de uma significativa área residencial por mais uma peça no sistema de infraestrutura urbana se revela um exemplo simbólico da crítica de Milton Santos (2009) ao avanço dos elementos técnicos e funcionais sobre territórios

carregados de significado, subjugando-os a uma lógica ainda mais profunda de subordinação ao capital. Essa reconfiguração notória é explicada pela fetichização da técnica, que, neste caso, se apresenta como a chegada do progresso à Gramacho, em um discurso que, por vezes, é efetivo — mas que, em outras ocasiões, é questionado e desmascarado, como se observa aqui. Conforme as observações registradas, este relato é crucial, pois expõe a percepção dos moradores sobre a intervenção que deu origem ao Viaduto de Gramacho, ao Parque Linear e à remoção das favelas Dique 1 e Dique 2.

De acordo com o relato coletivo, o projeto, que inicialmente ligaria as duas vias mais importantes da cidade, foi transformado à medida que as obras avançavam, sob a influência de interesses industriais que ocupavam uma área crucial para o plano original. Dessa forma, enquanto o avanço sobre a região de moradias populares foi rápido e inflexível, a execução encontrou forte resistência quando atingiu a área de uma fábrica. Como um dos participantes mencionou: “Enquanto eram pessoas, a Prefeitura conseguiu fazer, mas com a fábrica a conversa foi outra.” A fala mostra de forma evidente a disparidade de tratamento dada às pessoas comuns — de forma individual ou em coletividade — em contraste com a resistência de uma empresa, que resultou em ajustes significativos no projeto. Trata-se de um espaço que não está a serviço do homem, como indica Santos (2009).

Quanto à intervenção junto aos alunos, chama a atenção a mudança na forma como se deu a participação, que evoluiu de uma postura inicialmente tímida e insegura para críticas contundentes à narrativa de transformação espacial como sinônimo de progresso. Essa crítica ao progresso como ilusão encontra eco na reflexão de Ribeiro (2003, p. 37), que argumenta que o território não é inerte. Segundo a autora, essa narrativa só faz sentido para os atores hegemônicos, uma vez que estes não precisam reconhecer explicitamente a ação do Outro. Para aqueles que precisam construir condições de vida em contextos adversos, embarcar nesta narrativa que se desfaz do jogo da política, não pode ser uma possibilidade.

Ao refletir sobre este quadro de reprodução de desigualdades, torna-se inevitável, ainda, questionar o papel do IFRJ nesse contexto. Quando o questionamento foi proposto, no entanto, constatou-se um consenso entre os

participantes de que a grande maioria das transformações tem ligação com o poder municipal, sem participação direta da instituição. No caso da remoção supracitada, os alunos foram claros ao afirmar que “isso é coisa da Prefeitura”. A fala marca uma separação clara entre as esferas de atuação e destaca também grande relevância do executivo municipal para a configuração da localidade.

Vainer (2007) descreve as dinâmicas espaciais em áreas sob a influência direta de projetos com grandes volumes de investimento e argumenta que é possível perceber e identificar, em cada caso, como atores políticos e empresas se associam para exercer o controle do território. Ao considerar Gramacho uma zona sob a influência não apenas da REDUC, mas de todo o complexo petroquímico ali localizado, pode-se facilmente reconhecer a vinculação do poder municipal aos interesses privados, seja de grandes grupos produtivos, seja de grupos empresariais de menor porte, como no caso da reformulação do planejamento inicial do projeto.

Quanto ao IFRJ, a análise passou a tratar do seu papel como instituição formadora, considerando que, além de oferecer educação técnica, ela também carrega a responsabilidade de atender às expectativas dos alunos e às demandas sociais da comunidade. No entanto, os relatos dos participantes desta pesquisa, assim como o estudo de Gouveia (2018), revelam uma frustração recorrente em relação à formação oferecida. Os alunos destacaram uma desconexão entre suas expectativas e a realidade da formação, especialmente no que diz respeito à oferta de cursos, infraestrutura e assistência estudantil.

Com as falas dos alunos são reveladas uma série de decepções com a instituição, o que confirma a existência de uma lacuna entre as expectativas de estudar em uma escola técnica federal e a realidade de uma escola que enfrenta o desafio da precarização. Um dos participantes, por exemplo, se manifesta de forma clara quanto a isso: “Eu quando via os alunos do IFRJ passar igual eles passavam, eu ficava doido pra estudar aqui. Depois que eu entrei, filho, foi decepção. Ficou deixando a desejar muita coisa”. A fala se alinha com as críticas dos demais participantes com relação à falta de manutenção dos banheiros, o estado dos pisos das salas de aula e a falta de iluminação do entorno da instituição.

Outro ponto sensível identificado está na assistência estudantil descrita como deficiente. A política, além de não alcançar todos os alunos, quando os alcança, não atende de forma satisfatória, na visão dos estudantes. Estas questões, de maneira geral, criam uma sensação de frustração, onde os discentes não se sentem materialmente assistidos em sua opção pela formação de jovens e adultos no IFRJ.

Além disso, não menos importantes são os questionamentos trazidos com relação ao formato dos cursos e à própria oferta, considerada limitada nas opções oferecidas. Na modalidade EJA, a citar, o único curso oferecido é o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Desta forma, para uma parcela dos sujeitos cartografantes, o IFRJ não apresenta diversidade nas suas opções de formação, o que torna a instituição menos atrativa. Nesse sentido, tanto em Abreu Júnior (2017) quanto em Gouveia (2011), em suas análises com foco no exame de alguns campi do IFRJ, é possível constatar que a escolha dos cursos beneficia lógicas outras que negligenciam as demandas coletivas em detrimento de interesses circunstanciais e particulares. A pesquisa de Abreu Júnior (2017) destaca que, ao priorizar soluções mais simples e imediatas, considerando, por exemplo, somente a infraestrutura disponível, a instituição falhou em aproveitar a chance de tornar a modalidade mais diversificada e ajustada às expectativas sociais.

Para concluir, observou-se um acordo geral entre os participantes quanto à qualidade do corpo técnico-docente, que se mostra capaz de conduzir as práticas educativas de maneira ajustada, representando assim uma base importante para a superação das dificuldades impostas pela infraestrutura precária e pela insuficiência de políticas de assistência estudantil. Diante das dificuldades apontadas, as práticas em sala de aula fortalecem o vínculo dos estudantes com a instituição, ajudando na permanência e sucesso acadêmico, possibilitando que o IFRJ se aproxime de sua promessa de transformação social por meio da educação.

Por fim, destaca-se um dos principais achados da pesquisa, que está na presença recorrente do Rio Sarapuí na produção coletiva, reafirmando sua relevância simbólica para o território. Foi possível alcançar esta reflexão ao adotar mapas mentais coletivamente orientados, pois esses instrumentos guardam memórias espaciais, organizando o conhecimento coletivo sobre o espaço (Tuan, 1982). E, ao considerar o espaço como um sistema de relações dinâmicas, que

revela as interações sociais, culturais e políticas presentes na comunidade (Kozel, 2009), é nos mapas de produção coletiva que se encontra a capacidade de conectar fenômenos sociais, refletindo a diversidade de interpretações sobre o território (Mainardes, Ferreira e Tello, 2011).

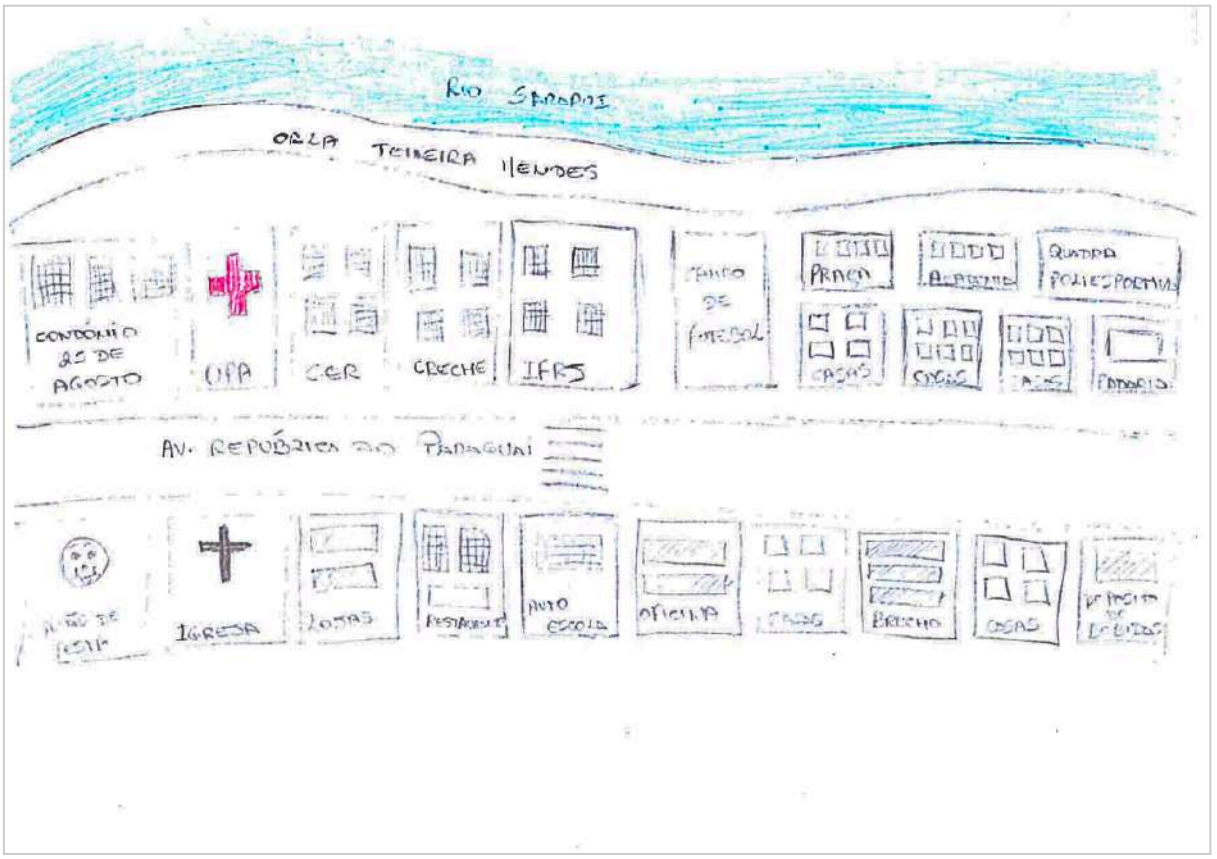


Figura 29 - Mapa produzido por participante, com destaque para a presença do Rio Sarapuí

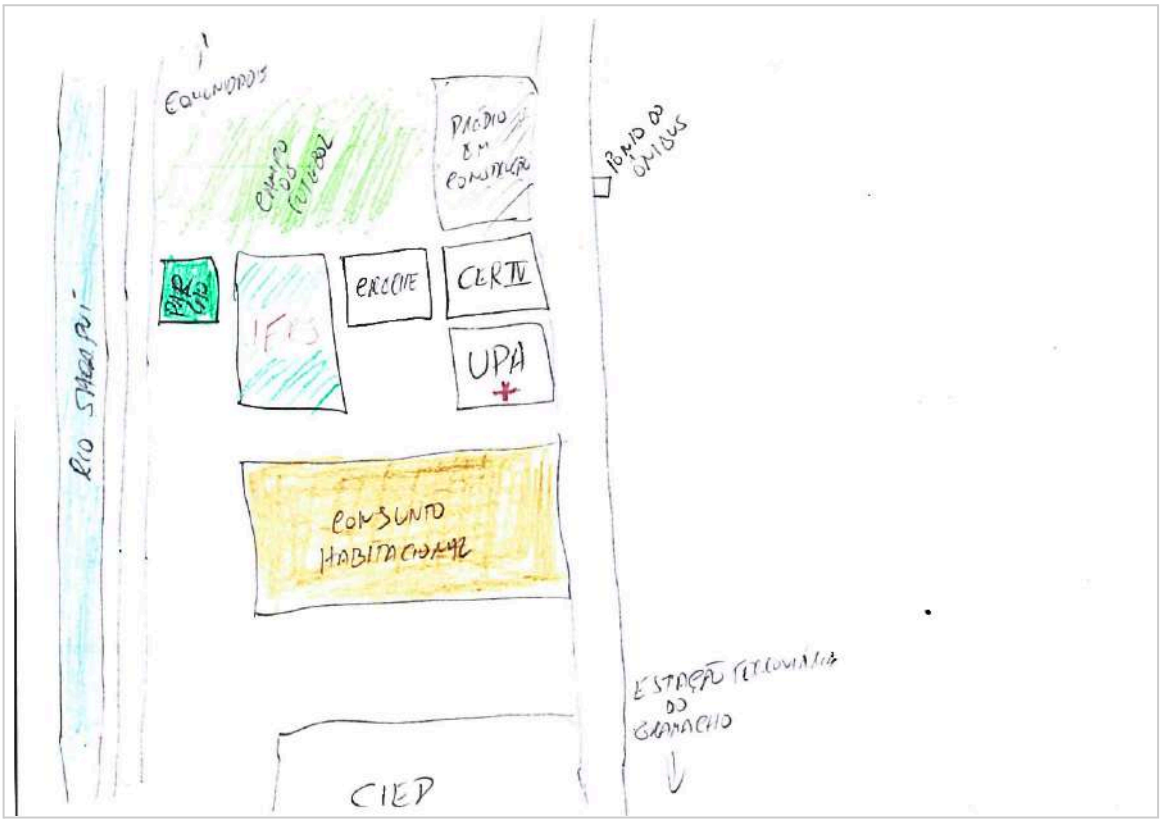


Figura 30 - Mapa produzido por participante, com destaque para recorrência do elemento Rio Sarapuí

É por isso que essa relação de interação íntima entre comunidade, rio e domínio físico traduz o que Haesbaert (2004) detalha ao se referir a território como um campo onde múltiplas territorialidades se sobrepõem, interagem e se modificam. Pensar este território como manguezal - degradado, mas também resistente, adaptável, rico e com grande capacidade de regeneração - vai além de uma representação lúdica. Neste caso, o rio, fundamento e base do manguezal, longe de ser mero elemento natural geográfico, é enxergado como um ator sócio histórico, por onde correm as memórias coletivas e possibilidades outras de futuro. Essa leitura não é mera abstração, outros autores anteriormente discutiram como para a Baixada Fluminense os rios não são apenas recursos naturais negligenciados, mas representam também elementos simbólicos carregados de significados (Britto; Quintslr; Pereira, 2019; Britto; Ottoni, 2024). Manguezal, neste ponto de amadurecimento da discussão, já se pode concluir, diz respeito a um território. Mas

diz respeito também a um modo de existir neste território - uma forma de habitar e experienciar as margens, que resiste às escalas hierárquicas do desenvolvimento, em particular no seu processo de impor a marca da exclusão e deterioração sobre Gramacho, Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

3.4. Síntese do capítulo

Ao integrar diferentes métodos de enfoque quantitativo e qualitativo, visou-se realizar uma análise que considerasse tanto os dados levantados junto a fontes primárias e secundárias, em instituições pertinentes à pesquisa, quanto captar, em diálogo com os sujeitos envolvidos no território, as subjetividades de suas percepções no que diz respeito às questões inerentes ao estudo. Nesse contexto, buscou-se evitar que recortes analíticos fossem apresentados de maneira fragmentada, de modo que a integração entre resultados e discussões se configurou como uma estratégia para assegurar a consistência deste trabalho.

Assim, pode-se afirmar que a análise das dinâmicas espaciais, dos indicadores socioeconômicos e das percepções dos discentes moradores de Gramacho mostra um cenário complexo ao longo dos últimos anos, caracterizado por avanços parciais, desafios históricos e também resistências cotidianas. E nesse contexto o IFRJ se revela, desde de sua implantação, um equipamento público importante para o território. Apesar disso, o alcance de seus desdobramentos ainda é limitado, com uma relevante distância entre as expectativas da comunidade que busca atender e o que de fato realiza.

Com relação às transformações que alcançam o território estudado, os dados, de uma maneira geral, revelam muitas contradições, típicas de contextos sociais marcados pela exclusão. A desigualdade, vale destacar, apareceu de forma recorrente, independentemente do método empregado, se apresentando ora como desigualdade econômica, ora como desigualdade racial, de gênero, espacial, entre outras, sobrepondo, muitas vezes, diferentes dimensões de exclusão no mesmo contexto.

Os indicadores socioeconômicos respaldam essa afirmação ao mostrar que, enquanto o PIB per capita de Duque de Caxias duplicou entre 2010 e 2021, os avanços em educação, renda e longevidade foram tímidos e desigualmente distribuídos. O significativo contraste intramunicipal, captado ao se contrapor os dados de Gramacho e do bairro 25 de Agosto, mostram como o crescimento econômico sem estratégias reparatórias acaba por garantir apenas o reforço de hierarquias históricas. A chegada do IFRJ em 2006, embora represente um marco relevante para o território, não foi capaz de enfrentar essa lógica.

Quanto à instituição, os questionários revelaram que a presença do IFRJ é avaliada positivamente. Se a instituição busca ser uma referência em educação profissional e tecnológica, esse objetivo parece ter sido contemplado a contento, para sua comunidade, contando ainda com outras importantes contribuições simbólicas significativas destacadas. Contudo, quando sua contribuição é avaliada a partir da melhoria concreta nas condições de vida da população, a limitação do projeto desenvolvido é escancarada, tanto nos questionários, quanto nas discussões a partir da cartografia social. Para quem vive o território, os ciclos de exclusão ainda se mostram presentes, alinhando-se à tese de Ribeiro (2003) de que a educação, isolada, não desmonta as estruturas.

As diferenças entre negros e brancos nos IDHs Educação e Renda representam uma informação-chave para entender porque, nos questionários, 72% dos negros atribuíram ao IFRJ impactos positivos no território, contra 43% dos brancos. Como visto, o acesso a direitos, como a Educação, ainda é uma realidade restrita a esta parte da população. O ingresso na RFEPCT, dessa forma, se revela uma rara oportunidade de transformação de vida, fato que repercute na visão essencialmente positiva do grupo em questão. Nesse sentido, ganha um significado particularmente relevante o acesso de mulheres negras que historicamente foram relegadas a funções subalternas, como destacado por Nascimento (2021).

A cartografia social e o debate sobre as transformações espaciais mostraram como as intervenções urbanas, inclusive fruto de políticas públicas, estão a serviço de interesses outros que não os coletivos e comunitários. A noção de progresso, para os moradores de Gramacho, se revela uma ilusão propagandeada pelo Estado que prioriza a infraestrutura sobre os modos de vida tradicionais, para melhor atender ao capital. Assim, a produção do espaço urbano avança sobre um território marcado por memórias coletivas. Também novos equipamentos suplantam

elementos históricos e a modernidade eventualmente se sobrepõe, confirmando a colonialidade do espaço (Santos, 2006). As persistências, no entanto, ainda estão ali (Santos, 2006), sendo o Rio Sarapuí um importante canal por onde correm uma parte dessas histórias coletivas, desafiando uma visão utilitarista do espaço.

A percepção unânime de que as transformações em Gramacho são “coisa da Prefeitura”, não do IFRJ, revela outro dilema para o IFRJ: a instituição pretende ser, unicamente, parte de um projeto educacional bem desenvolvido? Ou pretende tornar-se parte de um projeto maior de transformação da realidade? A instituição, ainda que reconhecida como referência educacional, não foi identificada pela comunidade escolar como um agente significativo de transformação territorial - e parece estar confortável com isso.

A cartografia social revelou ainda, junto às críticas das remoções, questionamentos sobre a capacidade da instituição de promover um espaço de estudo digno e com políticas de assistência estudantil adequadas. Essas críticas são contundentes, ainda que se reconheça na discussão e nos questionários o papel pedagógico bem desenvolvido em sala de aula. Os questionamentos são de grande valia e mostram como os sujeitos cartografantes fizeram da cartografia um instrumento de resistência, bem próximo do que sugerem Acselrad e Viégas (2013).

A frustração dos alunos com a empregabilidade, relevada nos questionários, alinha-se com a crítica à oferta de cursos, no contexto das discussões da cartografia social. O resultado não é acidental, mas sintoma de uma dualidade estrutural, uma vez que a instituição oscila ora por aderir à agenda do mercado por formação rápida e ora por reivindicar um projeto maior, vinculado à emancipação social da classe trabalhadora. Nesse movimento de oscilação, seja qual for a escolha do momento, as demandas locais não parecem atendidas.

CAPÍTULO IV: O Território em Imagens

Se os capítulos anteriores são parte de um esforço do pesquisador para compreender uma realidade complexa, de forma lógica e linear, os registros fotográficos a seguir devolvem ao território sua natureza desafiadora e viva. A câmera assume a função de registrar o cotidiano e o simples: uma árvore que recusa o apagamento e cresce ao lado do viaduto; um carro de som vibra e espalha a promessa de um fim de semana de funk; o calor da cidade se dissolve em uma piscina, onde as crianças mergulham; um trabalhador explora as brechas do sistema de transporte que cada vez mais lhe exclui. As imagens não complementam a linearidade da análise. Enquanto o texto parece explicar, a fotografia vai em outra direção.



Figura 31 - Primeiros raios de sol sobre pequeno balcão de comércio na Avenida Teixeira Mendes (2024)

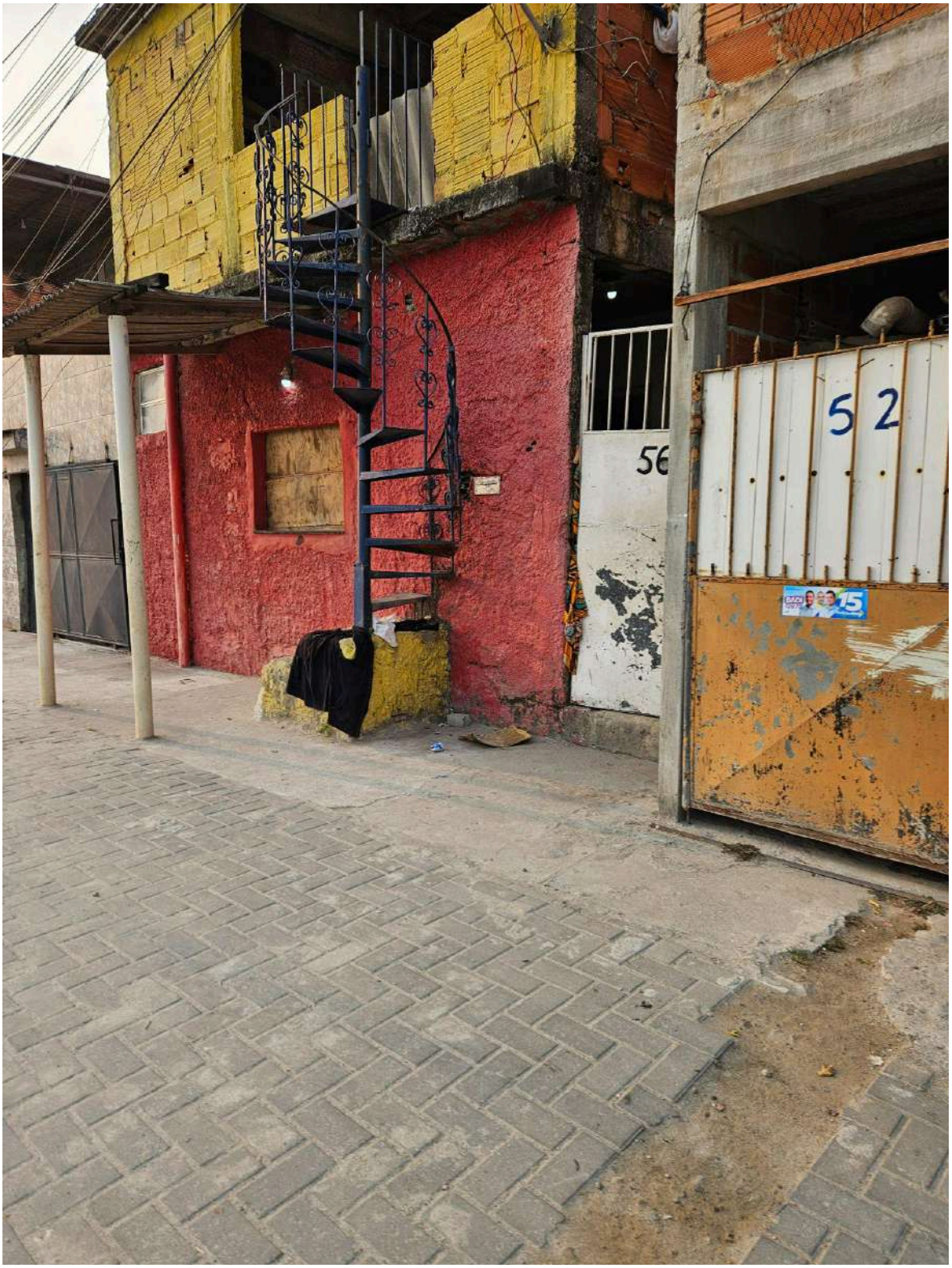


Figura 32 - Vestígios da arquitetura de favela que permanecem na Avenida Teixeira Mendes (2024)

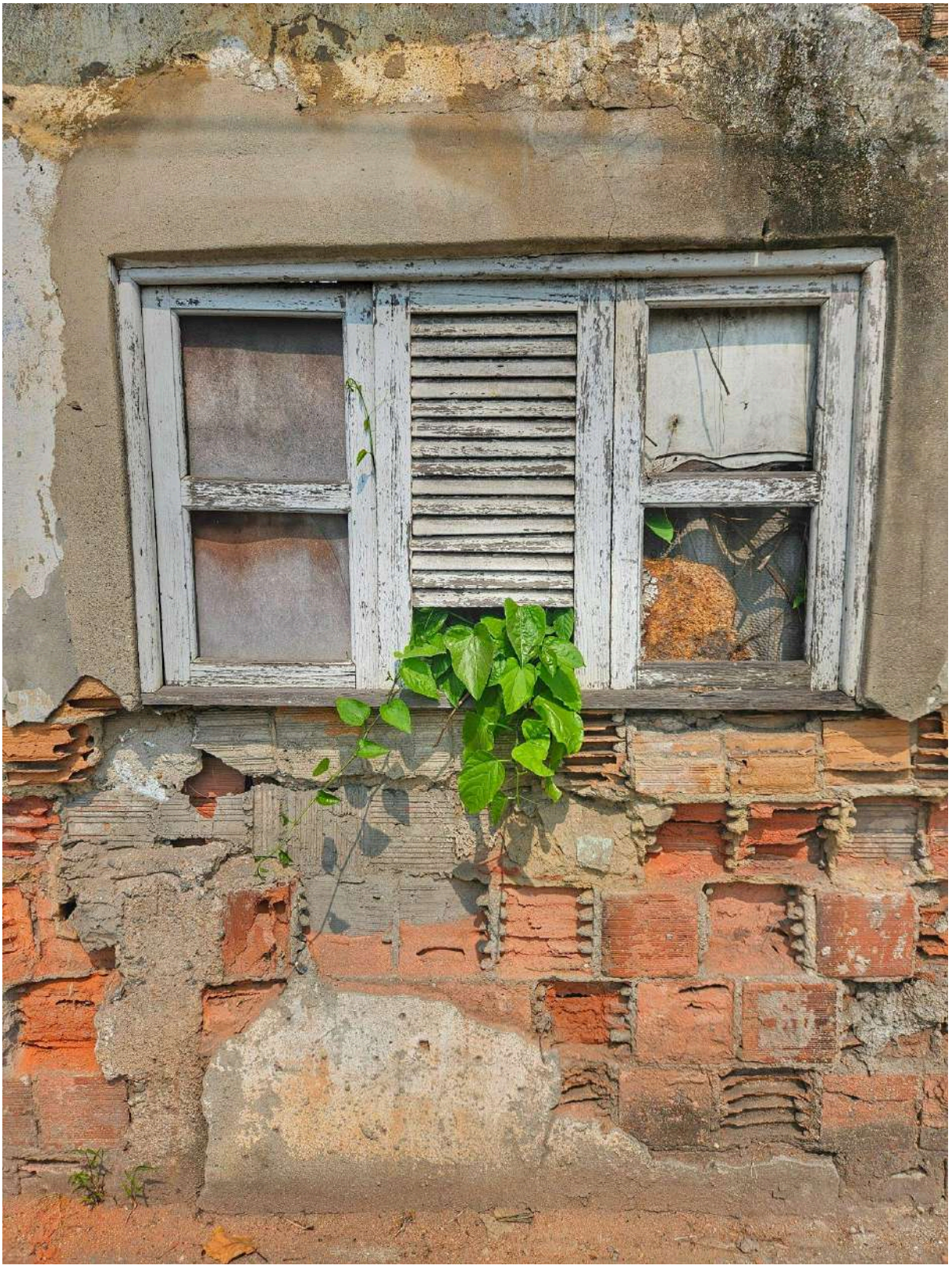


Figura 33 – A natureza reclama seu espaço entre casas abandonadas após a demolição (2024)

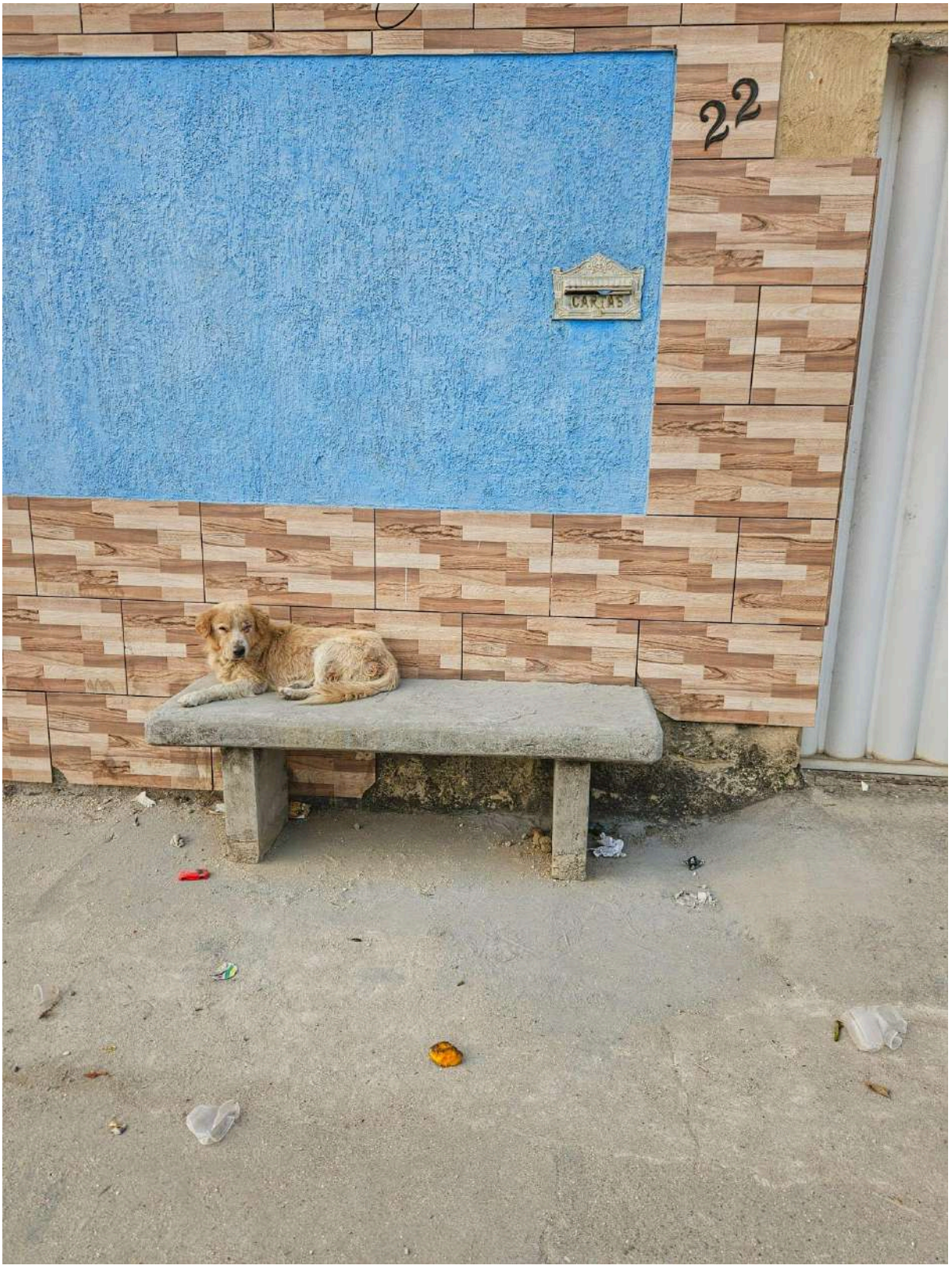


Figura 34 – Cachorro aproveita o repouso solitário em um banco de Gramacho



Figura 35 – Comércio popular na parte remanescente da Avenida Teixeira Mendes



Figura 36 – Automóveis e piscina dividem o silêncio do amanhecer na Avenida Teixeira Mendes



Figura 37 – Árvore isolada diante do viaduto de Gramacho



Figura 38 – O progresso devora tudo: lar, povo, território (2020)



Figura 39 – A neblina esconde o futuro de uma Avenida Teixeira Mendes recém reconstruída



Figura 40 – Curso d’água do Rio Sarapuí com névoa densa

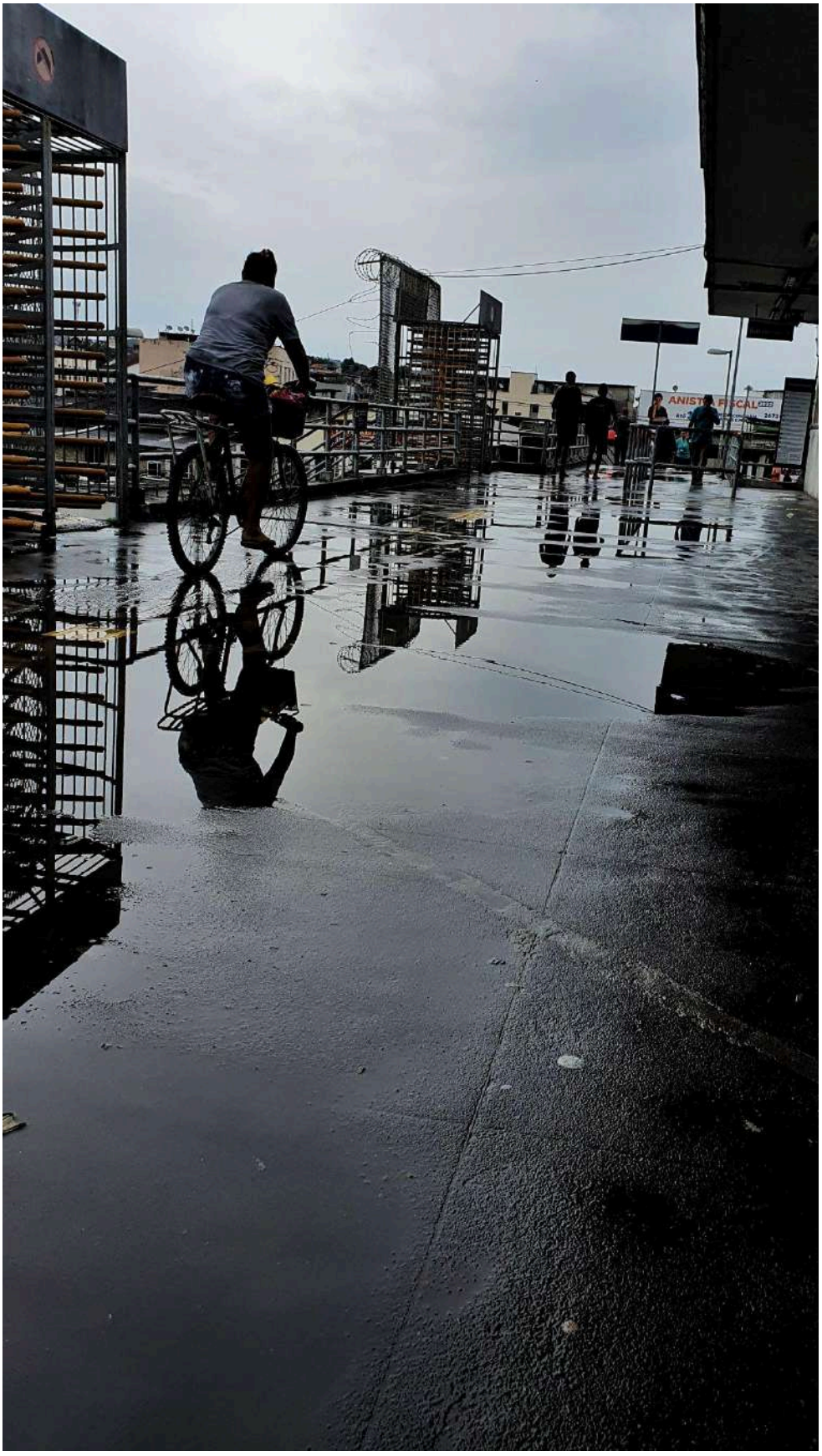


Figura 41 – Estação de Gramacho em um dia de chuva



Figura 42 – Sacos de lixo sobre o telhado de uma casa contrastam com a crença de que Deus é bom

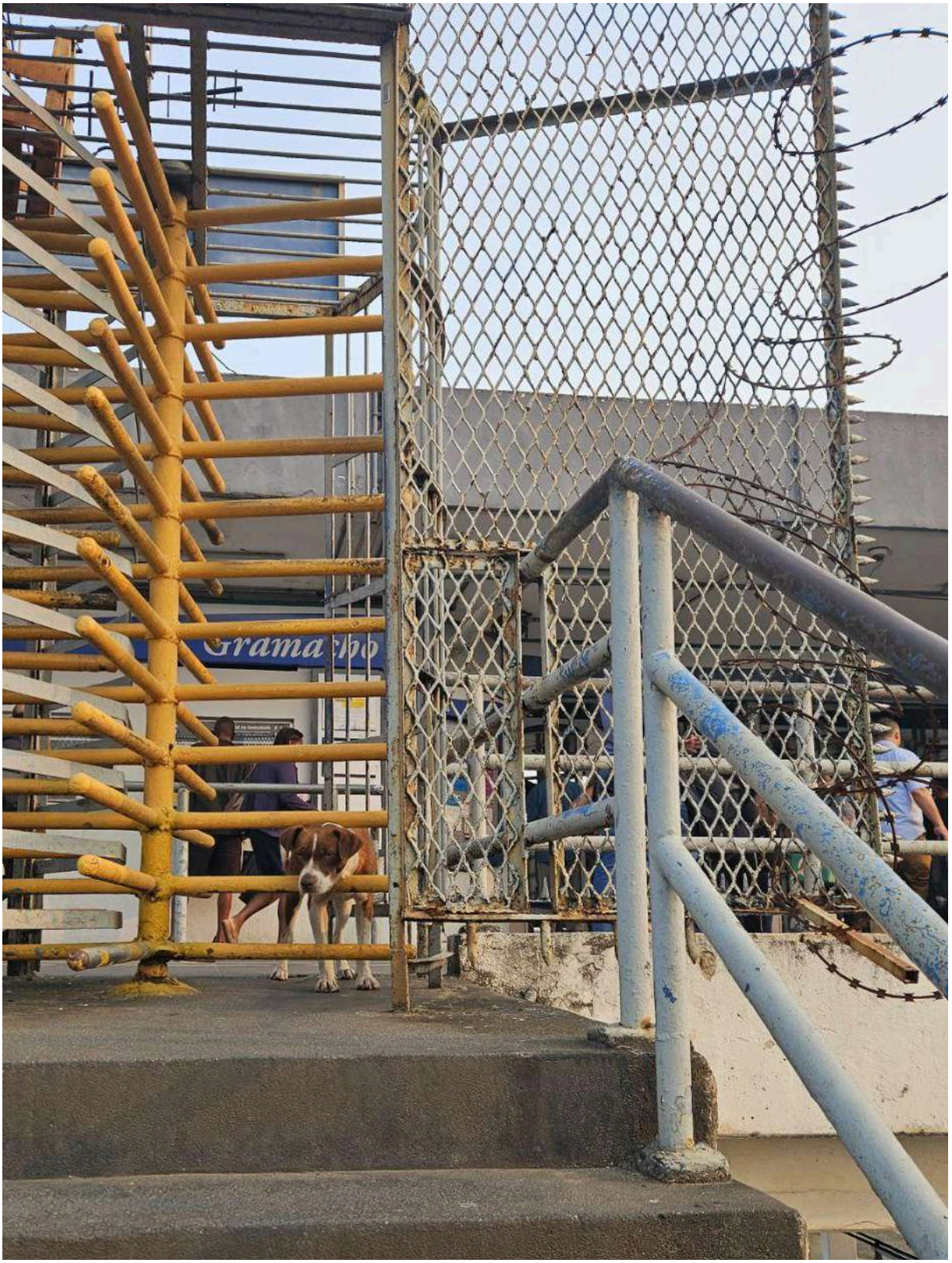


Figura 43 – Um cachorro busca uma brecha para entrar na estação ferroviária

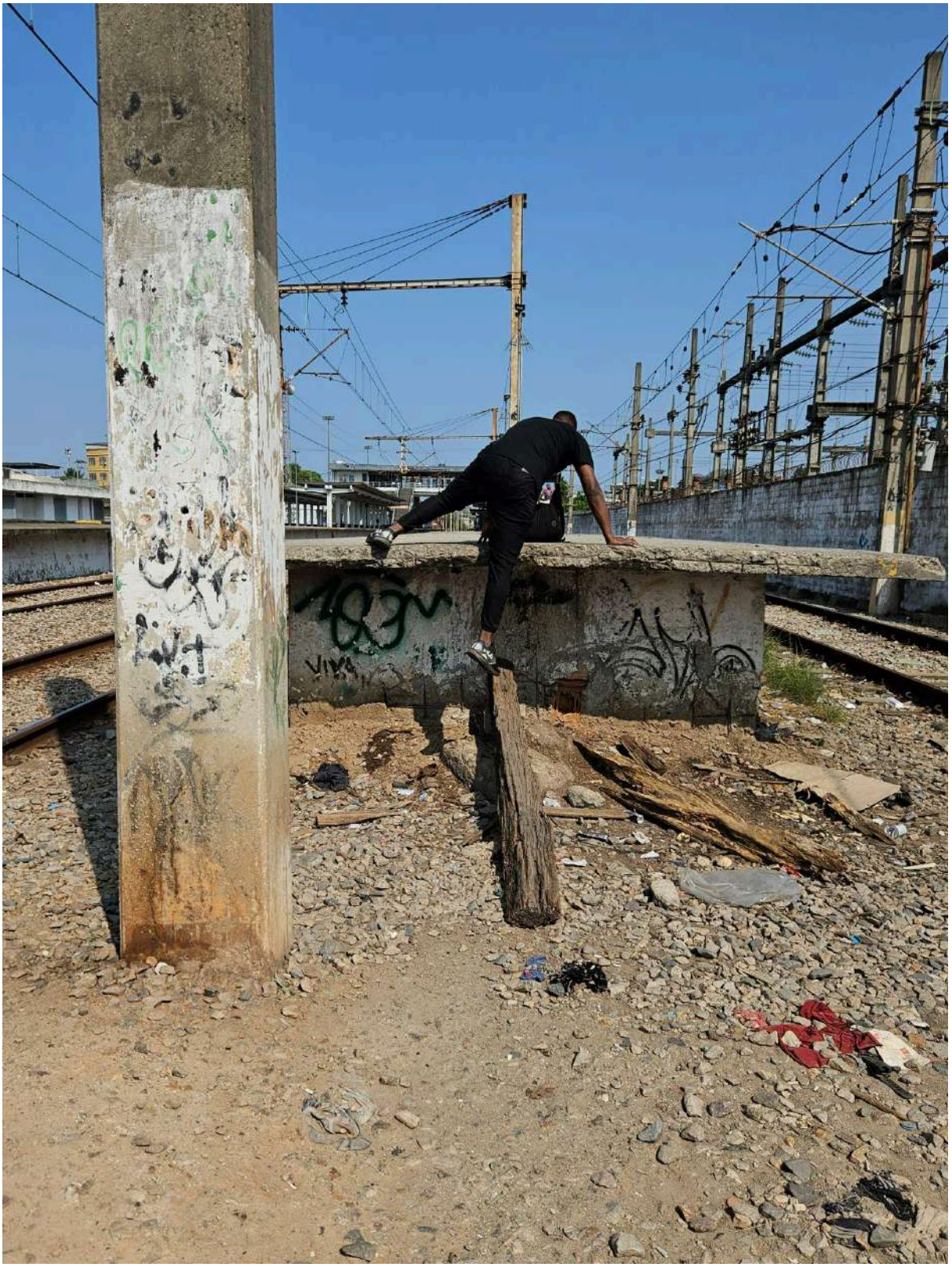


Figura 44 – Homem encontra uma brecha para acesso à estação ferroviária

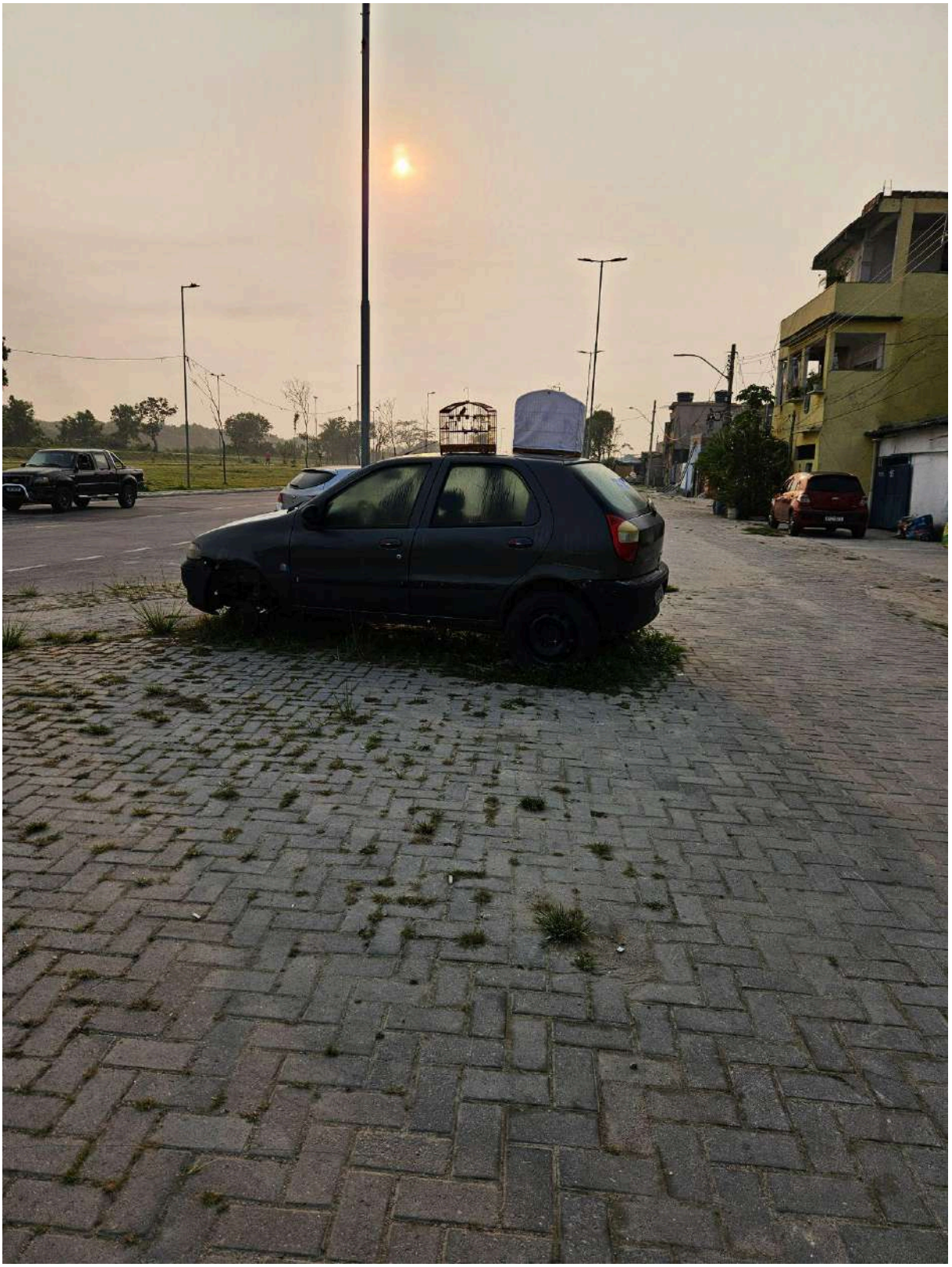


Figura 45 – Gaiolas de passarinho acompanham as primeiras horas do dia



Figura 46 – Gramacho acorda junto com os raios de sol na Avenida Teixeira Mendes



Figura 47 – Carro de som anunciando uma festa no fim de semana



Figura 48 – Crianças se divertindo na piscina com uma bola e com a Avenida Teixeira Mendes ao fundo



Figura 49 – Criança se divertindo com o campo de futebol do parque linear ao fundo



Figura 50 – Um casal se ajeita para embarcar no trem na estação de Gramacho



Figura 51 – Uma família remanescente da remoção transforma água em diversão na Avenida Teixeira Mendes



Figura 52 – A rotina das pessoas se entrecruza com os trilhos do ramal ferroviário



Figura 53 – O desembarque do trem marca o fim de mais um dia de trabalho e de viagem



Figura 54 – Três meninas brincam na Avenida Teixeira Mendes



Figura 55 – A tração animal ainda sobrevive entre carros e motos



Figura 56 – Um coletor de recicláveis carrega o material do seu sustento



Figura 57 – Jogo de futebol improvisado na Avenida Teixeira Mendes

CAPÍTULO V: Considerações finais

Esta pesquisa partiu da problemática central: Quais foram os desdobramentos no território de Duque de Caxias resultantes da expansão do Instituto Federal na Baixada Fluminense? Para respondê-la, buscou-se identificar e analisar as repercussões da chegada do IFRJ no município, com foco em Gramacho, território historicamente marcado por carências educacionais e exclusão socioespacial. Os objetivos específicos — averiguar a aderência da instituição às demandas locais e avaliar seus desdobramentos diretos e indiretos — orientaram a investigação, que cruzou dados socioeconômicos, percepções comunitárias e cartografia social.

A pesquisa foi limitada pela disponibilidade de dados secundários sobre o município, especialmente pela ausência de informações recentes (o último Censo pleno é de 2010) e pela falta de estatísticas desagregadas por raça, gênero e recortes territoriais menores. No âmbito metodológico, a opção pela EJA como fonte de dados teve como consequência a exclusão de outros atores da comunidade escolar, implicando no reforço de vieses. Esses vieses, convém ressaltar, foram marcados ainda pela sobrerrepresentação de mulheres no caso dos questionários, impedindo uma discussão que poderia ter se aprofundado de forma interseccional.

Nesse sentido, tendo em vista os resultados obtidos, é necessário reconhecer que a implantação do IFRJ Duque de Caxias representou um marco significativo em termos educacionais para Gramacho. Esse novo elemento alcança, ainda em 2006, um território com a marca de múltiplos processos de exclusão social, refletindo também as desigualdades que marcam o município de Duque de Caxias. Nesse cenário, constatou-se que a expansão da RFEPCT cumpriu um papel fundamental ao democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para grupos apartados - social e fisicamente - desses direitos. Contudo, também observou-se a persistência de desafios históricos para o município da Baixada Fluminense, particularmente desigualdade de renda e desigualdade racial, com desdobramentos inequívocos sobre o território.

Os indicadores socioeconômicos do município, embora não possam ser atribuídos diretamente à presença do IFRJ, atuaram como pano de fundo para a melhor compreensão dos processos de reconfiguração territorial. Nesse sentido,

Gramacho serviu como ponto de partida para entender as rearticulações do espaço urbano e o papel do IFRJ nessas transformações. A cartografia social e as discussões que ali foram desenvolvidas trouxeram à tona reflexões sensíveis, sob uma ótica única: a da comunidade.

Nesse contexto, a participação limitada da instituição, na dimensão socioespacial, foi um dado significativo que responde ao objetivo central do trabalho. Ao mesmo tempo, também foi significativa a constatação de que a comunidade se sente mais valorizada, com uma visão mais positiva sobre o bairro, com vantagens que vão para além de um círculo fechado de alunos e ex-alunos. Essas constatações, junto ao reconhecimento da instituição como um importante agente no combate ao racismo e uma referência em termos educacionais, são aspectos diretamente ligados ao IFRJ, com relevância política e capazes de impactar o tecido social e reorientar a dinâmica territorial.

Além disso, um dos achados mais contundentes da pesquisa está na variação significativa da percepção entre negros e brancos, que parecem, a partir dos resultados dos questionários, vivenciar Institutos Federais diferentes. A discrepância se alinha com a assimetria registrada nos indicadores socioeconômicos do município que, de maneira semelhante, também parecem alocar seus moradores em distintas cidades de Duque de Caxias. Diante desse desafio, que retoma denúncias históricas, foi crucial dispor de um arcabouço teórico que reconhecesse a categoria raça como ponto nevrálgico da estrutura social do país.

Quanto à aderência ao território, a pesquisa concluiu que houve aderência parcial. Tomando como referência os questionários aplicados nas turmas da EJA, identificou-se que o IFRJ está inserido no cotidiano de Gramacho, sendo frequentado por seus próprios moradores. Esse apontamento, que é particularmente sólido entre mulheres negras, corrobora com outros estudos. Ainda que os vieses estejam presentes, os dados se vinculam a produções anteriores no âmbito da EJA (Gouveia, 2011) e do campus Duque de Caxias (Paulo et al., 2023).

Contudo, a análise também permitiu enxergar camadas menos visíveis da questão. Apesar da inclusão dos moradores, ficou evidente, por meio dos questionários e das discussões da cartografia social, que as demandas locais ainda seguem distantes de serem plenamente incorporadas. A oferta educacional mostrou-se desalinhada das demandas locais, reforçando mais uma vez o que já foi

identificado em outras análises sobre o IFRJ (Gouveia, 2011; Abreu Junior, 2017). Tal fato escancara que, no âmbito do campus Duque de Caxias, a formulação de políticas segue fora do alcance da efetiva participação comunitária. Em síntese, foi possível constatar que existe uma relação real de aderência, que ainda carece porém de solidez e profundidade.

Retomando a questão das transformações espaciais que aconteceram, desde 2006, foi possível concluir que a presença do IFRJ em Duque de Caxias pode ter impactado tendências em indicadores educacionais e de renda, embora não tenha sido possível estabelecer uma relação direta de causa e efeito. O aumento no percentual de jovens com Ensino Médio completo, a citar, reflete políticas de democratização do acesso, as quais sem dúvida a expansão da RFEPCT compõe e exerce papel de destaque. A redução do desemprego, cuja complexidade envolve variáveis como oferta de vagas e ciclos econômicos, o aumento da formalização do trabalho e a melhora no IDH-M são outros fatores que, em menor grau, puderam ser correlacionados através dos elementos reunidos.

Nesse sentido, foi possível responder à problemática da pesquisa ao concluir que os desdobramentos da expansão do IFRJ combinam inclusão educacional e a coexistência com estruturas que perpetuam marginalizações, agravadas por contextos neoliberais.. A instituição ampliou o acesso à educação profissional e tecnológica, inserindo de fato os moradores de Gramacho num projeto nacional de formação técnica. Ajudou a fortalecer identidades comunitárias e se apresentou como um interlocutor na luta contra racismo, como evidenciado nas discussões. Falhou, no entanto, em romper com os ciclos de exclusão e oferecer resultados mais palpáveis à comunidade. O IFRJ é, assim, parte de uma transformação incompleta.

Assim, a contribuição central da pesquisa está em estabelecer um espaço legítimo de fala e reflexão para quem é alvo da política em análise. Esse talvez seja um primeiro passo em direção a uma escuta que se traduza não apenas em conquista simbólica, mas que também se materialize em ação e transformação, ou seja, em novas políticas públicas. Outra contribuição importante está no efeito de complexificar a noção de desenvolvimento urbano, evidenciando que a expansão do IFRJ em Duque de Caxias ocorre em paralelo a projetos excludentes em prol de um suposto progresso técnico (Santos, 2006). Por fim, a valorização dos olhares críticos, das resistências e persistências de uma comunidade marginal visou

contribuir também para sua reconstrução simbólica e para o fortalecimento dessas identidades, para que sobrevivam e floresçam mediante às ameaças cada vez maiores, em particular, as disfarçadas de inclusão social.

Por fim, a complexidade dos achados demanda estudos futuros que aprofundem a investigação sobre a extensão dos efeitos da instalação do IFRJ em Duque de Caxias, a partir de enfoques mais amplos. A pesquisa junto a egressos é um caminho que pode trazer mais densidade para a compreensão dos papéis desempenhados por esta instituição para a comunidade escolar e para o município. Outro caminho para novas investigações está na ampliação das análises para o nível regional, uma vez que a Baixada Fluminense, como anteriormente discutido, apresenta desafios semelhantes aos encontrados no município. Finalmente, é preciso reconhecer a urgência de se discutir metodologias participativas de gestão e formulação de políticas, com as quais seja possível co-construir novos caminhos a partir das necessidades reais do território. Essa pode ser uma possibilidade real para o IFRJ extrapolar o seu papel limitado de agente educacional e se alinhar de vez a uma proposta de luta por justiça social.

Encerrando a discussão, compartilho o convite de Carlos Rodrigues Brandão à reflexão sobre que caminho vamos escolher quando se trata de educação, em uma conjuntura de ameaça crescente à democracia e aos direitos fundamentais:

> Um tipo de educação que pode tomar homens e mulheres, crianças e velhos, para torná-los sujeitos livres que por igual repartem uma vida comunitária; um outro tipo de educação pode tomar os mesmos homens, das mesmas idades, para ensinar uns a serem senhores e outros, escravos, ensinando-os a pensarem dentro das mesmas ideias e com as mesmas palavras, uns como senhores e outros como escravos (Brandão, 1993, p. 34)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU JÚNIOR, J. M. **Os processos de acesso e permanência nos cursos Proeja do IFRJ: entre percalços, demandas e potencialidades.** 2017. 228 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Rio de Janeiro.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** 1. edição. São Paulo: Elefante Editora, 2016.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas.** In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Cartografias sociais e território–um diálogo latino-americano.** Cartografia social, terra e território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, p. 15-40, 2013.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas públicas: conceitos e análise em revisão**. Revista Agenda Política, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALVES, Glória da Anunciação. **A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano.** In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, 2011.

ATLASBR - **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. (2023). Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/ranking Acesso em 30 nov. 2023.

BARROS, Surya Pombo de. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX.** Educação e Pesquisa, v. 42, p. 591-605, 2016.

BASTOS, J. E. de S.; SOUSA, J. M. de J.; SILVA, P. M. N. da; AQUINO, R. L. de. **O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios** . Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences , *[S. l.]*, v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/304. Acesso em: 25 jul. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Companhia das letras, 2022.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa.** Paz e Terra, 2023.

BITTENCOURT, Raul. **Empreendimento Original no Campo da Educação**. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. *A escola regional de Meriti*. Rio de Janeiro: INEP-MEC, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar.** Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: UFBA, 2008.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 107, p. 57-76, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º ed., 1993.

BRASIL, Alex Cruz; DE ASSIS, Isaac Celestino; DE SOUZA, Tiago Zanquêta; WATHIER , Valdoir Pedro. **A SOCIOGÊNESE DO RACISMO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: UMA VISÃO CRÍTICA.** ARACÊ , [S. l.], v. 6, n. 2, p. 3640–3659, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2024**. 2024

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 21 de novembro de 2005.** Cria o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 out. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.** Autoriza a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: série histórica e avanços institucionais 2003 - 2016.** Brasília, maio de 2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-
relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=agosto-2024-pdf&Itemid=30192

BRASIL**. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª Série): Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Ana Lucia; OTTONI, Maria Luiza. **Os rios de Duque de Caxias-RJ: intervenções do passado e do presente, projetos e utopias.** Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 24, n. 1, p. 200-217, 2024.

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá; PEREIRA, Margareth da Silva. **Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território.** Revista Brasileira de História, v. 39, n. 81, p. 47-70, 2019.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo.** Companhia das Letras, 2021.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI.** In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará , 2004. p. 41-68.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Lei nº 2561, de 13 de setembro de 2013. **Cria o Sistema Cicloviário no âmbito do Município de Duque de Caxias e dá outras providências. Duque de Caxias, RJ, 2013.** Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=4539. Acesso em: 10/08/2024

CANTO DE GANTE, Ángela Guadalupe et al. **Escala de Likert: Una alternativa para elaborar e interpretar un instrumento de percepción social**. Revista de la alta tecnología y sociedad, v. 12, n. 1, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023

CARVALHO, Orlando M. de. **Escola viva e em movimento**. In: ALBERTO, Armanda Álvaro. *A escola regional de Meriti.* Rio de Janeiro: INEP-MEC, 2016.

CASA FLUMINENSE **Mapa da desigualdade - Região metropolitana do Rio** de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAqsitBhDlARIsAGMR1RgbBTWmfMkxQK42pxVijCF_Nn37ybtJ76Vvy6X1S3mjxVppk7YedJMaAnP9EALw_wcB> Acesso em 12 dez. 2023.

D'EÇA, Isis Costa; ROCHA, Georges Souto. **O prenúncio de uma política nacional de alimentação escolar na embrionária educação profissional no Brasil.** Educação e desenvolvimento comunitário, p. 322-331, 2023.

DA ROCHA, André Santos. **A "Baixada Fluminense" como periferia: provocações para pensar a estrutura do espaço metropolitano do Rio de Janeiro no Século XXI.** In: RIBEIRO, Guilherme; SANTOS, Clézio dos; SILVA, Marcio Rufino; FIORI, Sérgio Ricardo (Org.). *Geografias Periféricas: contribuições do PPGGEO/UFRRJ*. 1. ed. Porto Alegre: Letra1, 2023. v. 1, p. 77-98.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 1995.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. **A terra dá, a terra quer.** Ubu Editora, 2023.

DUQUE DE CAXIAS (Município). **Decreto nº 8.553, de 30 de agosto de 2023.** Fixa a tarifa para o transporte coletivo por ônibus do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ, 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU/RMRJ).** Rio de Janeiro: Governo do Estado Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.** Cadernos Cedes, v. 28, p. 333-355, 2008.

FERRO, Sérgio Pessoa; DA SILVA, Givanildo Manoel. **Pardismo: um etnocídio de Estado.** InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 10, n. 1, p. 173-207, 2024.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Disponível em: <www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 23 dez. 2023.

FONSECA, F. **Dimensões críticas das políticas públicas.** Cadernos Ebape.br, v. 11, p. 402-418, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FRENTE 3 DE FEVEREIRO. **Zumbi somos nós: cartografia do racismo para o jovem urbano.** São Paulo: Programa de Valorização de Iniciativas Culturais, 2006.

FRESCURATO, Caruanã Guatara Oliveira. **Na tropicália dos excluídos um projeto educacional se consolida: a Escola Proletária de Merity e o seu modelo de educação (1921-1964).** 2019. 175 f.. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade.** Le Monde Diplomatique Brasil, v. 6, n. 68, p. 28-29, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 41-62.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FUINI, Lucas Labigalini. **Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos.** Interações (Campo Grande), v. 13, p. 93-104, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. **CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: aproximações e possibilidades.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 97–110, 2017. DOI: 10.46789/edugeo.v7i13.488. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/488. Acesso em: 12 ago. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educação & Sociedade, v. 33, p. 727-744, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 15, p. 134-158, 2000.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional.** Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 9, 2016.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. **Caminhos e descaminhos da implantação da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, 2011.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. **Proeja e mundo do trabalho: inserção, reinserção e horizonte precário.** 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HALL, Stuart. **Nicos Poulantzas: State, Power, Socialism.** In: HALL, Stuart. Selected Writings on Marxism. London: Duke University Press, 2021. p. 261-272.

HALL, Stuart. **Race, Articulation, Societies Structured in Dominance.** In: Sociological Theories: Race and Colonialism. UNESCO, Paris, 1980. p. 306-324. Traduzido por Thiago Silva.

HIRT, Carla; GHIBAUDI, Javier Walter. **Da integração moderna à (des) integração neoliberal: Estado e território no Brasil por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** 2023

HONORATO, Mayra da Cruz et al. **Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu,** Rio de Janeiro. 2020. Tese de Doutorado.

HOOKS, b. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019

IFRJ. **Apresentação.** Portal do IFRJ. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/duque-de-caxias/apresentacao. Acesso em: 4 ago. 2024.

IFRJ. **Missão, visão e valores.** Portal do IFRJ. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores. Acesso em: 4 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Diagnóstico Social de Jardim Gramacho.** Rio de Janeiro, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia Física (2023). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em 12 dez. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia Física (2023). **Informações Gerais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em 12 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2024. IBGE, 2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional: 2024-2028.** Rio de Janeiro: IFRJ, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Campus Duque de Caxias.** Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/duque-de-caxias. Acesso em: 14 mar. 2024.

KASTRUP, Virgínia. **A aprendizagem da atenção na cognição inventiva.** Psicologia & sociedade, v. 16, p. 7-16, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZEL, Salete. **As linguagens do cotidiano como representações do espaço: uma proposta metodológica possível.** Anais do XII Encuentro de geógrafos de América Latina, Montevideu, 2009.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **O truque colonial que produz o pardo, o mestiço e outras categorias de pobreza.** O PARDISMO EM DEBATE, TV Tamyua, YouTube, 2021.

KUERQUES, Thiago. **Império do Gramacho é bloco de enredo símbolo de resistência em Caxias.** Site da Baixada, 9 fev. 2023. Disponível em: https://sitedabaixada.com.br/cultura/2023/02/09/imperio-do-gramacho-e-bloco-de-enredo-simbolo-de-resistencia-em-caxias/. Acesso em: 25 ago. 2024.

LATOUCHE, S. **O decrescimento. Por que e como?** In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Org.). Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.45 – 53.

LEWIS, William Arthur et al. **Economic development with unlimited supplies of labour.** 1954.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação & Sociedade, v. 27, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos.** Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, p. 143-172, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade – Novas práticas epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. **As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa**. In: OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). As bases conceituais em EPT, Editora Nova Paideia, 2022.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **O novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social.** BASÍLIO, F.; OREIRO, JL; PAULA, LF Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife: Editora da UFPE, 2012.

OSÓRIO, R. G. **O sistema classificatório de "cor ou raça"** do IBGE. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2003.

PAULO, Lucineide Lima de; SILVA, Carla Mahomed Gomes Falcão; BITTENCOURT, Jefferson Neves; JARCEM, Vitoria da Rocha Torres. **Pretos e pardos na escola pública: mapear discentes para desenvolver políticas adequadas.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 41, 24 de outubro de 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/41/pretos-e-pardos-na-escola-publica-mapear-discentes-para-desenvolver-politicas-adequadas

PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Trad. Maria Leonor Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019, 368p.

QUEIROZ, Fernando. **Indicadores de desenvolvimento de um país: do PIB ao FIB.** 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Atica, v. 1993, p. 269, 1980.

RAULINO, Sebastião Fernandes. **50 anos de REDUC: momento para reflexão sobre desigualdades e injustiças ambientais relacionadas às indústrias do petróleo, petroquímica e química.** Revista Pilares da História de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, v. 10, n. 12, p. 39-52, 2011

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado.** Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, p. 29-40, 2003.

RIBEIRO, R. L.; DO CARMO, M. S. **O Impacto do Encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho para os comerciantes do setor informal de alimentos da região**. Gestão e Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 220–248, 2013. DOI: 10.21171/ges.v7i17.1779. Disponível em: https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1779. Acesso em: 21 ago. 2024.

RODRIGUES, André Luiz Teodoro. **Duque de Caxias e Rodovia Washington Luís (BR-040): uma perspectiva dual sobre a temática econômica, histórica e política do município.** Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 15, 2019.

ROSTOW, Walt W. **The take-off into self-sustained growth.** The Economic Journal, v. 66, n. 261, p. 25-48, 1956.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão Sistemática X Revisão Narrativa.** Acta Pal Enfermagem. 2007; 20(2):vi. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 de maio de 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, v. 89, 2015.

SANTOS, Jailson Alves dos. **Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade.** Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 113-124, 2018.

SANTOS, Karine da Silva, et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo.** Ciênc. saúde coletiva 25 (2) • Fev 2020 • https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 de maio de 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. cap. I a IV., 9° ed. Record, 2006

SANTOS, Renato Emerson dos. **Geografia da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo**. XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos. **A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 200-224, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Autores associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SERPA, Ângelo. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, p. 97-108, 2011.

SILVA, Antonio Soares Júnior da; SANTOS, Everton Rodrigo; GRABOWSKI, Gabriel; ZUCHETTI, Dinora Tereza. **CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.** Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 01–20, 2024. DOI: 10.62236/missoes.v10i1.207. Disponível em: https://www.revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/207. Acesso em: 20 mar. 2025.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** 2006. UFF: Programa de Pós Graduação em Geografia-Tese (doutorado). 292p, 2006.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Editora Entorno, p. 1-358, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Contribuições do SINASEFE na construção de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica Brasileira - 15 ANOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.** Disponível em: https://sinasefe.org.br/site/download/contribuicoes-do-sinasefe-na-construcao-de-politicas-publicas-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-brasileira-15-anos-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2/. Acesso em: 28 ago. 2024.

SONTAG, Susan . **Ensaios sobre a fotografia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; DE MEDEIROS NETA, Olivia Morais. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil no século XXI: expansão e limites.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, 2021, 5.2: 109-125.

STUMBO FILHO, Luiz Miguel; MOTTA, Marcio Wixak Vieira. **Paisagem operacional na região metropolitana do Rio de Janeiro: o caso da "Lagoa Azul", Duque de Caxias-RJ.** In: ROCHA, A. et al. (orgs.). Cultura, política e território contemporâneo na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: ASAMIH, 2022. p. 193-209.

TAVARES, Maria da Conceição. **"Império, território e dinheiro"**. In: FIORI, J. L. (Ed.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: RJ Vozes, 1999, p. 449-489.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** Novos Estudos CEBRAP, v.104, p.93-109, 2016.

TENREIRO, A. **Duque de Caxias: a geografia de um espaço desigual**. Nova Iguaçu-RJ: Ed. Entorno, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **A Geografia humanística.** In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982, p. 143-164

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Resoluções e Moções 22° Conselho Nacional das Entidades Gerais da UBES - É na sala de aula que se muda uma nação.** Disponível em:

https://www.ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2024/03/20154326/Resolucoes-e-Mocoes-22%C2%B0-CONEG-da-UBES.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

VAINER, Carlos B. **Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, p. 9-9, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local.** Cadernos Ippur, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se a estudantes do IFRJ, campus Duque de Caxias, com foco na avaliação do impacto da instituição sobre a comunidade de Gramacho e faz parte do projeto de pesquisa intitulado “A Semente Também Germina no Manguezal: Desdobramentos da Chegada do IFRJ em Duque de Caxias”. São convidados a participar moradores com pelo menos 30 anos de idade, que residem na região há pelo menos 18 anos e possuem matrícula ativa na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

I. Identificação

Idade:
( ) 30 a 39 anos ( ) 40 a 49 anos ( ) 50 a 59 anos ( ) 60 anos ou mais

Gênero:
( ) Mulher ( ) Homem ( ) Outro: _____

Raça:
( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Branca ( ) Amarela

Possui alguma deficiência:
( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual?
( ) Deficiência intelectual ( ) Deficiência visual ( ) Deficiência auditiva
( ) Deficiência Motora ( ) Outra: _____

Período letivo:
( ) 1º Período ( ) 2º Período ( ) 3º Período ( ) 4º Período
( ) 5º Período ( ) 6º Período

II. Responda as afirmações a seguir a partir de sua percepção e opinião acerca da influência do IFRJ Duque de Caxias no território de Gramacho, marcando **concordo completamente, concordo, nem concordo, nem discordo, discordo ou discordo completamente.** Lembre-se que não há resposta certa ou errada, qualquer dúvida, pergunte ao aplicador a qualquer momento.

1. Os moradores do bairro estão mais preparados para o mercado de trabalho com a instalação do IFRJ.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

2. As ações do IFRJ atendem às demandas de educação e qualificação da comunidade.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

3. O IFRJ é uma referência quando se fala em educação em Duque de Caxias.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

4. A presença do IFRJ ajudou a transformar toda a estrutura do bairro.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

5. A presença do IFRJ contribuiu para a comunidade ter mais acesso a outros serviços públicos.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

6. As condições de vida da população estão melhores com a chegada do IFRJ.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

7. A chegada do IFRJ fez os moradores do bairro se sentirem mais valorizados.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

8. A presença do IFRJ mudou a minha forma de ver o bairro de uma maneira positiva.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

9. A presença do IFRJ ajudou a fortalecer a identidade comunitária do bairro.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

10. Os moradores são mais envolvidos e participantes com a comunidade depois da chegada do IFRJ.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

11. É possível notar a presença de pessoas do próprio bairro estudando no IFRJ.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

12. O IFRJ faz parte do cotidiano dos moradores do bairro.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

13. O IFRJ traz vantagens para toda a comunidade, não só para quem estuda na instituição.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

14. A presença do IFRJ ajuda a combater o racismo e contribui para que pessoas de todas as raças tenham acesso justo às oportunidades.

( ) concordo totalmente ( ) concordo ( ) nem concordo, nem discordo ( ) discordo ( ) discordo totalmente

APÊNDICE II
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **"A Semente Também Germina no Manguezal: Desdobramentos da Chegada do IFRJ em Duque de Caxias"**. Essa pesquisa está sob responsabilidade do mestrando **Thiago Luis Santos Silva**, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e orientando da **Prof. Dra. Carla Hirt**, SIAPE 1644222.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: a pesquisa será realizada no IFRJ Duque de Caxias, utilizando questionário e cartografia social para entender os impactos do IFRJ no bairro Gramacho. O questionário, composto por 14 itens, será aplicado individualmente a 30 alunos da EJA do IFRJ, com o objetivo de avaliar suas percepções sobre o impacto da instituição. As oficinas de cartografia social serão realizadas com os moradores de Gramacho, permitindo que eles criem mapas representando o bairro e os impactos da chegada da escola. Os dados quantitativos do questionário serão analisados estatisticamente usando o software SPSS, enquanto a análise qualitativa será realizada a partir das discussões nas oficinas e da interpretação dos mapas produzidos.

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: Os participantes podem sentir desconforto ao expor opiniões sobre a instituição, mas o anonimato será garantido. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os efeitos do IFRJ na comunidade e possibilitar melhorias na interação entre a instituição e o bairro. A pesquisa oferece aos participantes uma oportunidade para refletirem sobre suas experiências no bairro.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa por meio da publicação da dissertação no site da Universidade.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do(s) telefone(s) 21 2784-6115, pelo e-mail silvathiago@ufrrj.br, e endereço profissional/institucional Avenida República do Paraguai, 120 – Duque de Caxias – CEP 25050-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE 85075124.0.0000.0311. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando

garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:
http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante:_____

Assinatura: _____ local e data:_____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: Thiago Luis Santos Silva

Assinatura: _____ local e data:_____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ local e data:_____

**Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.*

APÊNDICE III

TERMO DE ANUÊNCIA NSTITUCIONAL - TAI

Eu, Maria Celiana Pinheiro Lima, na condição de Diretora-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro / Campus Duque de Caxias, manifesto a ciência, concordância e disponibilidade dos meios necessários para a realização e desenvolvimento da pesquisa intitulada “A SEMENTE TAMBÉM GERMINA NO MANGUEZAL: DESDOBRAMENTOS DA CHEGADA DO IFRJ EM DUQUE DE CAXIAS”, cadastrada na Plataforma Brasil. A instituição assume o compromisso de apoiar a pesquisa que será desenvolvida por Thiago Luis Santos Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob a orientação da Prof. Dra. Carla Hirt, Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tendo ciência de que a pesquisa objetiva analisar os desdobramentos da chegada do IFRJ em Duque de Caxias, como resultado da expansão da RFEPCT na Baixada Fluminense.

A instituição assume o compromisso de que a coleta dos dados estará condicionada à apresentação do Parecer de Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, junto ao Sistema CEP/Conep.

Atenciosamente,

_____

Assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada
(Nome completo e função do(a) dirigente institucional ou pessoa por ele(a) delegada)

Modelo baseado nas Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e 580/2018 e nas Cartas Circulares 0212/2010 e 122/2012 da Conep.

APÊNDICE IV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Para fins de direito, autorizo o uso da minha imagem e/ou voz pelo(a) pesquisador Thiago Luis Santos Silva, associado ao projeto intitulado A SEMENTE TAMBÉM GERMINA NO MANGUEZAL: DESDOBRAMENTOS DA CHEGADA DO IFRJ EM DUQUE DE CAXIAS. As imagens e/ou voz poderão ser utilizadas de forma parcial ou total em diferentes meios de publicação e divulgação, tais como em eventos científicos diversos, apresentações audiovisuais, publicações em sites, redes sociais e divulgações comerciais ou não, em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens e áudios resultante da pesquisa, e na Internet e em outras mídias futuras, desde que não se descaracterize seu vínculo com o projeto de pesquisa/extensão.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos associados a minha imagem e/ou voz.

Nome:_____

Telefone: ( ) _____

Duque de Caxias, _____ de _____ de 20_____

_____

Assinatura

APÊNDICE V

RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO

Aplicação I

Data:

Horário: 18:30h às 19:45h

Número de participantes:

Turma/Ano:

A atividade começou com a apresentação da equipe de pesquisa, composta pelo pesquisador responsável, técnico-administrativo do IFRJ e mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, Thiago Luis Santos Silva, pela pesquisadora assistente, ex-aluna egressa do IFRJ e mestranda em Serviço Social, Landara Marcele Oliveira de Araújo e pela pesquisadora assistente, mestre em Psicologia, Luana Luiza Galoni Pereira.

A turma apresentou uma faixa etária diversa, com alunos mais jovens e mais velhos. Os mais jovens ficaram no fundo da sala, enquanto os mais velhos se acomodaram mais à frente, no meio e na frente. A disposição não foi rigidamente enfileirada, e uma certa liberdade de movimento e circulação foi observada, inclusive na organização das carteiras. Um dos alunos, uma pessoa com deficiência auditiva, também estava participando, inicialmente sem intérprete de libras, e ao longo do processo recebeu o apoio da profissional. No primeiro momento os alunos prestaram apoio, auxiliando com a tradução.

Após a apresentação da equipe realizada pelo professor regente da disciplina de Física, os objetivos, os benefícios e os riscos da pesquisa foram expostos pelo pesquisador responsável, que também fez um breve resumo das atividades que se seguiriam. Os alunos foram então apresentados ao TCLE, cujo conteúdo foi lido integralmente aos presentes. Foi apresentado, ainda, o material de apoio que incluía folhas de papel A4, lápis de cor e canetas coloridas.

Após essa apresentação, os alunos foram convidados a refletir sobre a ideia de que os mapas, além de recursos técnicos, são também representações que carregam muito do contexto cultural, histórico e político de sua criação. Como forma de auxiliar a discussão, foi distribuída uma versão impressa do Mapa de Mercator. A partir da cartografia em questão, discutiu-se a origem do mapa, o contexto eurocêntrico de sua produção, as proporções adotadas para cada continente e a importância da escolha de um ponto de referência como ponto de partida para a produção cartográfica.

Em seguida, foi apresentado aos alunos o mapa mundi produzido pelo IBGE, em 2024, onde observa-se o Brasil como centro cartográfico. As proporções foram novamente analisadas, dessa vez com o objetivo de estabelecer um comparativo com o mapa anterior e tornar possível enxergar, de maneira concreta, que um mapa é construído também a partir das escolhas de quem o produz.

Após a discussão sobre o processo de produção cartográfica como um processo político, realizado por sujeitos também políticos, os alunos foram introduzidos ao conceito de cartografia social. Uma breve apresentação do tema foi realizada, para, na sequência, ser apresentada a atividade prática de produção de mapas. A proposta apresentada envolvia a produção de um mapa representando o entorno do IFRJ. Optou-se por uma descrição superficial e genérica, de maneira que se favorecessem diferentes resultados, a partir das distintas compreensões do significado de entorno e da relação de cada participante com o território. Evidenciou-se, no entanto, a resistência dos discentes com a falta de informações, com reações e gestos de desconfiança, além de brincadeiras sobre a viabilidade da atividade. Foi necessário reforçar que se tratava de uma atividade livre, onde seriam válidos quaisquer registros, desde que tivesse relação com o território retratado.

A insegurança observada durante as instruções permaneceu durante a execução da atividade. A despeito dos materiais distribuídos, observou-se o uso de materiais próprios, em particular lápis e borracha, para a produção de rascunhos, ainda que não tivessem sido orientados nesse sentido. Também foi notada a tentativa dos alunos de buscar orientação olhando o trabalho dos pares. Com relação ao aluno com deficiência auditiva, a atividade foi desenvolvida de forma fluida pelo discente, apesar da busca de confirmação constante da intérprete. É

importante ressaltar que essa necessidade de validação parecia ser da intérprete, pois o aluno não demonstrou ter dúvidas sobre a proposta.

Após a conclusão, os participantes foram indagados sobre como foi o processo de elaboração de mapas para eles. Algumas respostas foram:

- “Relaxante” *(sic)*

- “Difícil” *(sic)*

- “Pensar foi fácil, difícil foi colocar no papel” *(sic)*

Uma parte dos alunos manifestou sua insatisfação com as entregas finais, ainda que a equipe tivesse destacado que a atividade seria livre, não avaliativa e inteiramente subjetiva. Uma vez reforçado este aspecto, seguiu-se para a apresentação e discussão das produções.

Na apresentação dos mapas, alguns pontos foram destacados como recorrentes no conjunto das produções: a Unidade de Pronto Atendimento, o Rio Sarapuí, a Creche Municipal Cecília Meirelles, o Centro Tecnológico, o campo de futebol, o Parque Teixeira Mendes, o Conjunto Habitacional 25 de Agosto e a Avenida República do Paraguai. Esses elementos foram apresentados de formas diversas nos mapas de cada aluno, mas foram destacados como elementos repetidamente presentes. Os participantes indicaram, ainda, como marcos que passaram despercebidos as praças do Sarapuí e São Sebastião.

Os participantes foram indagados sobre a temporalidade dos marcos destacados nos mapas. Foram destacados pelos participantes como marcos recentes: Centro tecnológico, Centro de Reabilitação, o Parque Teixeira Mendes, o depósito de gás, Campo de Futebol e a Pista de Corrida. Ao falar sobre as mudanças recentes, em particular sobre o campo de futebol, a pista de corrida e o Parque Teixeira Mendes, discutiu-se o que ocupava antes estes lugares, alcançando a discussão sobre o massivo processo de remoção que aconteceu ali na(s) comunidade(s) ora identificada(s) pelos participantes como Dique 1 e Dique 2, ora como Favela do Dique, ora como Favelinha e ora como Comunidade Teixeira Mendes.

Os participantes foram indagados sobre o entendimento deles sobre o processo de remoção. Houve uma convergência no entendimento de que a intervenção foi realizada para atender ao projeto de ligação entre as vias Avenida Presidente Kennedy e Avenida Washington Luís. A remoção da comunidade, a realocação das famílias e a construção de um parque às margens do Rio Sarapuí foram identificados como objetivos secundários. Quando indagados sobre se enxergavam alguma ligação entre o IF e o processo em questão, desconsideraram qualquer conexão direta, atribuindo ao poder municipal a responsabilidade:

- “Isso é coisa da Prefeitura.”

- “Obra da família Reis.”

Ao ampliar o questionamento para os outros marcos, foram identificados como elementos diretamente relacionados com a presença do IF o semáforo na Avenida República do Paraguai, o campo de futebol e o Centro Tecnológico.

Uma participante apontou que no lugar do Centro Tecnológico, ia ser instalada uma maternidade. Tendo como ponto de partida esta questão, os alunos estabeleceram uma discussão em torno dos equipamentos atenderem ou não suas demandas. O IFRJ foi apontado como um equipamento que não atende plenamente a demanda de formação da região, pois oferta pouca variedade de cursos, questão mencionada por três participantes. Uma das participantes utilizou como comparação a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias, a FUNDEC, instituição municipal que segundo a aluna oferta uma gama muito maior de cursos, incluindo os de capacitação e qualificação profissional. Para a participante, o IFRJ poderia oferecer uma variedade maior para melhor atender a população da cidade.

Uma participante apontou que a ocupação dos equipamentos públicos é restrita pela presença das facções criminosas, o que impede tanto a população local de utilizar outros equipamentos da cidade, quanto pessoas de outras localidades de acessarem o IFRJ e os equipamentos que o circundam.

Por fim, outras particularidades também foram destacadas na discussão, como o caso de um aluno, que também trabalha como motorista na instituição, que

trouxe elementos vinculados ao seu ofício, como a oficina e a garagem de ônibus. Em outro caso, uma aluna incluiu um salão de beleza local e a igreja batista que ela frequenta.

Para finalizar, o tempo destinado à disciplina foi extrapolado em 5 minutos. A atividade foi encerrada com a sensação de que poderia ser extraído mais das discussões e das produções dos alunos, se houvesse mais tempo. O tempo foi considerado escasso pela equipe de pesquisa, dada a profundidade de alguns temas que não ganharam espaço, tais como a análise da representação da infraestrutura nos mapas mentais, dos fluxos de pessoas e veículos e da hierarquia espacial, que foi abordada de forma superficial. Embora os resultados obtidos tenham sido ricos, graças à participação efetiva dos discentes, a limitação de tempo foi um fator relevante para o aprofundamento da análise.

Aplicação II

Data:

Horário: 20:30h às 21:45h

Número de participantes:

Turma/Ano:

A atividade foi conduzida de forma similar à do primeiro dia, com a mesma estrutura e proposta. A equipe de pesquisa, composta pelos mesmos membros do dia anterior, foi apresentada aos alunos, e, assim como no encontro anterior, foi dado um breve resumo sobre o propósito da atividade e os objetivos a serem alcançados. Após a leitura integral do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os materiais de apoio foram apresentados.

Os tópicos teóricos que haviam sido abordados na sessão anterior, como a reflexão sobre a natureza dos mapas, o contexto político e histórico de sua

produção, e a cartografia social, foram retomados e seguidos de discussões dentro do que estava proposto.

Optou-se por uma descrição superficial e genérica, de maneira que se favorecessem diferentes resultados, a partir das distintas compreensões do significado de entorno e da relação de cada participante com o território. Essa abordagem foi mantida para estimular a liberdade criativa e permitir que os alunos expressassem suas diferentes visões sobre o espaço, de acordo com as teorias discutidas anteriormente.

A turma era majoritariamente composta por pessoas mais velhas, com apenas uma pessoa mais jovem presente. Diferente da outra turma, o material de apoio foi prontamente incorporado à atividade, visto que a mesma foi executada diretamente com os materiais entregues. Foi observada uma postura de troca com o pesquisador durante a explanação, com alguns alunos realizando anotações sobre o processo. A turma parecia ser mais comunicativa e falante, o que, em alguns momentos, exigiu maior manejo por parte da equipe para manter a atenção dos alunos. A presença de uma criança pequena na sala também representou um desafio, pois ela interagia com os alunos e transitava pela sala. Embora isso não tenha impedido a execução da atividade, foi um fator externo imprevisto que exigiu adaptação no manejo.

Feita esta observação, pode-se afirmar que a execução da tarefa ocorreu sem grandes dificuldades. Durante a apresentação e discussão sobre os mapas, destacaram-se como elementos recorrentes a Creche Municipal Cecília Meirelles, a Unidade de Pronto Atendimento, o Centro Especializado em Reabilitação, a pista de corrida, o Rio Sarapuí, a Estação de Gramacho e a Avenida República do Paraguai. Foram destacados, ainda, como elementos de única ou baixa incidência, a REDUC, o ponto de ônibus e o castelo d’água que alimenta a creche municipal e o IFRJ.

Ao tratar das transformações recentes do entorno, foram citados o fechamento de comércios como uma loja de móveis, um sacolão, além do fim de um salão de festas e da remoção da Favela do Dique; foi citado também a construção do Centro Especializado em Reabilitação, voltado para o atendimento em fisioterapia, a pista de corrida e o viaduto conhecido como Viaduto do Gramacho.

Quando indagados sobre a origem deste processo de transformação, os alunos responderam uma troca de opiniões:

- “A chegada do progresso.” *(sic)*

- “Como assim, progresso?” *(sic)*

- “A melhora, o bairro progrediu.” *(sic)*

- “Mas melhorou mesmo? Pra as pessoas que moravam no Dique, não melhorou não.” *(sic)*

- “O bairro, de maneira geral, melhorou, mas realmente para quem morava no Dique, não.” *(sic)*

- “Melhorou pra alguns e piorou pra outros.” *(sic)*

- “Sim, porque agora eles têm que pagar condomínio, água, luz. Agora eles têm mais custo e se não pagar vai pra rua...” *(sic)*

- “O pouco dinheiro que eles arrecadavam, eles conseguiam se alimentar. Catavam latinha, etc, e conseguiam comer, ter um arroz, um ovo. Agora é diferente” *(sic)*

- “Antes elas tinham quintal, agora ter que ir pra apartamento e pra quem cresceu com quintal às vezes é muito difícil s, só que agora ela é pobre e precisa atender a um custo de vida, a obrigações que antes ela não tinha.” *(sic)*

Buscou-se então retomar a discussão em torno das transformações em infraestrutura. Os alunos citaram, mais uma vez, a construção do viaduto de Gramacho como um marco nesse sentido. Um aluno afirmou que o projeto original seria construir um viaduto que ligaria a Avenida Presidente Kennedy até a Rodovia Washington Luiz. E ressaltou que o projeto se concretizou sobre o terreno e as casas da Favela Teixeira Mendes, mas na parte final o projeto teve que ser adaptado, visto que uma fábrica não concordou com o avanço sobre sua área. Uma aluna apontou que “enquanto eram pessoas, a Prefeitura conseguiu fazer, mas com a fábrica a conversa foi outra”.

Apesar de a comunidade ocupar o terreno vizinho ao IFRJ, descartou-se a possibilidade da instituição ter relação com as remoções. Uma das participantes afirmou que “o IF não se mete com essas coisas”. E sugeriu que isso “era coisa da Prefeitura”.

A discussão seguiu tendo o IFRJ como foco. Alguns participantes relataram que tinham o desejo de estudar no IFRJ e se decepcionaram com alguns problemas: “*Eu quando via os alunos do IFRJ passar igual eles passavam, eu ficava doido pra estudar aqui. Depois que eu entrei, filho, foi decepção. Ficou deixando a desejar muita coisa”*. Foram relatadas a falta de infraestrutura, o estado de manutenção dos banheiros, o estado dos pisos das salas de aula, a falta de iluminação do entorno, a falta de bandejão. Foi relatado como um fator positivo a qualidade do ensino e qualidade técnica dos professores.

Outra participante relatou que por conta do desejo de estudar no IFRJ abandonou um curso em outra instituição de ensino. No relato, a participante revelou que também se decepcionou, apontando que sente falta de um pouco mais de suporte, de oferta de alimentação e material de ensino. Esta participante apontou que os auxílios do IFRJ não alcançam a todos e que deveriam ser um direito de todos os discentes.

Um dos participantes relatou que chegou ao IFRJ com a intenção de fazer somente o curso técnico, uma vez que já teria concluído o ensino médio. Este participante foi surpreendido com a obrigatoriedade de fazê-lo integrado ao ensino médio, o que foi frustrante, mas acabou concordando. O participante apontou que muitos no curso já possuem o ensino médio e mesmo assim estão cursando para serem contemplados com a parte técnica do curso integrado. Outra participante concordou em partes com a colocação, destacando que a questão por si só não é um problema e, se apresentando como exemplo, disse que esta já é a terceira vez que está cursando o ensino médio e que todas as vezes foram diferentes, com abordagens diferentes, e que ela aprendeu em todas as oportunidades. A mesma destacou que até a parte que é repetida acaba sendo importante, uma vez que eles conseguem recapitular os conteúdos e avançar mais quando já estabeleceram uma base.

Para finalizar, o tempo destinado à disciplina foi cumprido dentro do horário estabelecido. Ainda que a atividade tenha sido encerrada por conta do horário avançado e por conta da preocupação com o retorno seguro das pessoas para suas residências, os resultados pareceram bastante satisfatórios tanto para os discentes quanto para os pesquisadores. A dinâmica permitiu o engajamento dos participantes, com participação ativa na troca de ideias e reflexões, o que pareceu ser indicativo do sucesso da proposta.